

**A institucionalização de crianças e jovens e processos de definição
identitária: o caso de três acolhimentos residenciais**

Dissertação para a obtenção do grau de
Mestre em Intervenção Social na Infância e
Juventude em Risco de Exclusão Social,
conferido pelo Instituto Superior de Serviço
Social do Porto, sob a orientação da Professora
Sidalina Almeida.

PATRÍCIA SOFIA CORREIA GONÇALVES

Porto, Fevereiro de 2020

**A institucionalização de crianças e jovens e processos de definição
identitária: o caso de três acolhimentos residenciais**

PATRÍCIA SOFIA CORREIA GONÇALVES

Porto, Fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro, lugar à minha família por me apoiarem e incentivarem nos momentos mais difíceis da minha vida,

À minha amiga Canan que me acompanhou e esteve sempre ao meu lado incondicionalmente, encorajando-me sempre,

Às minhas colegas de mestrado pelas pessoas fantásticas que foram para mim durante este percurso, apoiando incessantemente e, principalmente, pela amizade criada durante este tempo,

A todos os funcionários da casa de acolhimento, em particular para a Doutora Marta, Doutor Pedro e Irmã Cândida, por me terem recebido de braços abertos, estando sempre disponíveis, pela qual guardo um enorme afeto e carinho,

Às meninas da casa de acolhimento na qual tive o prazer de conhecer, conviver e também aprender, pelas pessoas formidáveis e amorosas que são, por todos os momentos partilhados, levando comigo um apreço inigualável,

Aos meus amigos que estão sempre ao meu lado, não me deixando desistir dos meus objetivos e, sobretudo, por ouvirem os meus desabafos e angústias,

Às minhas novas colegas de trabalho que, apesar de me conhecerem recentemente, já são um grande auxílio para mim, estando no meu coração,

À Professora Doutora Sidalina Almeida pela paciência, compreensão e orientação ao longo deste trabalho realizado,

Muito obrigada a todos que de alguma forma colaboraram para que este percurso
se realizasse!

RESUMO

Atualmente, as casas de acolhimentos estão cada vez mais preparadas para acolher crianças e jovens, isto no que diz respeito às condições físicas. Efetivamente, há cada vez mais uma preocupação em criar para estas crianças e jovens um ambiente em que se sintam seguras, em que tenham a alimentação, o alojamento, a higiene, o vestuário e cuidados de saúde assegurados. Porém, se o acolhimento residencial se restringir apenas aos cuidados básicos, não atendendo ao estabelecimento de laços afetivos e emocionais, o que será feito do desenvolvimento cognitivo e emocional destas crianças e jovens acolhidas? Será que o ambiente institucional se constitui num potenciador da requalificação identitária?

Com base neste questionamento, o estudo efetuado foca-se essencialmente na importância de adultos significativos, dentro da casa de acolhimento, nomeadamente do gestor de caso, dando o devido valor às suas relações de vinculação com as crianças/jovens, no processo de (re)construção saudável da identidade. De facto, pode-se afirmar que este é o maior desafio do acolhimento residencial. Nem todo o crescimento infantil está comprometido se forem dadas às crianças condições para que estas acreditem nas suas capacidades.

O facto de uma criança nascer numa família com determinadas problemáticas não significa que o seu futuro tenha que ser prejudicado. Tal como Erikson preconiza, um conflito por mais que não esteja resolvido, pode vir a sê-lo em qualquer uma das fases de desenvolvimento, desde que haja as devidas condições para que tal possa acontecer.

Quando se fala de crianças e jovens acolhidas, há que ter consciência que as suas histórias de vida foram marcadas por ruturas e muito sofrimento, sendo notório as suas dificuldades de definição identitária positiva. Às vezes, o esforço que estas fazem para mostrar o seu valor é provavelmente maior do que o de outra criança com história de vida mais favorável.

No entanto, auxiliar estas crianças/jovens nem sempre é uma tarefa fácil, pois utilizam o seu mecanismo de defesa, parecendo não precisar de ajuda ou desconhecendo a esperança, todavia cabe à casa de acolhimento, bem como às figuras de referência criar um ambiente social e relações simbólicas potenciadoras de requalificação identitária, permitindo trabalhar com estas crianças/jovens no sentido de melhorar a sua autoestima, gerando sentimentos satisfatórios e levando-as acreditar no seu verdadeiro valor.

Conceitos-chave: Vinculação; Identidade ; Comunicação; Gestor de Caso; Ressocialização.

ABSTRACT

Nowadays, the shelters are more and more prepared to receive children and young people, this with regard to physical conditions. In fact, there is an increasing concern to provide these children and young people with an environment in which they feel secure in having food, accommodation, hygiene, clothing and health care ensured. However, if residential care is restricted to basic care only, not taking into account the establishment of affective and emotional ties, what will be done to the cognitive and emotional development of these children and young people? Does the institutional environment constitute an enhancer in the requalification of identity?

Based on this questioning, the study carried out focuses essentially on the importance of significant adults, within the shelter, namely the case manager, giving due importance to the bonding relationships between children / young people and employees, in the process of (re) healthy construction of identity. In fact, it can be said that this is the biggest challenge of residential care. Not all child growth is compromised if children are given the conditions to believe in their abilities.

For a child to be born into a family with certain problems does not mean that his future has to be harmed. As Erikson advocates, a conflict, even if it is not resolved, can be resolved at any stage of development, provided that the conditions are right for this to happen.

When talking about children and young people welcomed, it is necessary to be aware that their life stories were marked by ruptures and a lot of suffering, and their difficulties in defining positive identities are notorious. Sometimes the effort they make to show their worth is probably greater than that of another child with a more favorable life history.

However, helping these children / young people is not always an easy task, as they use their defense mechanisms, seeming not to need help or ignoring hope, however it is up to the host house, as well as the reference figures to create an environment social and symbolic relationships that enhance identity rehabilitation, allowing us to work with these children / young people in order to improve their self-esteem, generating satisfactory feelings and leading them to believe in their true value.

Key Concepts: Binding; Identity; Communication; Case Manager; Resocialization.

Índice

INTRODUÇÃO.....	10
PARTE I-ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL	
.....	12
I. SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	12
I.1-Conceito de Criança.....	12
I.2-Distinção entre Risco e Perigo.....	14
I.3-Denúncias das Situações de Perigo.....	15
I.4-Procedimento em Situação de Perigo.....	17
I.5-Medidas de Promoção dos Direitos e Proteção (Artigo nº 35)	17
I.6- Acolhimento Residencial	18
II. CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOLHIDAS.....	24
PARTE II-ENQUADRAMENTO TEÓRICO	27
I. INSTITUCIONALIZAÇÃO	27
I.1-Vinculação.....	27
I.1.1-Figura De Vinculação.....	27
I.1.2-Perturbações Associadas À Ausência da Vinculação.....	28
I.1.3- Psicopatologia Durante O Período Da Infância	30
I.1.4- Vinculação Na Fase da Adolescência	31
I.1.5- Vinculação e Institucionalização	34
II. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR E SOCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	38
II.1- Identidade em Crianças e Jovens.....	45
II.1.2- Crise de Identidade e o Papel da Institucionalização	48
III. AUTOCONCEITO E AUTOESTIMA.....	51
III.1-Autoconceito	51
III.1.2 Autoimagem/ Autoestima	54
III.2-Autoconceito e Autoestima Nos Adolescentes Institucionalizadas.....	55
IV. GESTOR DE CASO	58
PARTE III-ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	62
I. METODOLOGIA	62
I.1-Principais Instrumentos de Recolha de Informação.....	62
II. OBJETIVOS DO ESTUDO	65
III. PARTICIPANTES	66

IV. CASA DE ACOLHIMENTO	66
IV.1- Enquadramento	66
IV.2- Missão, Valores e Visão	67
IV.3- Estrutura Organizacional	69
IV.3.1- Descrição dos Profissionais da Casa de Acolhimento	71
IV.4- Funções do Gestor de caso	72
IV.5- Relação dos Funcionários com as Crianças e Jovens	73
IV.6- Organização das Rotinas das Crianças e Jovens	74
IV.7- Caracterização das Jovens Acolhidas	77
PARTE IV-APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	81
I. CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO DE VIDA DAS PARTICIPANTES	82
II. TRABALHO REALIZADO PELO GESTOR DE CASO COM ESTAS JOVENS	86
III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS DINÂMICAS DESENVOLVIDAS	90
II.1- 1ª Dinâmica	92
II.2- 2ª Dinâmica	94
II.3- 3ª Dinâmica	96
II.4- 4ª Dinâmica	100
II.5- 5ª Dinâmica	102
PARTE V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
APÊNDICES	116
ANEXOS	132

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1-Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo	16
Figura 2-Pirâmide de necessidades de Maslow	20
Figura 3-Organograma Institucional	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Descrição de alguns dos Profissionais da Casa de Acolhimento	71
Tabela 2-Horário/Rotinas	75
Tabela 3-Escolaridade das Meninas.....	79
Tabela 4- Apresentação das Sessões Efetuadas.....	91

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Idade das Meninas.....	77
Gráfico 2-Duração do Acolhimento das Meninas	78
Gráfico 3- Número de Acolhimentos das Meninas.....	79
Gráfico 4-Contacto das Meninas com a sua Família	80

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice 1- Caracterização das Restantes Participantes nas Sessões Realizadas	117
Apêndice 2-Análise Detalhada das Sessões Desenvolvidas com todas as Participantes.....	121

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexos 1-Comunicação e os seus Obstáculos.....	133
Anexos 2-Impressões Clínicas de Todas as Participantes	135

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CA-Casa de Acolhimento;

CAT-Centro de Acolhimento Temporário;

C/J- Crianças/Jovens;

CPCJ-Comissão e Proteção de Crianças e Jovem;

UE- Unidades de Emergência;

FA-Famílias Amigas;

IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social;

LIJ-Lar de Infância e Juventude;

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo;

PI-Processo Individual.

INTRODUÇÃO

No âmbito do Mestrado Intervenção na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, a presente dissertação centra-se essencialmente numa das medidas de promoção e proteção das crianças e jovens, mais especificamente no acolhimento residencial.

De facto, a institucionalização é um processo muito doloroso, constituindo-se o último recurso, em que muitas crianças e jovens não puderam escolher estar. Embora os seus contextos familiares sejam disfuncionais, estas C/J's sentiam-se pertencentes aqueles meios. Desta forma, a chegada à casa de acolhimento pode ser encarada pela C/J como uma perda ou rejeição por parte dos seus familiares e dos outros que lhes eram significativos.

A natureza dos laços afetivos criados com as figuras de vinculação é fulcral na relação da C/J com a sociedade nos seus diferentes contextos sociais. Quando esta relação é insegura, a C/J tem mais dificuldades em estabelecer ligação com o mundo. Todavia, é possível reorganizar os laços de vinculação tornando a C/J resiliente, através da construção de ligações afetivas e emocionais duradouras com figuras significativas para a C/J, sejam estas pessoas familiares ou pessoas externas ao seu contexto familiar. Desta forma, esta pesquisa irá incidir na importância das relações estabelecidas com figuras de vinculação dentro da casa de acolhimento, como fator potenciador da requalificação identitária destas C/J's.

Efetivamente, esta investigação é resultante, sobretudo, de uma reflexão crítica numa casa de acolhimento residencial, na qual foi desenvolvido o estudo, de modo a ter um conhecimento mais aprofundado do funcionamento desta casa de acolhimento, bem como das histórias e projetos de vida das crianças e jovens acolhidas. A oportunidade de estar em contacto com as meninas facultou uma aproximação com a sua realidade, neste caso, de uma casa de acolhimento, permitindo observar e participar no dia-a-dia destas meninas, nas mais diversas atividades, estabelecendo relação com estas e com os funcionários.

Deste modo, a pesquisa desenvolvida foi de natureza qualitativa, uma vez que proporciona uma recolha de informação mais complexa, obtendo um maior conhecimento e, por sua vez, uma melhor compreensão da situação em análise.

No que concerne ao objetivo principal, este consistiu-se em conhecer o potencial do trabalho do gestor de caso como figura de vinculação afetiva no processo de requalificação identitária das crianças e jovens institucionalizadas. Assim, o trabalho realizado foi orientado atendendo à seguinte hipótese de partida: «O Gestor de Caso é uma figura de vinculação afetiva segura que contribui para a requalificação identitária das crianças e jovens institucionalizados?».

Quanto à estrutura da dissertação, esta encontra-se organizada em quatro partes, com os capítulos e subcapítulos, para além da introdução e das considerações finais.

A primeira parte é referente ao enquadramento contextual do acolhimento residencial, de modo a que qualquer pessoa, independentemente de ter ou não conhecimento na área da Infância e Juventude, possa compreender o processo que ocorre até ao acolhimento residencial.

A segunda parte é dedicada ao enquadramento teórico cuja intenção concerne em explicar detalhadamente, com base em diversos autores e teorias, o que acontece na vida destas crianças e jovens acolhidas, tendo uma pequena noção do que estas já vivenciaram e do que estas sentem com a experiência do acolhimento. Esta parte da dissertação também possibilita perceber e interpretar algumas observações e dinâmicas desenvolvidas ao longo da pesquisa realizada.

Já a terceira parte focaliza-se no enquadramento metodológico, especificando os métodos de trabalho utilizados para a investigação e fornecendo um conhecimento da casa de acolhimento, de forma a ter acesso ao seu funcionamento.

Por último, a quarta parte diz respeito à análise e discussão dos dados, na qual há um estudo em particular de três jovens acolhidas dando a conhecer as suas histórias de vida para poder interpretar as dinâmicas executadas, sendo que, seguidamente, faz-se a descrição e reflexão das atividades planeadas e implementadas.

PARTE I-ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

I. SISTEMA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

I.1-Conceito de Criança

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, artigo nº1, a criança é todo o ser humano até aos 18 anos, salvo se, atingir a maioridade mais cedo, de acordo com a legislação de cada país.

As crianças não são todas iguais, possuem traços comuns mas identidades diferentes, logo o tratamento prestado também deve ser distinto. O conceito da infância está relacionado com os conceitos de família, grupos de pares e escola. Na família é de se ter em conta a socialização primária, em que está inserida a garantia da satisfação das necessidades básicas, sentimento de pertença ao seio familiar, aprendizagem de ligações horizontais, garantia de proteção física, psicológica, social e sexual face a diversas situações. No grupo de pares referencia-se o apoio na experimentação de vários papéis e na busca de autonomia em relação ao contexto familiar, bem como a aprendizagem de regras novas da sociedade. Na escola, a criança aprende a desempenhar novos papéis e novas normas, funcionando como um «teste» às aprendizagens antecedentes (Menezes, 2016).

No entanto, apesar da família estabelecer vínculos afetivos de qualidade necessários para o desenvolvimento e bem-estar das crianças, por vezes, existem diversas razões, geralmente multifatoriais e bastantes complexas, que podem ocorrer, colocando em causa os direitos fundamentais dos menores, deixando-os em situações de vulnerabilidade, originando potenciais riscos ou até mesmo perigos para a sua segurança, bem-estar, formação, saúde, desenvolvimento e educação (ISS, I.P., 2016, p.11).


Atualmente, podem ser detetados diversos problemas e desafios: como o facto das famílias serem constituídas por menos membros, havendo uma tendência para se diversificarem em termos de estrutura; as migrações de familiares aumentaram; redução do espaço de autonomia das crianças em sítios urbanos devido a constantes perigos; menor tempo e coesão por parte da família em relação à criança; alteração das redes e padrões de dependência familiares; elevado número da pobreza e exclusão social; alimentação inadequada e escassa; aumento do desemprego; exploração infantil;

toxicodependência e alcoolismo; a escassez de equipamentos de auxílio à maternidade e à infância; a privação de diálogo e castigos físicos; o autoritarismo ou exagero de permissividade; a crescente rutura familiar (Menezes, 2016).

As medidas sociais associadas à infância estão ligadas com a igualdade de oportunidades, cidadania, participação, responsabilidade, integração e multidimensionalidade e intervenção local (Menezes, 2016).

Hoje em dia a criança é reconhecida como sujeito que contém direitos, sendo definida como um ser humano dos 0 aos 18 anos (Convenção dos Direitos da Criança). A lei que regula a proteção de criança e jovens (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 31/2003, de 22 de agosto, e pela Lei n.º 142/2015, de 8 de setembro), fortalece a conceção de criança e o princípio da cidadania, definindo os seguintes princípios:

- + **Interesse Superior da Criança e do Jovem**- visa satisfazer as suas necessidades ao nível educacional, físico, afetivo, atendo aos interesses e direitos desta;
- + **Privacidade**- respeitar a privacidade da criança, bem como a sua intimidade, a imagem, a vida privada, isto é, há informações sobre estas que não devem ser partilhadas;
- + **Interesse Precoce**- a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- + **Intervenções Mínima**- só devem intervir as instituições/entidades necessárias à promoção e à proteção;
- + **Proporcionalidade e Atualidade**- a intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança se encontra, recorrendo à utilização de medidas necessárias;
- + **Responsabilidade Parental**- o objetivo é trabalhar a criança e a família, de modo a que os pais assumam a sua responsabilidade (deveres), para mantê-la na sua família;
- + **Primado da Continuidade das Relações Psicológicas Profundas**- a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem; Primado da continuidade das relações psicológicas profundas - a intervenção deve respeitar o direito da criança à preservação das relações afetivas estruturantes de grande significado e de referência para o seu saudável e harmónico desenvolvimento, devendo prevalecer as medidas que garantam a continuidade de uma vinculação securizante;
- + **Prevalência da Família**- a família é trabalhada ao máximo para que a criança permaneça nessa família, dando prevalência às medidas que nela as integram, quer seja família biológica, quer promovendo a sua adoção ou outra forma de integração familiar estável;
- + **Direito à Informação**- tanto a criança ou jovem como os pais, o representante legal ou que tenha a sua guarda de facto, têm direito a serem informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção a ser tomada e da forma como se esta se processa;
- + **Audição Obrigatória e Participação**- a partir dos 12 anos, a criança participa na decisão da intervenção, sendo importante a sua palavra. Deste modo a criança, e quem tem a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;

 **Subsidiariedade-** está relacionada com a ordem de intervenção perante a criança, em que as escolas, hospitais, creches, infantários constituem as entidades de primeira instância, tendo um papel fundamental, seguindo-se da CPCJ e por último os tribunais (Artigo 4º).

I.2-Distinção entre Risco e Perigo

O conceito de risco de situações de maus tratos em crianças e jovens é mais vasto e extensivo do que o das ocorrências de perigo, identificadas na lei, podendo levantar maiores dificuldades na distinção entre ambas (Instituto da Segurança Social, 2017).

As situações de risco envolvem um perigo iminente para a definição dos direitos da criança como, por exemplo, situações de dificuldades financeiras, apesar de não ter atingido um grau superior de probabilidade da mesma ocorrer; situações cuja criança se encontra potencialmente sujeita a omissões na satisfação das suas necessidades de ordem física (alimentação, vestuário, higiene, saúde, segurança); sócio emocional (interação, afeto, estimulação, atenção); ou familiar. (Instituto da Segurança Social, 2017).

Deste modo, a manutenção ou inalteração dos fatores de risco poderão, em determinadas situações, conduzir a situações de perigo, uma vez que os fatores de promoção e proteção das crianças ou jovens encontram-se ausentes (Instituto da Segurança Social, 2017).

Todavia, nem todas as situações de perigo se sucedem, obrigatoriamente, de situação de risco anteriormente identificada, podendo, por vezes, ocorrer mediante um acontecimento de crise intensa, por exemplo, morte, divórcio ou separação (Instituto da Segurança Social, 2017).

Nas situações de risco, a intervenção é direcionada de forma a que haja uma superação da mesma, tendo como objetivo a prevenção primária e secundária das situações de perigo, recorrendo para tal à implementação de políticas, estratégias e ações para que possa haver essa precaução. Geralmente, estas políticas são direcionadas a toda a população ou a grupos específicos de famílias e crianças em situações de maior vulnerabilidade, exemplificando, campanhas de informação e prevenção, respostas de apoio à família, à criança e ao jovem (RSI, habitações sociais, prestações sociais, alargamento da rede pré-escolar), entre outras (Instituto da Segurança Social, 2017).

Em situações de perigo, a intervenção pretende remover o perigo existente em que a criança ou jovem se encontra, aplicando medidas de promoção e proteção, bem como proporcionar a prevenção de reincidências e a compensação e superação das consequências dessas situações.

Segundo o artigo nº3 da Lei de Promoção das Crianças e Jovens em Perigo, considera-se que uma criança ou jovem encontra-se em perigo quando se verifica as seguintes situações:

- ✚ Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- ✚ Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- ✚ Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- ✚ É obrigada a actividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal; ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- ✚ Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- ✚ Assume comportamentos ou se entrega a actividades ou consumos que afectem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto, se oponham de modo adequado a remover essa situação (Instituto da Segurança Social, 2017).

I.3-Denúncias das Situações de Perigo

As situações de perigo podem ser comunicadas por qualquer indivíduo às entidades competentes em matéria de infância e juventude, nomeadamente, às entidades policiais, autarquias locais, segurança social, serviços de saúde, escolas e associações desportivas culturais e recreativas (Instituto da Segurança Social, 2017).

Estas entidades comunicam às CPCJ as situações de perigo de que têm conhecimento no exercício das suas funções sempre que não possam assegurar no tempo adequado a proteção que a situação possa exigir.

As CPCJ comunicam ao Ministério Público:

- ✚ quando considerem adequado o encaminhamento para adopção;
- ✚ quando não haja ou sejam retirados os consentimentos para a intervenção, bem como no incumprimento dos acordos;
- ✚ quando não existam os meios para aplicar ou executar a medida adequada;
- ✚ quando findo o período de 6 meses após conhecimento da situação e não tenha sido proferida decisão;
- ✚ quando justifiquem procedimento cível;
- ✚ quando as situações consideram adequadas o encaminhamento para a adopção (Instituto da Segurança Social, 2017).

Só em última instância é que o processo irá ser transferido para o tribunal, havendo uma intervenção judicial.

A intervenção judicial tem lugar quando:

- ✚ não está instalada CPCJ ou quando a comissão não tenha competência nos termos da lei para aplicar a medida de promoção e protecção adequada .
- ✚ não seja prestado/retirado o consentimento necessário, ou haja oposição da criança/jovem;

- ✚ o acordo de promoção e protecção seja reiteradamente não cumprido; CPCJ não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida;
- ✚ ausência de decisão da CPCJ nos 6 meses seguintes ao conhecimento da situação;
- ✚ o MP considera a decisão da CPCJ ilegal/inadequada;
- ✚ o Tribunal apensa processo da CPCJ ao processo judicial (Instituto da Segurança Social, 2017).



Figura 1-Sistema de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens em Perigo

Fonte: Instituto da Segurança Social, 2017.

Nos termos da LPCJP, a promoção e proteção das crianças jovens, tal como se verifica através da *figura 1*, inicialmente é da competência das entidades de primeira linha, designadamente das autoridades policiais, escolas, autarquias, hospitais, segurança social, entre outros, que tenham atribuição em matéria de infância e juventude, só posteriormente das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e, em última instância, os Tribunais.

Cabe às entidades públicas e privadas que estão representadas na base da pirâmide (*figura 1*), intervir de forma a prevenir e evitar que situações de perigo ocorram, uma vez que estas entidades de primeira linha têm maior proximidade com as crianças e as suas respetivas famílias. Porém, o que muitas das vezes acontece, quer seja por constrangimentos a nível dos recursos humanos ou logísticos ou até mesmo por questões de mentalidade instituída, por exemplo, as instituições escolares sinalizam de imediato às CPCJ's, não intervindo estes agentes escolares ativamente no diagnóstico e prevenção, funções estas que são da sua competência. Deste modo, o que se tem vindo a constatar é o excessivo número de sinalizações à CPCJ devido, como é exemplo, a situações de absentismo escolar.

De acordo com a pirâmide, só deveriam ser entregues casos graves aos Tribunais, em que não houvessem meios para conseguir poder eliminar a situação de perigo, ou

então, situações em que não haja a colaboração dos progenitores ou do próprio jovem cuja faixa etária seja igual ou superior a 12 anos. Assim, os Tribunais devem intervir apenas em último recurso (Alves, 2007).

I.4-Procedimento em Situação de Perigo

Relativamente ao procedimento efetuado em situações de perigo, este consiste em primeiro identificar a existência de uma criança ou jovem em situação de perigo na sua família, sendo posteriormente elaborado um diagnóstico inicial de forma a saber mais informações acerca da gravidade do caso em análise. Este diagnóstico vai permitir avaliar se há ou não a necessidade de recorrer a uma retirada. Se após esta intervenção considerar que não existem condições de segurança para a criança/jovem permanecer, providencia-se o acolhimento.

Em situações de perigo eminente, que represente a exposição de riscos imediatos para a vida da criança/jovem, recorre-se ao Acolhimento de Emergência.

Todavia, é fundamental mencionar que caso a situação de perigo sinalizada seja minimizada ou até mesmo eliminada através da intervenção efetuada pelos técnicos junto da família, a criança não é afastado do seio familiar.

Caso a criança/jovem seja retirada, esta será acolhida numa Casa de Acolhimento Residencial. Aqui os técnicos continuam a trabalhar com a família, de forma a reunir as condições necessárias para o possível regresso da criança/jovem.

Se após a realização do diagnóstico mais complexo da situação, se verificar que a família já possui condições de segurança, estão reunidas todas as condições necessárias ao desenvolvimento da criança, esta pode regressar ao seu meio familiar, sendo sempre acompanhada pelos respetivos técnicos. Caso o perigo permaneça e se constate que o regresso da criança/jovem seja mais tardio, não havendo outra opção em meio natural de vida, continuará na Casa de Acolhimento (Alves, 2007).

I.5-Medidas de Promoção dos Direitos e Proteção (Artigo nº 35)

No que concerne às medidas de promoção e de proteção, estas são efetuadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, mediante a sua natureza, e podem ser decididas a título temporário (Instituto da Segurança Social, 2017).

As medidas em meio natural de vida dizem respeito:

- Apoio junto dos pais;
- Apoio junto de outro familiar;

- Confiança à pessoa idónea;
- Apoio para a Autonomia de Vida (Instituto da Segurança Social, 2017).

Em meio natural de vida , deve abranger:

- ✚ os cuidados de alimentação, higiene, saúde (incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica) e conforto a prestar;
- ✚ a identificação do responsável pela criança ou jovem durante o período de impossibilidade dos pais ou das pessoas a quem esteja confiada;
- ✚ o plano de escolaridade, formação profissional , trabalho e ocupação de tempos livres;
- ✚ o apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição (Instituto da Segurança Social, 2017).

As medidas de colocação são da competência exclusiva das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e dos tribunais, designadamente:

- Acolhimento Familiar;
- Acolhimento Residencial;
- Confiança à pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção (Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto) (Instituto da Segurança Social, 2017).

Em colocação, deve integrar:

- ✚ a modalidade de acolhimento e o tipo de família ou de lar;
- ✚ os direitos e deveres dos intervenientes, nomeadamente a periodicidade das visitas e os montantes da prestação correspondentes aos gastos necessários a ter com a criança ou jovem;
- ✚ a periodicidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativas e às autoridades judiciárias, bem como a identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar (Instituto da Segurança Social, 2017).

I.6- Acolhimento Residencial

De acordo com a LPCJP, o acolhimento de crianças e jovens:

«consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados...tem como finalidade contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral» (Diário da República, Artigo 49º, nº 1 e 2).

O Sistema Nacional de Acolhimento é composto por um conjunto de respostas de acolhimento por parte do Estado e da sociedade civil (Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras entidades), direcionadas para crianças e jovens em situação de perigo.

Estas respostas estão organizadas em três níveis distintos, em função das necessidades de intervenção após a análise das problemáticas, sendo estas:

- Acolhimento de Emergência em Unidades de Emergência (UE);
- Casas de Acolhimento com respostas a problemáticas específicas (CA);
- Apartamentos de autonomização (Lei nº 147/99, Artigo 50º).

Unidades de Emergência

O acolhimento de emergência funciona em qualquer hora, tanto de diurno como no noturno, nos 365 dias do ano. As Unidades de Emergência dispõem de camas em Casas de Acolhimento Residencial, para acolher crianças e jovens em situação de perigo até 48 horas. Cabe a esta resposta de acolhimento satisfazer as necessidades básicas da criança ou jovem. Posteriormente, a criança ou jovem irá ser encaminhada, de acordo com as particularidades de cada caso, para o regresso à família ou acolhida numa Casa de Acolhimento. Este acolhimento é direcionado a crianças e jovens entre os 0 e os 18 anos em situação de perigo muito grave, em que a criança ou o jovem não possa permanecer naquele momento junto da família (Alves, 2007).

Casa de Acolhimento

A casa de acolhimento visa garantir, sempre que possível, condições de vida aproximadas à de uma família, (tal como se pode verificar através da Pirâmide Maslow), através da satisfação de todas as necessidades básicas da criança/jovem, promovendo a reintegração na família e na comunidade, contribuindo para a valorização individual, profissional e social.

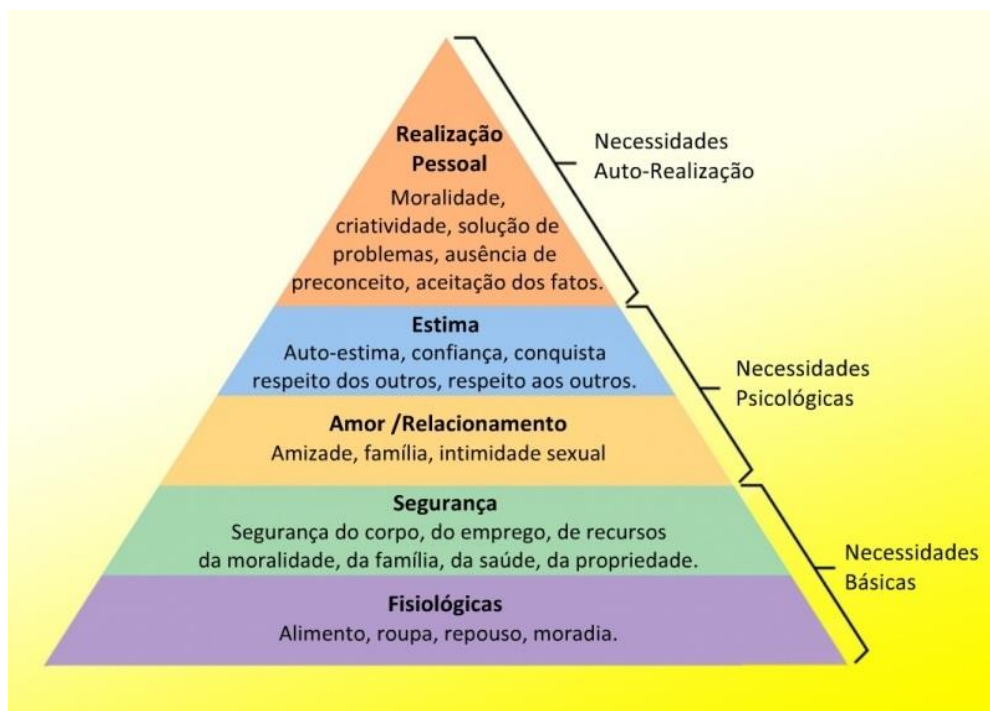


Figura 2-Pirâmide de necessidades de Maslow

Fonte: Alves, 2007, p.168.

Esta resposta de acolhimento é direcionada a crianças e jovens cujas condições familiares são insuficientes, existindo várias lacunas ao nível da educação, entre outros fatores. Deste modo, cabe à casa de acolhimento proporcionar a cada criança/jovem que acolhe os meios essenciais ao seu desenvolvimento físico, social, psicológico e escolar. Tendo sempre em atenção a sua singularidade e privacidade, estimulando para a aquisição de regras e valores, responsabilizando-se pelas condições de saúde e pela alimentação saudável da criança/jovem (Alves, 2007).

Ao contrário da unidade de emergência, aqui a integração da criança/jovem na casa de acolhimento é planeada, havendo uma preparação para o seu acolhimento, atendendo à troca de informação prestada entre a entidade que aplica a medida, a entidade responsável pela gestão de vagas e a instituição em que a criança/jovem irá permanecer, tendo sempre em consideração a melhor proteção e promoção dos direitos da criança ou jovem a acolher. Esta intervenção planeada envolve a preparação da criança ou jovem e, sempre que possível, da sua respetiva família (Lei nº 147/99, Artigo 51º).

Cada casa de acolhimento funciona de acordo com o regime fixado. Neste âmbito, os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança/jovem, podem visitá-las conforme os horários e as regras de funcionamento da instituição, havendo

exceção por parte da decisão pelo Tribunal. Na ausência de idoneidade das pessoas mencionadas anteriormente, a CPCJ ou o Tribunal podem permitir outros adultos de confiança, que mantêm relações afetivas com a mesma, a visitarem-na (Lei nº 147/99, artigo 53º).

A casa de acolhimento possui equipas articuladas entre si para poderem assegurar o desenvolvimento físico, psicológico e social destas crianças/jovens, sendo estas:

- Equipa técnica, integrando elementos multidisciplinares, nomeadamente, nas áreas da psicologia, trabalho social, educação social e o diretor técnico;
- Equipa educativa, constituída por profissionais com formação específica em funções de acompanhamento socioeducativo;
- Equipa de apoio, envolvendo colaboradores de serviços gerais (Lei nº 147/99, artigo 53º).

A instituição também pode recorrer aos serviços e respostas exteriores, nomeadamente nas áreas do direito e da saúde (Lei nº 147/99, artigo 53º).

Na casa de acolhimento é fundamental a realização de um diagnóstico mais complexo de cada situação. Efetivamente, se se verificar que a família já possui condições de segurança e que estão reunidas todas as condições necessárias ao desenvolvimento da criança, esta pode regressar ao seu meio familiar, sendo sempre acompanhada pelos respetivos técnicos. Caso o perigo permaneça e se constate que o regresso da criança/jovem deve ser mais tardio, não havendo outra alternativa em meio natural de vida, esta permanecerá na Casa de Acolhimento (Alves, 2007).

Assim, torna-se imprescindível a existência de uma avaliação contínua, tendo em vista a reunificação familiar ou, caso tal não seja o mais apropriado, outra alternativa de natureza não institucional, como é exemplo a adoção, a integração no agregado da família alargada ou até auxiliar o início para a uma vida independente, se for um jovem (Alves, 2007). A equipa técnica da instituição tem um papel fundamental na revisão da medida de acolhimento aplicada, sendo ouvida pela entidade decisora (Lei nº147/99, artigo53º).

No acolhimento deve-se ter atenção o facto da instituição ser o mais próximo possível da família de origem da criança/jovem, de forma a poderem proporcionar visitas à mesma, exceto nas situações em que é aconselhado o afastamento do meio familiar, tendo em vista o interesse superior da criança/jovem. Em casos que exista outros irmãos

acolhidos, deve-se mantê-los juntos, exceto decisões judiciais contrárias (Lei nº 147/99, artigo 58º).

Constrangimento da Institucionalização

O que por vezes acontece, tal como já foi mencionado, é que existem lacunas na intervenção preventiva no que respeita ao trabalho com as famílias, tornando-se a retirada da criança/jovem para casas de acolhimento a resposta mais viável para evitar o perigo em que ela se encontrava. Outro aspeto diz respeito às várias vulnerabilidades no acompanhamento das famílias após a institucionalização da criança/jovem, com visto ao seu regresso. Também em relação à família, outra situação que muitas vezes se sucede é ausência da família durante o processo de acolhimento da criança/jovem, havendo uma desresponsabilização no seu acompanhamento, isto devido à intervenção técnica ineficaz, continuando a subsistir os obstáculos. Apesar de ser ou não disfuncional, a família apresenta rotinas diferentes, das quais a criança/jovem que se encontra no momento institucionalizada fica excluída: podendo surgir outros elementos no agregado, como por exemplo, outros filhos, novo companheiro, casamento, outra residência, entre outros. Se os laços de afeto não são mantidos no decorrer do processo de acolhimento e se a família não é responsabilizada nem envolvida, o que tende acontecer é o seu desaparecimento, podendo levar a criança/jovem à perda do «seu lugar» no agregado (Alves, 2007).

O tempo de acolhimento também se constitui um fator de constrangimento, uma vez que as crianças e jovens que vivem na casa de acolhimento ou que estão ao abrigo de famílias de acolhimento estão muitas das vezes mais de 6 anos acolhidas (ISS, I.P., 2006). Isto é o oposto do que deveria acontecer no acolhimento. A resposta não deveria ser de carácter permanente para criança/jovem, não havendo muitas vezes outros recursos em meio natural de vida. Tal também se deve ao facto de não haver possibilidade de reintegrar a criança/jovem no agregado familiar. É de referir que a manutenção no acolhimento da criança/jovem apresenta algumas falhas no que concerne à definição dos projetos de vida das mesmas, devido à confusão na definição dos responsáveis e também em consequência da suspensão consecutiva das diligências necessárias para a orientação do projeto mais adequado da criança/jovem. Para a criança/jovem quando mais duradouro for o seu acolhimento, menor serão as suas oportunidades de poder crescer num ambiente familiar, seja o seu ou outro, designadamente o da adoção. Quanto mais idade tiver a criança/jovem, maiores são as dificuldades de poder reintegrá-la nos hábitos e rotinas

familiares, pois já adquiriu as normas estabelecidas pela instituição. Por outro lado, a família também terá dificuldades em (re)estabelecer laços com um adolescente, em virtude da faixa etária, bem como pelo distanciamento afetivo.

Um outro aspeto a citar nos constrangimentos da institucionalização é a falta de especialização das instituições de acolhimento para lidar com as novas problemáticas verificadas atualmente. Estas problemáticas apresentam uma diversidade nas características das crianças/jovens institucionalizadas, derivado a agregados familiares desestruturados, HIV, consumo e tráfico de estupefacientes, alcoolismo, abuso sexual, violência doméstica, crime, delinquência, entre outros. Sendo que há alguns anos atrás o acolhimento era mais direcionado à população infantil com carências na proteção familiar e social. Neste âmbito, jovens que foram abandonados e negligenciados contactam muitas das vezes com práticas ilícitas, adquirindo comportamentos agressivos. Quando acolhidos apresentam diversos obstáculos para si próprios mas também para os seus pares e para a casa de acolhimento:

- O jovem institucionalizado não consegue adaptar-se às normas, tendo dificuldades em habituar-se às rotinas institucionais;
- Os pares que já estão acolhidos podem sentir receio e inseguranças face aos comportamentos violentos do novo membro, reproduzindo os seus hábitos;
- As instituições podem sentir-se instáveis relativamente às condições no acompanhamento do jovem.

Decorrente deste contexto, muitos jovens recorrem à fuga, por longos períodos, desconhecendo-se o seu paradeiro. Pois não conseguem estabelecer o sentido de pertença (Alves, 2007).

Apartamentos de Autonomização

Estes apartamentos estão inseridos na comunidade, neles os jovens são auxiliados na transição para a vida adulta. Os objetivos passam por acompanhar o jovem no seu processo de autonomia, reduzindo o risco de exclusão social; fornecer apoio psicológico, material, social e de informação, designadamente para a entrada no mercado do trabalho; auxiliar os jovens de forma a desenvolverem competências individuais, escolares, sociais e profissionais através da execução de programas específicos (APAV, 2013). Este apoio é

direcionado a jovens com idade superior a 15 anos, bem como jovens mães com idade inferior a 15 anos, caso seja a medida mais apropriada de acordo com a situação em análise (Lei nº 26/2018, artigo 45º).

II. CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS ACOLHIDAS

Efetivamente, no que concerne ao ano de 2016, em termos de faixas etárias das crianças/jovens acolhidas no sistema residencial generalista verifica-se que 36% tem entre os 15 e os 17 anos, seguindo-se das faixas entre 12 e os 14 anos com 20%, encontrando-se na fase da adolescência e início da idade adulta. Em relação ao sexo, destaca-se um ligeiro predomínio do sexo masculino com uma percentagem de 52%, face ao sexo feminino com 48%.

Quanto à distribuição geográfica, constata-se que o distrito do Porto e Lisboa têm o maior número de crianças e jovens acolhidos e 53% tem idade igual e superior a 15 anos.

No que concerne às características particulares, 28% manifesta comportamentos disruptivos, essencialmente com o consumo esporádico de estupefacientes.

A nível escolar, a maioria das crianças e jovens estão a frequentar a escola, com predominância no Ensino Básico (30%), nomeadamente no 3º ciclo, e no Ensino Secundário (18%). Os intervalos de idade com maior relevância são entre os 15 e os 17 anos, correspondendo à conclusão do Ensino Básico e à entrada no Ensino Secundário. Esta fase consiste muitas das vezes em momentos instáveis na orientação vocacional, acabando muito desses jovens por desinvestir nos estudos e consequentemente abandonar as escolas. Relativamente à oferta educativa e formativa enfatizava-se os Cursos Profissionais (CP), seguindo-se os Cursos de Formação e Emprego (CEF) (ISS, I.P., 2017). Efetivamente, muitas destas crianças e jovens apresentam percursos escolares marcados pelo insucesso e desinvestimento escolar, tendência esta que por vezes se mantém durante o acolhimento.

Em termos de duração do acolhimento residencial generalista, observa-se que a maioria das crianças e jovens encontram-se há 2 ou mais anos acolhidos, realçando-se as idades entre os 15 até aos 20 anos. Atendendo a esta análise é necessário aludir para o elevado número de jovens que permanece 6 ou mais anos, o que não deveria acontecer.

Os principais motivos que levaram ao afastamento temporário da criança/jovem do seio familiar/meio natural de vida, de acordo com os processos de promoção e proteção, são diversos sobressaindo a negligência com 71% das situações de perigo,

designadamente a ausência temporária de suporte familiar, comportamentos desviantes e abandono/absentismo escolar. Ainda na negligência evidencia-se a falta de supervisão e acompanhamento familiar, em que a criança fica entregue a si própria ou com irmão menor de idade por longos períodos de tempo, com 58%. Ao nível dos cuidados de educação originadores do abandono e absentismo escolar, realça-se a exposição a modelos parentais desviantes, levando a criança/jovem a condutas desviantes e antissociais, com perturbações de desenvolvimento, embora intencionalmente. Ao nível dos cuidados de saúde o que por vezes acontece é a criança/jovem não receber os tratamentos necessários quando portadora de alguma doença física e/ou psicológica. Com menor peso face à situação de negligência estão o comportamentos de risco próprio da criança/jovem, como é exemplo, a ingestão de bebidas alcoólicas e o consumo de estupefacientes. Seguidamente à negligência, com uma percentagem de 9% os maus tratos psicológicos. Este último motivo que levou à retirada da criança/jovem, assume maior expressão e exposição as situações de violência doméstica (7,8%), a rejeição ativa da criança ou jovem, bem como o exercício de abuso de autoridade para com elas.

Relativamente às medidas aplicadas antes do primeiro acolhimento verificou-se que 54% das crianças e jovens já tiveram aplicadas algumas medidas em meio natural de vida, tendo sido alvo de intervenção por parte de equipas técnicas competentes. Intervenção essa ineficaz ou insuficiente para conseguir diminuir ou eliminar o perigo. Contudo, 36% das crianças e jovens, não tiveram, anteriormente ao acolhimento, aplicadas quaisquer medidas em meio natural de vida. Sendo esta uma percentagem bastante significativa face aos perigos diagnosticados.

Após a entrada numa casa de acolhimento, as crianças e jovens têm o direito de não serem transferidas para uma outra instituição ou família de acolhimento onde se encontram a residir, à exceção dessa decisão corresponder ao seu superior interesse (Lei nº26/2018, artigo 58º, alínea g). Devido à existência da recente Lei de Proteção de Crianças e Jovens, a modalidade de acolhimento em função da sua duração deixou de existir. Deste modo terminaram os constrangimentos a nível das transferências entre respostas de acolhimento, nomeadamente nos CAT's, cujo acolhimento não poderia ser superior a 6 meses, e nos LIJ, permanência mais de 6 meses. Estas transferências eram prejudiciais à estabilidade emocional das crianças e jovens. De acordo com a análise efetuada, 36% das crianças e jovens já passaram por uma ou mais resposta de acolhimento. Desta percentagem há que referir que 637 crianças e jovens já foram transferidos duas ou mais vezes, número esse ainda bastante considerável.

Quanto à deslocação, as crianças e jovens devem ser acolhidas em instituições perto do seu contexto familiar e social de origem , salvo se o seu superior interesse seja desaconselhado (Lei nº26/2018, Artigo 58º, alínea i). Segundo os resultados, (1.409) 18% destas são acolhidas fora da área de residência do seu agregado familiar, percentagem esta tendo em conta tanto acolhimento residencial como no familiar, predominando jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos.

No que diz respeito às fugas prolongada dos jovens que se encontram em situação de acolhimento, grande parte corresponde a jovens com problemas de comportamento associados, entre os 15 e 17 anos, destacando-se os do sexo masculino. O recurso à fuga pode ser por diversos motivos, como por exemplo a falta de capacidade dos cuidadores estabelecerem vínculos com os jovens. Estas fugas podem agravar a situação de perigo dos jovens, uma vez que ficam expostos a adultos com comportamentos desviantes, podem ficar abandonados ou até adotar comportamentos que coloquem em risco a sua vida. Desta forma, deve haver um conjunto de intervenções, nomeadamente terapêuticas para cessar este ciclo de comportamentos prejudiciais (ISS, I.P., 2017).

PARTE II-ENQUADRAMENTO TEÓRICO

I. INSTITUCIONALIZAÇÃO

I.1-Vinculação

I.1.1-Figura De Vinculação

A vinculação consiste num processo de seleção de figuras mais próximas, transmitindo proteção e permitindo ultrapassar os obstáculos decorrentes do meio envolvente. Esta relação de proximidade encontra-se relacionada com a satisfação das necessidades básicas da criança, revelando-se essenciais para a obtenção do sentimento de segurança.

De facto, qualquer pessoa que mantenha uma interação social constante com o bebé e que retribua espontaneamente os seus sinais, como o choro, sorriso, vocalizações, pode-se tornar figura de vinculação. No entanto, apesar de existirem diferentes figuras de vinculação, estas são hierarquizadas em função da prestação dos cuidados ao bebé e da qualidade das características anteriores (Guedeney & Guedeney 2002). Segundo Sroufe e Waters ,(1977, cit. por Guedeney & Guedeney, 2002, p. 34), *«não é tanto a especificidade do comportamento em si mesmo que conta mas o como e a finalidade desse comportamento. Se um comportamento é organizado com o objectivo de promover a proximidade, então funciona como comportamento de vinculação»*. A criança possui uma predisposição inata, que lhe possibilita vincular-se a uma pessoa em particular, isto é, num grupo regular de adultos, um dos indivíduos irá torna-se na figura de vinculação favorecida.

A relação de vinculação é concebida gradualmente, em que a criança procura conforto, proteção, bem-estar, tranquilidade e auxílio, surgindo também a angústia face ao desconhecido e o protesto em situação do afastamento. Estas duas últimas indicações são o resultado da existência de uma vinculação privilegiada (Guedeney & Guedeney, 2002). Ainsworth, 1989, delineou quatro características que permitem distinguir relações de vinculação das relações sociais, sendo estas a procura de proximidade; a conceção de segurança (ou seja, exploração do mundo que a rodeia, de forma mais autónoma e independente na presença da figura de vinculação); o conceito de comportamento de refúgio (isto é, quando se sente ameaçada regressa em direção à figura de vinculação); e,

por último, os comportamentos e atitudes diante da separação impensada (Guedeney & Guedeney, 2002).

I.1.2-Perturbações Associadas À Ausência da Vinculação

Neste subcapítulo, falar-se-á da carência e da separação da figura de vinculação, essencialmente nas instituições que acolhem crianças e jovens. Todavia, é de salientar que nem sempre as crianças maltratadas apresentam perturbações da vinculação e a mudança de modo positivo do meio pode levar a recuperações das perturbações.

Já há alguns anos que vários autores estudam a ligação entre o atraso no crescimento, a higiene da criança e a depressão, decorrentes da interrupção abrupta da relação com a figura de vinculação, nomeadamente com a mãe (Guedeney & Guedeney, 2002). Levy, Bender e Chess, retrataram os primeiros efeitos da insuficiência ou ausência relacional precoce: em que as crianças mostravam afeto em relação a qualquer pessoa, tendo dificuldades de higiene/cuidado e apresentando atraso no desenvolvimento, principalmente ao nível da linguagem. Para estes autores, estas crianças tornavam-se cada vez mais insensíveis, desiludidas, desanimadas e sem esperança, uma vez que eram rejeitadas nos lares ou nas famílias de acolhimento. A criança adquire um comportamento de proximidade com qualquer pessoa, como se a conhecesse, estas reações designam-se como «*sociabilidade sem discriminação*» (Guedeney & Guedeney, 2002).

Zeanah e Boris, 2000, sugerem três tipos de perturbações da vinculação: as perturbações da «*ausência da vinculação*», as perturbações da «*base de segurança*» e as perturbações da «*ruptura da relação da vinculação*».

Na primeira, «*ausência da vinculação*», existem dois tipos de situações, uma na qual há um retraimento emocional, em que a criança é tímida, envergonhada, isolada, não querendo qualquer tipo de ligação, e a outra é referente à sociabilidade indistinta, procurando a criança conforto e interações sociais com pessoas que não são conhecidas, sem exceções. Aqui a criança evidencia dificuldades na autoproteção e na autorregulação, buscando incessantemente conforto e segurança na demonstração de afeto, na cooperação e na exploração.

Na segunda perturbação, «*base de segurança*», a criança mantém uma vinculação prioritária a uma figura de vinculação, resultando distintas perturbações em função da relação estabelecida. Neste tipo de perturbação estão associadas quatro categorias de perturbação da base de confiança: «*pôr o perigo*», «*agarrar e exploração inibida*», «*vigilância e submissão*», e «*inversão de papéis*».

Perturbação da vinculação com pôr o perigo

No «*pôr o perigo*», a criança distancia-se da figura de vinculação, envolvendo-se em atividades provocadoras, que colocam em causa a sua vida, podendo envolver atos agressivos contra si mesma ou contra o progenitor(a). A existência de violência familiar, diretamente na criança ou no interior do seio familiar, pode estar relacionada com este comportamento de colocar-se em perigo, chamando frequentemente a atenção e a proteção de um dos progenitores, sem sucesso.

Perturbação da vinculação com agarrar e exploração inibida

A criança apresenta-se como tímida, com vergonha, impedindo que esta explore o mundo, tanto na presença da figura de vinculação como na de um adulto que não é familiar.

Perturbação da vinculação com vigilância e submissão excessivas

Nesta situação, a criança parece sentir receio de desagradar os pais, mantendo-se atenta a tudo o que acontece. Este tipo de relação é assinalada pelo abuso e pelo medo.

Perturbação da vinculação com inversão de papéis

A criança suporta toda a carga emocional resultante da relação, sendo desajustada esta para o seu desenvolvimento. Aqui, a criança estabelece um controlo sobre os pais, de modo a penalizar/castigar. A criança é valorizada e reconhecida. Este tipo de perturbação é das mais complexas, no sentido em que não é fácil reconhecê-la.

A última perturbação, que diz respeito às «*rupturas do laço de vinculação*», em que a criança passa pela perda ou privação de uma figura de vinculação. A extensão da figura de vinculação representa nesta fase do ciclo de vida transformações abundantes e relevantes, quando comparadas com outra etapa da vida. A perda pode suceder-se por falecimento de um dos pais ou por alterações contínuas de famílias de acolhimento. Um ponto importante, é perceber se uma vinculação anterior à perda pautada por inseguranças, fornece hipóteses de superação perante o efeito da perda ou se, contrariamente, ela se torna uma criança mais frágil, debilitada, indefesa e desprotegida (Guedeney & Guedeney, 2002).

I.1.3- Psicopatologia Durante O Período Da Infância

Um dos primeiros autores a identificar o sentimento de dor, mágoa e tristeza na criança foi Bowlby. Este dedicou-se ao estudo das condutas violentas e a inquietação da separação que, segundo este, são consequentes da problemática da vinculação.

Efetivamente, várias pesquisas evidenciam que a existência de sentimentos de segurança na vinculação protege a criança, no sentido de evitar a formação de perturbações psicológicas. Este facto está relacionado com a capacidade das crianças se sentirem mais seguras, regulando as suas emoções. Isto é, adquirindo um espírito mais desprendido, tentando solucionar obstáculos que encontram no quotidiano (Slade, 1987, cit. por Miljovitch, 2002).

Pelo contrário, as crianças mais inseguras tendem a sentir-se menos capazes nas suas tentativas de resolver os problemas com que se deparam. Em consequência possuem emoções negativas regularmente, conduzindo a níveis de ansiedade difíceis de controlar.

A criança ao sentir-se mais segura vai permitir a existência de uma regulação emocional, favorecendo o estabelecimento de relações entre distintas pessoas. Deste modo, a criança formará uma autoimagem mais positiva, contribuindo também para a construção de uma imagem favorecida no que diz respeito ao outro. Este tipo de relações são perspectivadas como satisfatórias, reforçando a sua imagem.

Atendendo ao exposto, a probabilidade destas crianças se envolverem em conflitos que as afetem negativamente é mais reduzida. E mesmo que surjam este tipo de trocas, o sentimento de confiança e convicção destas crianças previne contra os efeitos desfavoráveis e prejudiciais que possam encontrar futuramente.

Todavia, as crianças cuja segurança é menor desenvolvem pressentimentos de não serem dignas de ser amadas, bem como o pensamento que as relações só trazem deceções, sem sucesso. Desta forma, apresentam uma atitude desconfiada e submissa relativamente ao outro, impedindo muitas vezes a criação de relações benéficas. Assim, as suas relações encaminham-nas para uma imagem menos positiva de si próprias, produzindo sentimentos angustiantes, levando a que se tornem mais frágeis e desprotegidas às perturbações como a depressão e as perturbações do comportamento.

Bowlby (1981, cit. por Miljovitch, 2002) considerava que existia uma ligação entre a saúde mental dos indivíduos e a qualidade dos cuidados prestados nos primeiros anos de vida, constituindo-se estes como imprescindíveis na definição do seu percurso futuro. Este também afirmou que a criança ao estar separada da figura maternal por tempo

indeterminado tal leva a que sinta que foi abandonada e rejeitada. Estes sentimentos estão refletidos nas perturbações do comportamento e nas dificuldades que a criança tem em estabelecer relações com os outros.

Este facto alude para a situação das crianças institucionalizadas, cuja história de vida é muitas vezes assinalada por uma suspensão dos cuidados e alternância das figuras de referência, estando assim em risco no que diz respeito ao desenvolvimento de insegurança da vinculação.

Os padrões de vinculação inseguros estão associados com o desenvolvimento de conflitos ao nível do comportamento e que frequentemente estão presentes nas crianças e jovens institucionalizados (Pinhel *et al.*, 2009; Cicchetti & Tucker, 1994 cit. por Pereira *et al.*, 2004). Os jovens inseguros apresentam maior predisposição para a procura de apoio e proteção, apesar que esta procura é muitas vezes feita através da prática de comportamentos desviantes, como é exemplo de cometer atos criminosos. Embora as crianças institucionalizadas apresentem valores mais elevados de comportamentos agressivos e de isolamento, quando comparada com outras crianças, não existe diferenças estaticamente significativas que a institucionalização afeta diretamente o desenvolvimento de problemas de comportamento, mas sim, um efeito indireto por parte de representações inseguras da vinculação (Mota & Matos, 2008).

Em suma, é notório que a qualidade da vinculação entre a criança e as pessoas mais próximas constitui-se um fator crucial de resiliência, no que concerne a superar obstáculos. Quanto à vulnerabilidade, sentir-se-á mais frágil e menos seguro aquando de situações mais complexas.

I.1.4- Vinculação Na Fase da Adolescência

A adolescência é uma fase de intensas transformações, nomeadamente a nível interno, externo e cognitivo-afetivo. Há um afastamento das figuras de vinculação iniciais e uma alteração nas relações de vinculação: construção de novos laços de vinculação, necessidade de sistemas comportamentais sexuais e de cuidados parentais que se entrelaçam com o sistema da vinculação e o desenvolvimento de competências para se tornar uma figura significativa.

O desenvolvimento das competências cognitivas, faz com que o adolescente tenha em atenção os desejos e necessidades dos pais e não só as suas.

Muitas vezes o comportamento manifestado pelo adolescente relativamente às suas figuras de vinculação pode parecer conflitual, constrangido e divergente, caso não

seja integrado no contexto destas transformações comportamentais da adolescência. Aqui o sistema de vinculação desempenha um papel primordial, uma vez que permite que o adolescente ultrapasse o desafio de ser independente e autónomo, de forma mais segura.

Uma pesquisa atual mostrou que a existência de segurança na infância é uma mais-valia na qualidade da autonomia e na capacidade do adolescente se relacionar com maior segurança no período da adolescência (Allen e Land, 1999, cit. por Atger, 2002).

O sistema de exploração deve nesta etapa ser fortemente ativado e desenvolvido, na medida que os comportamentos de autonomia podem ser considerados como fazendo parte deste sistema. Para tal, os adolescentes necessitam de saber que têm sempre alguém que os apoie incondicionalmente, estando disponíveis para estes, construindo uma relação positiva com os pais e contribuindo para a sua autonomização (Allen e Land, 1999, cit. por Atger, 2002).

As relações com os pares, durante a infância, acarretam um papel importante no desenvolvimento social da criança, todavia, não apresentam tanto valor quando comparadas com as relações de vinculação. Só a partir da fase da adolescência é que, gradualmente, algumas destas relações vão progredir e os pares vão poder simbolizar figuras de vinculação. Já no final desta etapa, as relações de longa duração mantidas com os pares, como amigos ou parceiros amorosos, desempenham o papel de figura de vinculação nos mais diversos sentidos do termo. Daí as alterações ocorridas na adolescência, nos vários níveis, cognitivo-afetivo, desenvolvimental e social, desempenharem funções relevantes, uma vez que proporcionam ao adolescente assim como aos seus pares, tornarem-se eles mesmos figuras de vinculação, uns em relação aos outros (Buhrmester D., 1992, cit. por Atger, 2002).

«A adolescência não é um período ao longo do qual as necessidades de vinculação desaparecem; apenas são progressivamente transferidas para os pares» (Allen e Land, 1999, cit. por Guedeney & Guedeney, 2002).

O adolescente é pressionado no sentido de ter a necessidade de estabelecer novas relações com os pares, particularmente relações amorosas, devido ao sistema de vinculação e de reprodução presentes nesta fase. Estas relações vão sobrepor-se a certos papéis desempenhados na relação anterior, pais-filhos, pois são caracterizadas pela sua intensidade, pelos fortes afetos e pelos interesses partilhados. Aqui destaca-se a componente sexual destas relações como exercendo influência na componente associada ao laço de vinculação, na medida que inclui uma motivação considerável para criar relações, gerando afetos intensos, incrementando uma grande intimidade física e

psicológica, e concebendo uma história única de experiências partilhadas. É possível que as vivências anteriores, bem como os modos de organização dos pensamentos e das emoções, ligadas com a vinculação, serviram de exemplo para a natureza das relações sexuais do adolescente.

De facto, a adolescência é influenciada consoante o tipo de vinculação, segura e insegura, construída durante o período da infância. Segundo Bowlby, 1978, *«uma confiança absoluta na acessibilidade infalível e no apoio das figuras de vinculação é o suporte fundamental sobre o qual as personalidades estáveis e confiantes são construídas»* (Guedeney & Guedeney, 2002).

Os adolescentes seguros tendem a comunicar os seus problemas mais naturalmente com os pais. Uma pesquisa mostrou que os indivíduos seguros eram capazes de argumentar as suas inquietações de forma construtiva com os pais, tentando formas de resolução mais apropriadas, de modo a evitar conflitos. Enquanto os adolescentes inseguros tinham tendência para interpretar a intervenção dos pais como uma afronta ou para utilizar a discussão com os pais para ofender ou fazer pressão sobre estes.

Estes adolescentes que possuem menor segurança são mais emotivos à frustração, dado que normalmente esperam que os pais não os compreendam. As famílias inseguras estão, em particular, mal preparadas pois o facto do adolescente ser mais autónomo nesta fase é um problema, exigindo uma renegociação sensível das relações estabelecidas com os pais (Allen e Land, 1999, cit. por Atger, 2002).

De facto, parece haver ligações entre a qualidade da vinculação do adolescente e a avaliação das relações com os seus pares. A forma como os adolescentes seguros agem com os seus pares é mais harmoniosa e gentil. Contrariamente, os adolescentes inseguros são mais distantes, com experiências menos positivas com os outros, havendo constrangimentos em relação aos afetos, podendo provocar o afastamento dos seus pares (Kobak e Sceery, 1988, cit. por Atger, 2002).

Um dos traços mais importantes das interações com pares são as relações amorosas e sexuais. Uma investigação com jovens de 16 anos não encontrou qualquer ligação entre a segurança do adolescente e a existência de relações sexuais ocorridas anteriormente, isto é, não há destaque entre os jovens mais seguros e inseguros por relação ao nível de intimidades sexuais de uns e de os outros. Por outro lado, verificou-se que adolescentes inseguros iniciam a sua atividade sexual precocemente quando comparados com os outros jovens. Outro aspeto a mencionar, diz respeito ao facto de jovens cuja vinculação é mais segura tenderem a ter menos parceiros sexuais, com uso mais frequente

de métodos contraceptivos. Um outro estudo enfatiza que raparigas seguras com 21 anos procuram mais manifestações afetivas antes de se envolverem em relações sexuais, parecendo também ser menos tolerantes no que concerne à sexualidade (Allen e Land, 1999, cit. por Atger, 2002).

I.1.5- Vinculação e Institucionalização

Com a ida destas crianças e jovens para uma casa de acolhimento, *«as sequelas das adversidades precoces podem ser recuperadas desde que as experiências posteriores sejam suficientemente positivas, ...»* (Rutter, 1995, cit. por Mendes & Santos, 2014, p.52). Deste modo, cabe à instituição iniciar um trabalho terapêutico, fornecendo estabilidade e segurança a estas, sendo também uma forma de estas confiarem mais em si próprias, ultrapassando o que vivenciaram anteriormente *«Só quando existe confiança no mundo exterior é que a criança pode enfrentar os conflitos e afectos do seu mundo interior, ...»* (Mendes & Santos, 2014, p.52). Todavia, é de salientar que é necessário sempre que for possível estabelecer ou manter o contato com as figuras de vinculação, independentemente das relações anteriores. Porém, podem existir exceções. Muitas vezes, pode acontecer os pais não terem comportamentos adequados e a criança/jovem continuar a sentir a sua falta, mesmo após o sucedido. *«A maioria mantém, por um lado, o desejo de voltar para esses pais, por muito inconscientes ou maltratantes que tenham sido, e, por outro, não conseguem ligar-se a ninguém, pois gostar de um implica tornar mau o outro»* (Mendes & Santos, 2014, p.54).

Estas crianças/jovens acabam por criar defesas rígidas como forma de se protegerem do exterior, devido à separação da família, exemplificando, às vezes os funcionários pensam que estas não têm sentimentos pela frieza, pelas atitudes e comportamentos.

Estes menores quando são institucionalizados sentem que foram abandonados pelos pais ou por outra pessoa que cuidava deles, manifestando sentimentos de culpa, pois deviam fazer com os pais gostassem e cuidassem mais deles. Para tal, é fundamental trabalhar com estas crianças/jovens, para que estas consigam perceber que a culpa não é delas, mas sim estão ali devido *«às insuficiências e falta de capacidade dos seus pais para os educar»*, dependendo da situação analisada.

Quando institucionalizadas, estas podem sentir a síndrome de indiferença ativa, isto é, quando estas não querem aproximar-se de alguém ou quando criam relações *«sem grande significado»*, tendo receio de voltar a sofrer ou a perder essa pessoa. Outras podem

sentir o oposto, ou seja, procuram criar laços afetivos com outros adultos, com o objetivo de obterem resposta (Mendes & Santos, 2014).

A Vida Relacional Dentro Da Instituição

Dentro da casa de acolhimento, a identidade da criança/jovem pode ser afetada, designadamente:

- ✚ Pela falta de proximidade para com a sua figura de vinculação;
- ✚ Pela ausência de informação da história pessoal da criança;
- ✚ Pelo estigma social que lhes é atribuído, podendo sentirem-se «*más*» ou «*sem valor*».

Também o facto de haver entradas e saídas de funcionários faz com que a criança/jovem não consiga estabelecer as devidas ligações. Outro ponto é referente ao facto de haver distintos funcionários a cuidarem daquela criança/jovem, fazendo que esta continue a procurar alguém com quem possa interagir. No ambiente familiar normalmente é diferente, uma vez que tem uma ou duas pessoas a cuidarem daquele/a menor e os horários são mais flexíveis (Mendes & Santos, 2014, p.54). Esta dificuldade em estabelecer relações de vinculação seguras com pessoas de referência dentro do contexto institucional, pode impedir a criação de uma relação privilegiada entre a criança e o adulto (Bowlby, 1981 & Pinhel *et al.*, 2009). Além disso, existe uma maior preocupação na prestação de cuidados físicos, ao invés de dar maior atenção ao desenvolvimento de relações e cuidados pessoais, dificultando deste modo a criação de uma relação gratificante com o adulto cuidador. (Frank, Klass, Earls, & Einsenberg, 1996 cit.por Pereira *et al.*, 2004). Para haver o desenvolvimento desta relação é fundamental que exista continuidade, disponibilidade e sensibilidade por parte do cuidador para com a criança/jovem (Pinhel *et al.*, 2009).

Não obstante, é de se mencionar que a instituição deve tentar, sempre que puder, proporcionar um ambiente mais semelhante ao familiar, o que por vezes é complicado «*A instituição deve fornecer substitutos parentais adequados e estáveis, com os quais se possa construir uma verdadeira história e um futuro*» (Mendes & Santos, 2014, p.54).

Estas crianças/jovens muitas vezes acabam por escolher um adulto, de forma a poderem desabafar, partilhar o seu sofrimento, alguém em quem confiem, que esteja sempre disponível para as ouvir. Este adulto irá ser a sua figura de referência, podendo ter um valor simbólico na «reparação», isto é, pode ter uma função reparadora pois é alguém que confiou nelas, na medida em que pode desenvolver um trabalho com a/o

menor de modo a perceber o que aconteceu antes da institucionalização, quais as suas angústias/receios, entre outros aspetos. *«O trabalho da separação é assim bastante importante, bem como a manutenção de uma postura pouco intrusiva, pois só assim é possível evitar que a criança entre na posição de prisioneira de uma relação imaginária com uma mãe ou pai idealizado.»*

Efetivamente, pode-se dizer que algumas das crianças/jovens acolhidas acabam por «substituir» a figura vinculativa por esse adulto privilegiado. Este adulto ao lhe dar suporte a nível físico e emocional, sendo uma figura de autoridade e, sobretudo, proporcionando-lhe sentimentos de segurança e de proteção necessários para o seu desenvolvimento, assume importância. Só a partir desta relação «securizante» é possível iniciar um trabalho mais elaborado com a criança/jovem, permitindo a construção de uma nova etapa. *«Só após o desenvolvimento de uma boa relação com o adulto que lhe serve de modelo dentro da instituição, poderá a criança desenvolver boas relações com os outros adultos da sua vida, incluindo os pais reais nos casos em que a sua reintegração familiar é possível»* (Mendes & Santos, 2014, p.56).

Apesar das crianças/jovens criarem relações com os adultos dentro da instituição, desempenhando algumas das funções que deveriam ser executadas pelos pais, não há aquele sentimento de pai e de mãe, uma vez que as relações estabelecidas com as suas figuras de vinculação são para a vida, enquanto com os adultos da instituição são temporários (Mendes & Santos, 2014).

A vivência em casas de acolhimento também tem sido associada a défices desenvolvimentais, como é exemplo, o atraso no desenvolvimento da linguagem e de funções cognitivas no crescimento psicomotor e físico e défice ao nível do desempenho escolar (Dell'Aglio & Hartz, 2004). Estes défices têm sido relacionados com a fraca estimulação motora, cognitiva e sensorial no contexto institucional (Nelson *et al.*, 2007 & Pereira *et al.*, 2004). Deste modo, a presença ou ausência de recursos sociais e pessoais, o tempo de institucionalização, a qualidade dos cuidados prestados e a idade de entrada na mesma, constituem-se como factores reguladores nos efeitos da institucionalização (McCall & Groark, 200, cit. por Pereira *et al.*, 2004 & Zeanah *et al.*, 2005).

Ainda que os estudos sobre os efeitos nefastos da institucionalização não apresentarem resultados claros e firmes, a insuficiente qualidade na prestação de cuidados e a falta do desenvolvimento de uma relação de vinculação com o cuidador têm consequências negativas futuras ao nível do desenvolvimento. Esta ligação encontra-se relacionada com o facto de haver a partilha de experiências de afeto positivo e de

regulação emocional apropriada, conhecendo a figura de vinculação como estando disponível, apoiando-a na exploração do meio e do *self* como capaz e reconhecida (Bretherton & Munholland, 1999 cit. por Pereira *et al.*, 2004).

Segundo Dozier, Stovall, Albus e Bates, 2001, apesar da institucionalização, a criança pode desenvolver uma relação de vinculação organizada, desde que seja garantida uma correta qualidade na prestação de cuidados, em que a figura de vinculação tenha a capacidade de responder de forma esperada, ajudando a criança a superar os seus obstáculos e limitações.

Assim sendo, torna-se crucial potenciar as capacidades de resiliência, isto é, ouvir estas crianças com estratégias para que estejam capazes de ultrapassar as suas dificuldades e limites. Para tal, é necessário que estas crianças tenham acesso a experiências positivas com outras pessoas, prolongando-se no tempo, com cuidadores a desempenhar papéis indispensáveis no estabelecimento de relações empáticas e seguras, encontrando a criança/jovem proteção e conforto para um desenvolvimento saudável (Pinhel *et al.*, 2009). É substancial estas crianças e jovens desenvolverem vínculos afetivos com figuras de referência, visto que estas figuras podem servir de abrigo para a raiva e revolta sentida por estas crianças/jovens, possibilitando um meio de confiança e estável (Matos, 2003, cit. por Mota & Matos, 2008). Estas relações de afeto e proximidade podem ser feitas com os funcionários da casa de acolhimento, uma vez que estes adultos assumem papéis para orientar, proteger e acarinhar, servindo de modelos identificatórios destas crianças e jovens. No entanto, ao enfrentarem as condições impostas por estes jovens, no estabelecimento de relações significativas com os mesmos, estes funcionários precisam de modelos internos de si mesmos e dos outros como disponíveis e confiáveis, de forma a serem capazes de proporcionarem segurança nas relações que criam (Mota & Matos, 2008).

A duração prolongada na casa de acolhimento leva a criança/jovem a estabelecer relações, de modo direto ou indireto, com um conjunto particular de pessoas que detém autoridade e responsabilidade sobre elas, designadamente técnicos, psicólogos, educadores, entre outros funcionários. As auxiliares educativas, designadamente as monitoras de grupo, destacam-se relativamente às pessoas que têm contacto com as crianças, uma vez que são incumbidas de proporcionar os cuidados corporais (entre outros) destas crianças, permanecendo mais tempo com elas, podendo passar a constituir-se como figura de referência para as mesmas. Esta situação alude para a importância de

todos os funcionários terem formação profissional e supervisão do trabalho realizado (Cavalcante, Magalhães & Pontes, 2007).

Desta forma, estes funcionários assumem-se como educadores, sendo necessário uma formação que regule e oriente os seus comportamentos, de forma a compreenderem a influência que estes podem ter na vida destas crianças/jovens (Bazon & Biasoli-Alves, 2000 cit. por Siqueira & Dell'Aglio). Também é essencial haver formação contínua destas equipas para que haja desenvolvimento da consciência social, bem como uma noção que o seu trabalho tem impacto direto no desenvolvimento das crianças e jovens institucionalizadas (Bazon & Biasoli-Alves, 2000 cit. por Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

De acordo com Nogueira, (2005, cit. por Cavalcante *et al.*, 2007), pelo facto da casa de acolhimento ser o local onde residem estes jovens, apresentando estes percursos de vida marcados por vivências traumáticas, deve o contexto institucional preocupar-se em garantir a qualidade dos cuidados prestados às crianças/jovens. É necessário que os cuidadores destas crianças/ jovens dirijam a sua atenção para eles, tentando compreender os seus interesses, habilidades, competências, dúvidas, dificuldades e limitações de cada uma, de modo a compreender o que os leva a terem determinados comportamentos.

Segundo Arpini, (2003, cit. por Mota & Matos, 2008), pesquisas com adolescentes institucionalizados demonstraram, através de relatos, que essa experiência institucional foi a melhor fase das suas vidas, posto que é um meio privilegiado para a construção de laços afetivos que se mantêm após a institucionalização.

Em síntese, a casa de acolhimento deve conceber uma rede de auxílio social e afetivo, disponibilizando os recursos precisos para lidar com situações menos positivas, familiares ou não, bem como modelos identificatórios positivos, que transmitam proteção e segurança (Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

II. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR E SOCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A socialização é um processo regular de interiorização dos elementos socioculturais do meio, contribuindo para a formação da identidade dos indivíduos (Alves, 2007). Para Dubar, (2005, cit. por Abrantes 2011), «*a identidade é o produto de sucessivas socializações,...*» (p. 131), e assume duas vertentes, a objetiva, resultante das interações com outros indivíduos e, a subjetiva, formada através das experiências vividas. «*A socialização é um processo interativo e multidirecional: pressupõe uma transação entre o socializado e os socializadores; não sendo adquirida de uma só vez, ela passa*

por renegociações permanentes no seio de todos os subsistemas de socialização» (Dubar, 1997, p.30).

Deste modo, pode afirmar-se que *«a socialização nunca é totalmente acabada»* (Dubar, 1997, p.96). Neste processo, o indivíduo adquire vários conhecimentos, como a forma de pensar, sentir, comportar-se e avaliar-se numa relação com os outros, nomeadamente nos sistemas sociais. É aqui que o indivíduo assimila as normas, os valores e os comportamentos, bem como as competências sociais, de modo a adaptar-se ao funcionamento do grupo e ao papel social que exerce (Alves, 2007). A socialização permite que o indivíduo construa a sua narrativa autobiográfica através do conjunto das experiências da socialização, interpretando-as, servindo de guião para as suas ações (Abrantes, 2011). Na socialização, a presença de agentes sociais significativos é essencial no que concerne à influência que estes representam (Alves, 2007).

Os agentes de socialização são inúmeros. A família, a escola e o grupo de pares são agentes significativos neste processo contínuo. Nas mais diversas culturas, a família aparece como a principal agência de socialização da criança ao longo da sua infância. Contudo, nas etapas posteriores da vida do indivíduo, surgem outros agentes de socialização (Giddens, 2008). Porém, é de salientar que tanto a família como a escola não impõem uma forma acabada de representação do mundo, mas, sim, cada indivíduo é que constrói a sua representação de forma gradual (Alves, 2007).

Socialização Familiar

Os sistemas familiares são bastante diversificados, sendo que os contactos da criança variam consoante a cultura onde ela está inserida. Geralmente, é atribuído à mãe um papel fundamental para a criança na primeira fase da sua vida, devido à regularidade dos seus contatos. Em sociedades mais desenvolvidas, grande parte da socialização primária tem por base um contexto familiar de dimensão pequena, constituído por uma ou duas crianças, mãe e/ou o pai. Porém, em outras culturas, tios, tias e netos fazem parte do agregado familiar. Os contextos familiares são cada vez mais heterogêneos, algumas crianças crescem em lares monoparentais, outras com dois agentes de socialização, mãe e pai, outras com pais divorciados e outras com padrastos/madrastas. Grande parte das mães trabalham fora da sua residência, regressando ao trabalho logo após o nascimento dos seus filhos. Em contrapartida, a criança pode estar exposta a contextos negativos de socialização, designadamente à violência ou abuso sexual por parte do progenitor, de outras crianças com idades superiores, de algum outro adulto, afetando significativamente

o seu percurso de vida. Todavia, a família permanece como principal agência de socialização da criança.

As famílias ocupam «*posições*» distintas no conjunto geral das instituições na sociedades, isto é, em sociedades tradicionais o facto de uma pessoa nascer em determinada família define, em grande medida, a posição social do indivíduo para o resto da vida. Já em sociedades ocidentais mais modernas, a posição social não é herdada desta forma desde a nascença. Não obstante, a classe social da família e a região em que o indivíduo se encontra afeta consideravelmente os padrões de socialização. As crianças manifestam comportamentos característicos dos seus progenitores ou de outras pessoas da vizinhança ou da comunidade (Giddens, 2008).

Na sociedade são encontrados em diferentes setores, padrões de educação e de disciplina, tal como os valores e as expetativas contraditórios. Para compreender os distintos tipos de origem de família, «*se imaginarmos, por exemplo, como será a vida de uma criança que cresce numa família negra e pobre de um bairro degradado de uma cidade, em comparação com a de outra que nasça numa afluyente família branca num subúrbio branco*» (Giddens, 2008, p. 100).

A família é fundamental na socialização da criança, uma vez que a sua identidade é influenciada por este agente de socialização. No entanto, em sociedades ocidentais esta atribuição à família é menos visível, realçando-se o grupo de pares. As crianças com quatro ou cinco anos passam a maior parte do tempo convivendo com amigos da sua faixa etária, pois são colocadas desde muito cedo em infantários, de modo a que os seus familiares, especificamente a mãe, exerçam funções fora de casa. Deste modo, as escolas apresentam cada vez mais influência no estabelecimentos de relações entre pares. As relações entre pares baseiam-se no consentimento mútuo, no dar e no receber, ao contrário da situação de dependência familiar (Giddens, 2008). Segundo Piaget (cit. por Giddens, 2008), as relações entre pares são mais «*democráticas*» quando comparadas com a relação entre pais e filhos, em que estes últimos impõem códigos de conduta, devido ao seu poder. Já as relações entre pares são mais igualitárias. Aqui, as crianças testam e exploram regras de conduta pois exploram contextos divergentes.

O estabelecimento de relações entre pares é crucial na medida em que podem prolongar-se para o resto da sua vida, sobretudo em locais onde a mobilidade é mais reduzida. Mesmo que tal não aconteça, as relações entre pares durante a infância e a adolescência têm um impacto significativo para ao indivíduo (Giddens, 2008). Assim,

pode-se reconhecer estas relações entre pares como desempenhando um papel imprescindível para o desenvolvimento social e psicológico das crianças, pois facultam:

- ✚ «a prática de comportamentos, competências e papéis que contribuem para a formação da sua identidade pessoal: os amigos facilitam a aquisição de informação de forma directa e indirecta, sobre o código de comportamentos adequados ou não para determinadas situações, ajudando a compreender as regras do “jogo social”»;
- ✚ «viver experiências de aprendizagem fundamentais para a aquisição e manutenção de contactos sociais»;
- ✚ «diluir inseguranças, resolver conflitos, expressar emoções, partilhar dúvidas»;
- ✚ «partilhar as mesmas tendências estéticas, preferências, linguagens.» (Alves, 2007, p. 45).

A escola também se constitui como um agente de socialização formal, em que o processo de aprendizagem das crianças se encontra condicionado, uma vez que se espera que estas crianças aprendam a permanecer em silêncio no decorrer das aulas, sendo pontuais e cumprindo as normas de disciplina da escola. Às crianças é-lhes exigido obedecerem às regras dos docentes. As manifestações por partes dos docentes afetam as expectativas que as crianças têm em relação a si mesmas. A escola permite que as crianças criem grupos de pares, pois ao formarem turmas com crianças da mesma faixa etária reforçam o surgimento de laços.

Por vezes, as escolas são aparentemente um meio de refúgio relativamente aos meios sociais de origem. O acesso à educação permite que todas as crianças, independentemente do local de onde provém, possam ter a oportunidade de modificar, no sentido ascendente, as condições económicas e sociais, se conseguirem alcançar o sucesso. Nas sociedades modernas, a educação de massas está associada à igualdade de oportunidades, em que os indivíduos podem obter posições adequadas às suas competências. Todavia, o que acontece em muitas situações é o reforço das desigualdades existentes através da educação. Exemplificando, crianças que residem com condições financeiras precárias, tendem a ser menos estimuladas por parte dos pais para conseguirem alcançar êxito na escola. As instituições escolares de bairros danificados podem ter equipamentos em estado degradado, com um número de docentes inferiores ao que é suposto, isto quando comparadas com outras escolas de áreas mais abastadas. As crianças podem encarar a escola como um local desagradável, considerando não terem qualquer utilidade para o presente e futuro (Giddens, 2008).

Assim, pode-se afirmar que o desenvolvimento da criança/jovem é influenciado por variáveis externas. O contexto envolvente no decorrer do processo de socialização pode ser determinante para o seu desfecho. Apesar de cada indivíduo viver de forma distinta a fase da adolescência sob a intervenção dos contextos em que se insere, existem alguns indicadores transversais para o desenvolvimento equilibrado do jovem, tais como:

- ✚ Sentimento de competência e de investimento: quando o indivíduo confia nas suas capacidades. Erikson defendeu que a criança começa a ser reconhecida durante os primeiros anos de escola através dos seus trabalhos escolares, proporcionando o desenvolvimento de uma identidade estável ao longo da adolescência, tendo uma perceção de si própria enquanto membro produtivo para a sociedade;
- ✚ Sentimento de controlo na sua própria vida: o jovem acredita que pode interferir no seu futuro, pois é estimulado pelas suas ações;
- ✚ Sentimento de ligação aos outros: ao estabelecer ligações com outros indivíduos reduz a incidência de comportamentos antissociais. Nestas interações, os adultos asseguram o apoio emocional e social aos jovens, viabilizando a sua autonomia;
- ✚ Sentimento de identidade: a estabilidade do comportamento e uma idade adulta produtiva estão associadas à construção de uma identidade estável, através de relações interpessoais benéficas. Aqui é de realçar o apoio dos pais, amigos, docentes quanto aos seus objetivos futuros, bem como as oportunidades para se exprimirem (Alves, 2007).

No entanto, a questão que se coloca é a seguinte: quando o contexto de socialização é uma instituição e não uma família, como este contexto afetará o desenvolvimento equilibrado da criança?

Socialização Institucional

Atendendo à questão anterior, para a criança/ jovem adquirir um sentimento de competência e de investimento, terá de sentir que os adultos com quem convive reconhecem as suas aptidões, sendo estas escolares, desportivas, artísticas, entre outras. Contudo, para haver esse reconhecimento é necessário que exista um adulto na instituição que a acompanhe quotidianamente, incentivando-a no desenvolvimento das atividades pelas quais este demonstra maior interesse e satisfação.

No que concerne ao sentimento de autocontrole, é fundamental que a criança/jovem se sinta segura e estável no local onde se encontra acolhida. Não obstante, o sentimento de permanência na casa de acolhimento depende do comportamento e do cumprimento das normas institucionais, caso contrário pode ser convidada a sair. Por vezes, face ao tempo de permanência determinado por lei, como as 48 horas nas Unidades de Emergência ou a transferência para outra casa de acolhimento, os adolescentes têm graves distúrbios, uma vez que ficam impossibilitados de vincular-se aos espaços, aos adultos e aos pares, pois estão frequentemente a mudar de residência. Já o sentimento de saída da casa de acolhimento por completarem a maioridade, faz com estes jovens se sintam ameaçados pela saída prematura, não tendo tempo de se organizarem de modo a terem uma vida independente ou para regressarem à sua família de nascença.

Relativamente ao sentimento de ligação aos outros, a criança/jovem deve sentir-se incluída tanto no grupo como no espaço que a rodeia. Porém, este sentimento de pertença é colocado em causa nos casos de saída iminente, não conseguindo a criança/jovem criar vínculos, tanto com os pares como com adultos, pois sabe que não terá tempo para tal, visto que será transferida para outra casa de acolhimento. Do mesmo modo se uma criança ou jovem cujo tratamento prestado for indiferenciado ou pouco personalizado, leva a que a esta não consiga desenvolver um sentido de ligação aos outros.

Quanto à definição identificação, esta encontra-se relacionado com o outro, no que diz respeito ao estabelecimento de relações interpessoais benéficas dentro da casa de acolhimento, permitindo à criança/jovem participar no funcionamento da instituição expressando as suas opiniões. Deste modo, a criança/jovem precisa de rever-se nos adultos da casa de acolhimento, bem como na sua filosofia de funcionamento.

As necessidades de afeto e sociais que são essenciais para o desenvolvimento das crianças/jovens muitas vezes são dissipadas no meio institucional, devido ao elevado número de crianças que têm necessidades semelhantes, em que a atenção personalizada e indispensável acaba por ser respondida de forma debilitada. Por vezes, apesar da grande instabilidade familiar, estas necessidades eram garantidas. Eventualmente, a criança/jovem continua a considerar o seu espaço de referência o seio familiar, mesmo esta não possuindo qualquer estabilidade para a criança/jovem. Este espaço é muitas vezes idealizado durante o acolhimento. Para além deste meio permanecer como uma referência em termos de afetivos, também gera sentimentos de pertença, de segurança e, sobretudo, de liberdade. Estes sentimentos podem levar a que a criança/jovem deseje voltar para casa, acabado por fugir da casa de acolhimento, principalmente nos primeiros

tempos após a retirada. O que por vezes acontece é a não identificação da maioria dos jovens com o modelo institucional, idealizando o seu meio familiar de origem, devido a sentimentos de confiança, afeto, informalidade, preocupação dos adultos e regras menos severas.

Quando existe ausência de afetos tanto na casa de acolhimento como na família, estando esta destruturada, a criança/jovem sente como fosse uma espécie de *fado*, de um destino, cujo o percurso de vida é feito de supressões, provocando inúmeras consequências e danos sociais e pessoais, muitas vezes irreparáveis. Provavelmente, a vida destas crianças e jovens foi e/ou continua a ser marcada por interrupções afetivas, pois a família maltratou-a e/ou abandonou-a e quando tiveram de ser retiradas do seu agregado familiar, mantinham ligações emocionais com os pais e/ou irmãos. Devido a estas desvinculações sucessivas, a criança/ jovem sente-se culpada, como se algo de errado existisse com elas mesmas, dificultando ainda mais a capacidade de vinculação, isto é, de proximidade com alguém ou algum espaço. Quanto mais vezes a criança/jovem for transferida de instituição para instituição, mais esta situação se agrava, uma vez que cria relações que depois terá logo de romper. Deste modo, a casa de acolhimento é incumbida de prestar condições ao nível do suporte afetivo e emocional. Outro aspeto importante referente aos técnicos envolvidos é que estes devem trabalhar com a criança/jovem de forma a ajudarem-na a compreender o seu passado, a sua história de vida, nomeadamente a relação com a sua família, para que esta consiga ultrapassar os seus bloqueios de vinculação e de estabelecimento de relações afetivas novas e saudáveis (Alves, 2007). Segundo Strecht, (1998), «*a separação dos pais não significa a perda dos pais no seu interior; mantém-se e deve ser respeitada a ligação afetiva que os une*» (p.90). Assim os técnicos responsáveis devem estimular, sempre que seja possível, o relacionamento da criança com os seus membros familiares, clarificando o seu percurso de vida, não fazendo juízos de valor, tendo em atenção a sua idade e sua capacidade de compreensão. Conforme a criança/jovem se vai desenvolvendo e passa a ter maturidade terá a possibilidade de obter algumas informações necessárias, concebendo o seu próprio diagnóstico e julgamento.

Efetivamente, tanto no meio familiar como no institucional, a necessidade de autorealização, isto é, de o indivíduo desenvolver as suas habilidades e vocações individuais, também tende a ficar suspendida, em consequência das várias lacunas contínuas na satisfação das necessidades em estados anteriores. O Projeto de Vida da criança/jovem delineado pelos técnicos responsáveis é essencial para que haja uma

intervenção mais centrada, individual, atendendo às características desta, servindo de orientação para alcançar os objetos estipulados durante o acolhimento, bem como os métodos apropriados para os conseguir atingir. Neste seguimento, a casa de acolhimento deve promover a participação da família neste processo, o que por vezes isso não acontece nas instituições, havendo um trabalho insuficiente no envolvimento das respetivas famílias de origem (Alves, 2007).

No entanto, a colocação em meio residencial não deve ser interpretada apenas como um auxílio causado pelas lacunas ao nível do contexto familiar, mas enquanto um leque de oportunidades para o desenvolvimento da criança/jovem, por exemplo, a nível social e relacional. O acolhimento residencial participa na socialização da criança/jovem, favorecendo a construção da sua identidade e o restabelecimento da sua imagem. Não se pode generalizar os serviços residenciais, criticando-os e censurando-os. Para algumas crianças e jovens esta medida pode ser crucial, uma vez que constituem resposta aos seus obstáculos e necessidades, sendo asseguradas as condições básicas implicando as afetivas e emocionais, visando o seu bem-estar e qualidade de vida, sendo que na família de origem não era possível.

II.1- Identidade em Crianças e Jovens

A teoria de Erik Erikson (1976) refere que o crescimento psicológico ocorre através de estádios e fases, dependendo das interações do sujeito com o meio ambiente. Em cada uma das fases o sujeito tem de resolver sucessivamente uma crise sendo esta produto do conflito com o qual o meio ambiente o confronta. O autor instituiu o desenvolvimento do Ego em oito fases do ciclo vital, as quais representam determinadas circunstâncias em que as mudanças físicas, cognitivas e sexuais se ajustam para produzir uma crise interna, cuja resolução pode resultar numa regressão psicossocial ou, em condições normais, despontarem determinados recursos tendentes a uma certa forma de crescimento (Veríssimo, 2002).

Erik Erikson trabalha a perspectiva da identidade como um processo que ocorre ao longo da vida e reconhece uma sucessão de etapas do desenvolvimento psicossocial, incontornáveis no percurso de desenvolvimento do sujeito, e que impõem a mobilização de recursos de crescimento e de diferenciação (Teixeira, 2009). Para que tal aconteça, o sujeito deverá ter oportunidades de interação e de experientiação distintas, seguras e estimulantes, mas também relações significativas e particularizadas e olhares que mediatizem o mundo e lhe retribuam uma imagem de si digna de atenção (Teixeira, 2009).

Sabe-se que, as crianças e jovens que se encontram institucionalizadas constituem um grupo vulnerável, na medida em que são muitas vezes vítimas de maus-tratos e negligência, que estiveram expostas a sucessivas rupturas e vivenciaram situações muito dramáticas.

As crianças entre os 5 e os 13 anos desenvolvem mais o sentimento de confiança, autonomia e iniciativa quando comparadas com de idades inferiores. Esta estende o ciclo restrito familiar até à escola, mais concretamente aos grupos de pares. Através do elogio e da recompensa tanto pelos membros familiares como pela escola, faz com que sejam reforçados os sentimentos industriais, refletindo-se na sua autoestima. O desenvolvimento cognitivo leva a criança a integrar noções opostas e a executar autoavaliações positivas e negativas, ou seja, a avaliar-se como hábil em determinados domínios e noutros não (Harter, 1999).

As suas experiências e vivências estarão envolvidas na formação do seu autoconceito, no sentido de sentir capaz, apta e competente na realização das suas funções. Caso contrário, a criança poderá desenvolver sentimentos de inferioridade e consequentemente bloqueios cognitivos (Teixeira, 2009).

A rejeição ou crítica por parte dos outros, a ausência de resposta de forma esperada, a falta de cuidados e reforços por partes dos significativos, leva a que a criança conceba uma imagem distorcida de si (Louro, 2013).

Já a etapa posterior é altamente complexa, pois envolve mudanças tanto a nível psicológico, cognitivo como comportamental. Erikson designou a quinta fase de Identidade vs. Confusão de identidade sendo este o período que marca a adolescência, compreendida entre os 13 e os 21 anos, a fase mais crítica do ciclo vital. Esta fase é caracterizada pelo desenvolvimento cognitivo e pela capacidade de pensar abstratamente, permitindo projetar-se no futuro, questionar, elaborar juízos de valor, pensar em outras formas para enfrentar situações da realidade mais difíceis (Teixeira, 2009).

Para Harter, 1999, a construção do autoconceito é algo social e cognitivo que acompanha o desenvolvimento, modificando-se com as vivências. As distintas vivências e as suas aptidões vão provocar transformações no modo como o jovem se vê e se avalia em diferentes aspetos.

Neste período o jovem obtém uma identidade psicossocial, onde este tem a necessidade de perceber qual o seu papel no mundo, uma vez que já adquiriu a consciência como ser singular. O adolescente é constantemente confrontado com

incertezas, questionando-se, tendo a necessidade de descobrir quem é e de definir o que virá a ser futuramente.

O adolescente terá de “parar” para incorporar os elementos de identidade associados à infância. Assim, irá existir uma recapitulação e redefinição dos elementos já adquiridos, que caracterizam a adolescência e a moratória que lhe está associada ou, mais concretamente, a designada crise da adolescência. A crise ocorre devido às dúvidas do que construiu até à data, pois isto é posto em causa pelas estruturas socializadores que, neste caso, são os pares.

Através do pensamento formal, o jovem já tem a capacidade de refletir acerca do próprio pensamento e do pensamento dos outros, encontrando formas intrínsecas de ser, refletir, agir, sentir, que irão determinar a sua própria identidade. Isto é, já possuem a consciência de si mesmo e a consciência dos outros, remetendo para a construção do *self* através do desempenho de vários papéis como filho, colega, aluno, amigo, namorado, entre outros (Teixeira, 2009).

Segundo Harter, 1999, a construção organizada e estruturada do *self* só é viável de forma plena durante a fase da adolescência e de idade adulta.

Todavia, muitas vezes, certos elementos familiares estabelecem com precisão determinadas identidades aos seus descendentes. Estes procuram realizar objetivos que gostariam de ter concretizado e não conseguiram, não tendo em atenção as habilidades reais do filho. Exemplificando, uma mãe que quis ser médica, mas que as circunstâncias da vida a impossibilitaram de o vir a ser, pode *prescrever* à sua filha este papel, insistindo para licenciá-la em Medicina, independentemente das suas capacidades e interesses. Este processo é designado por *identidades prescritas*. Há desajustamento entre o desejo e as verdadeiras competências, podendo levar a sentimentos de frustração e a transtornos emocionais (Zimbardo, 1972, cit. por Vaz, 1988).

O quinto estágio é um período de especulação e busca (fase da moratória psicossocial), que se caracteriza por ser um período criativo em que o adolescente tem em consideração a sua vida com vista para o futuro, revisa e reexperimenta mentalmente os distintos papéis sociais que até aí desempenhou (Teixeira, 2009).

Nesta fase a moratória institucionalizada, isto é, rituais sociais para a chegada da vida adulta, como a seleção da área profissional no ensino escolar, auxilia a preparação para a obtenção de papéis na sociedade. Teixeira (2009) refere que esta tarefa será mais simplificada caso haja confiança naquilo que se pode ser e querer livremente o que está subordinado aos contextos de vida anteriores e presentes.

Para Harter, 1999, os indivíduos próximos dos adolescentes assumem um papel imprescindível, na medida em que as experiências com estes vão contribuir para a sua autoestima, pois os jovens são bastante vulneráveis às informações resultantes do meio. Estes significativos com que o adolescente convive, são também essenciais na construção da sua identidade, pois funcionam como referência, isto é, como um modelo de identificação, «*como um espelho que lhe devolve a imagem que a sociedade tem a seu respeito*» (p.47).

Segundo Erikson, (1972 cit por. Teixeira, 2009) não é possível desvincular a crise de identidade individual do meio ambiente em que se insere o sujeito. Neste sentido, a resolução da crise depende em grande parte das condições que o meio oferece(u) ao jovem.

Por fim, a resolução adequada da crise de identidade própria da adolescência prende-se com as qualidades relacionais, do envolvimento e apropriação de espaços, dos afetos, do sistema de valores, das tarefas e das deliberações. Assim como a construção de imagens internas securizante que possibilitem a confrontação com o real, sem que a adolescente perca a imagem própria.

II.1.2- Crise de Identidade e o Papel da Institucionalização

Os adolescentes tendem a ter sentimentos de incapacidade, quando envolvidos em dificuldades de estabelecimento e manutenção das relações com outros significativos, uma vez que não conseguem encontrar os recursos necessários para administrar uma relação equilibrada com os pais, levando ou fortalecendo uma dependência afetiva face ao meio onde estão inseridos, de forma a suprir a relação objetual.

A forma como é criada a relação objetual define a elaboração da realidade interna e externa dos jovens. Deste modo, quando as crianças e jovens vivenciaram anteriormente lacunas nesta relação, é bastante frequente encontrar estes três quadros que se seguem:

- ✚ Imaturidades estruturais- crianças com um eu fragmentado, imaturas, com problemas de organização e de planificação; Apresentando dificuldades de aprendizagem, designadamente no contexto escolar, apesar de conterem potencial cognitivo dentro do que é expectável; Não tendo grandes referências, normas e limitações, revelam frequentemente algumas falhas do investimento das figuras significativas, como é exemplo, o atraso no desenvolvimento e na linguagem, problemas de comportamento, entre outros.

- ✚ Depressões- dependendo da criança, bem como da sua história de vida, as depressões variam, podendo ser em alguns casos mais graves e com maior duração quando comparadas com outros. Estes sentimentos de tristeza e de desânimo estão associados à baixa autoestima, apresentando estas crianças ou jovens dificuldades na aprendizagem, ficando inibidas ou até mesmo podendo levar a comportamentos de consumos de substâncias psicoativas, com falhas na identidade sexual, formando pré-delinquentes com risco de suicídio (Tabile & Jacometo, 2017).
- ✚ Desorganização pré-psicótica- crianças confusas, emocionalmente perturbadas e, em algumas situações, revelam aparentemente deficiências na capacidade de evolução (Strech, 1999, cit. por Tabile & Jacometo, 2017).

Em contexto de institucionalização, os adolescentes apresentam trajetórias biográficas assinaladas por ruturas, debilidades e mágoas, que nesta fase são reativas, dificultando mais estas barreiras relacionais. Aqui a ausência de identificação dos jovens em relação a alguém significativo é visível.

Estes jovens necessitam de encontrar condições de (re)socialização, de modo a sentir a aceitação, (in)dependência, os afetos, estando aptos a reconstruírem a conceção de si próprios. E desta forma, acrescentando novos indivíduos e experiências positivas à sua identidade, permitindo-lhes reorganizar-se. No entanto, é preciso ter em atenção que cada atitude desagradável por parte de outros indivíduos, intensifica os sentimentos de incapacidade e de inferioridade. O facto de estabelecer ligações com outros indivíduos, que lhes proporcionam afetos essenciais ao seu desenvolvimento e servindo de modelos de identificação, vai fazer com que o ciclo do desprezo e da indiferença se rompa, construindo uma autoimagem mais positiva e confiante.

O meio institucional vai permitir resolver o conflito de identidade pelo qual o jovem está a passar, fornecendo um maior leque de oportunidades para fazer um percurso normativo e socialmente ajustado e valorizado. Assim, o adolescente tem a possibilidade de experimentar novos papéis, de explorar hipóteses, de delinear o seu caminho, de projetar-se no futuro. Ao exercer papéis o adolescente está a participar no mundo social. Para tal, tem de lhe ser permitindo questionar, debater e contestar modelos atuais. Esta reflexão e contestação é imprescindível para o seu crescimento e para a construção do «eu».

Todavia, a educação em geral e em particular, nomeadamente com a institucionalização, nem sempre promovem a oposição como uma mais valia. O que acontece normalmente é o adolescente contestar o sistema organizacional, acabando por ser transferido para outra instituição de forma a «*aprender a não criar problemas*», sendo «*empurrado de instituição para instituição*» (p.54). Este processo dificulta cada vez mais o estabelecimento de vínculos com outros indivíduos, constituindo-se um obstáculo na interiorização das regras e, conseqüentemente, na integração na sociedade. Isto leva a que não seja criada a autonomia desejada para este jovem, continuando dependente de «*outros*», uma vez que não se sente capaz, permanecendo a confusão identitária.

Cabe às instituições estarem sempre disponíveis para estas crianças ou jovens, cujo trabalho deve ter em consideração a sua singularidade, atendendo à sua estrutura psicoafectiva, emocional e intelectual consciente ou inconsciente. É fundamental criar um ambiente de sintonia, de comunicação, de escuta, de confiança mútua, de proteção e de harmonia afetiva. Esta pré-disponibilidade irá proporcionar ao jovem aceitar o seu passado, permitindo reorganizar o que vivenciou, desencadeando uma motivação e dedicação na exploração de novos interesses. Efetivamente, este sentir-se-á mais confiante e seguro das suas capacidades, aumentando a sua liberdade e a sua autoestima.

Dentro das instituições, a equipa técnica e educativa devem recorrer à reflexão e autocrítica constantemente, envolvendo os jovens na definição dos seus projetos, caso contrário estão impedir a descoberta ou progresso do seu potencial, eliminando a procura para a ação e restringindo o desenvolvimento das suas competências de auto-organização. Os profissionais devem trabalhar de forma coesa, havendo solidariedade entre os elementos, sendo um modo de não afetar a interação com as jovens. Este trabalho em equipa contribuirá não só para a satisfação das necessidades dos jovens, mas também se constitui como um benefício para os funcionários, havendo maior motivação, empenho, realização individual e profissional. A estrutura organizacional deve ser pouco hierarquizada, permitindo a discussão coletiva dos distintos pontos de vista, criando um espaço para a democratização dos saberes e das decisões, envolvendo todos os funcionários e os jovens nas atividades propostas. A equipa educativa e técnica deve realizar reuniões frequentemente, de modo a refletir em conjunto as falhas, as origens destes erros e os percursos a seguir, sempre com empatia e respeito. Em vista disto, a instituição ao apresentar esta estrutura de equipa ajudará os jovens a ultrapassar a autoimagem negativa que têm de si mesmos, tornando-se mais conscientes do seu valor, favorecendo a reelaboração das diferenças com o mundo externo.

A reconstrução de identidade está dependente da capacidade de suprir as diversas ruturas, nomeadamente a falta de condições para aceder às distintas formas de conhecimento e a postura para assegurar o exercício dos seus direitos e deveres. Volta-se a frisar a importância de criar um ambiente que possibilite a identificação afetiva com outros significativos, em que o jovem possa repetir experiências de infância da dependência emocional, contribuindo para a mudança da realidade subjetiva (incluindo a identidade). A realidade subjetiva são os valores, normas, vivências, gostos e interesses transmitidos pela família, cabendo ao indivíduo escolher se quer seguir o que foi herdado por esta ou se quer ter outro rumo.

Os ressocializadores demonstram esta estrutura de plausibilidade, isto é, são os profissionais da instituição (outros significativos) que vão interagir com estes jovens para reconstruir a socialização primária. Os profissionais vão resignificar a história destes jovens, dando um novo sentido. Segundo Queiroz, (2007, cit. por Tabile & Jacometo, 2017, p. 56) *«só a possibilidade de viver experiências gratificantes e realizadoras poderá permitir a reelaboração e reinterpretação da realidade subjetiva anteriormente instalada»*.

III. AUTOCONCEITO E AUTOESTIMA

III.1-Autoconceito

O estudo do autoconceito tem assumido um elevado grau de interesse, pois a partir deste é possível compreender o comportamento do indivíduo, o modo como cria as suas relações interpessoais, as suas emoções, bem como as suas necessidades e motivações (Vaz Serra, Firmino & Matos, 1987 & Epstein, 1973).

O autoconceito é definido como sendo a perceção que cada indivíduo faz de si próprio em distintas áreas, designadamente social, física, emocional e académica, estando este dependente dos seguintes fatores:

- ✚ Perceção delineada em função da imagem que os outros lhe devolvem (Vaz, 1988). Isto é, o indivíduo é orientado de forma a desenvolver *«uma espécie de fenómeno de espelho, em que tende a observar-se da maneira como os outros o consideram»* (Shrauger e Shoeneman, 1979, cit. por Vaz, 1988, p.101);
- ✚ O indivíduo também adquire consciência do seu desempenho em determinadas situações, podendo julgar-se como capaz ou incapaz;

- ✚ O grupo de pares assume também um papel considerável, nomeadamente quando a conduta do indivíduo é confrontada pelas normas e atitudes do grupo de pares com quem se identifica, ou seja, quando o indivíduo compara os seus comportamentos com os dos indivíduos do grupo social a que pertence;
- ✚ Uma outra variável provém da avaliação de um comportamento particular em função dos valores conectados por grupos normativos (religioso ou outro).

Tanto no grupo de pares como nos grupos normativos, o indivíduo pode-se considerar que está mais próximo ou distanciado destes, podendo sentir-se mais ou menos satisfeito. Todos estes fatores mencionados contribuem para a construção do autoconceito de forma positiva ou negativa.

Segundo Vaz Serra, 1988, existem dois tipos de autoconceito, o real e o ideal. O primeiro é referente à forma como o indivíduo se vê e descreve, enquanto o segundo está associado à forma como o indivíduo gostaria de ser. Quanto mais o autoconceito real se distancia do autoconceito ideal, menor será a autoaceitação do indivíduo.

De acordo com vários autores, Marsh & Hattie, (1996 & Shavelson, Hubner, & Stanton, 1976), as percepções que o indivíduo tem acerca de si constroem-se através das experiências nos mais diversos contextos ao longo da sua vida. Como é exemplo, a família, o grupo de pares, a escola, o contexto desportivo, bem como das interpretações destas vivências, dos reforços e avaliações que fazem os outros significativos em relação ao seu comportamento. Epstein, 1973, alude que na fase da infância é assimilado o que é considerado correto e incorreto e o que é expectável do seu comportamento. Estas aprendizagens vão influenciar a conduta do indivíduo e, por sua vez, o modo como este se percebe.

Um dos domínios que mais colabora para a designação do autoconceito na infância e na adolescência é a aparência física, influenciando a sua autoestima. Desde muito cedo, as crianças recebem um *feedback*, de forma direta ou indireta, a respeito da condição física, da altura, do peso, do modo como se vestem e de como se apresentam.

Desta forma, os comportamentos manifestados por parte dos outros significativos e as comparações que a criança efetua relativamente aos seus pares, no diz respeito às suas aptidões e ao seu aspeto físico, auxiliam na construção do seu autoconceito físico (Bracken, 1996). Estes fatores também estão articulados com a autoestima da criança e

dos adolescentes, constituindo como elementos essenciais na escolha e seleção das suas relações de amizade (Stein, 1996).

Os estudos efetuados no contexto português, comprovam que o contributo da dimensão física é benéfico na relação social com os pares. Refletindo-se na importância que a sociedade de hoje em dia confere às aparências físicas, sentindo-se bem com o corpo, sendo motores de aceitação interpessoal e de construção da intimidade, bem como favorecendo uma maior autoestima nos jovens (Fontaine, 1991). A relação entre domínio físico do autoconceito e a aceitação e valorização de si mesmo, não se circunscreve apenas ao período da adolescência, mas sim desde a infância até à idade adulta, afetando todo o ciclo de vida.

Ainda quanto à aparência física, as raparigas tendem a valorizar mais esta dimensão, sentindo-se mais insatisfeitas com elas próprias, apresentando um menor autoconceito, constituindo-se o grupo de maior risco na aceitação por parte dos seus pares e da sociedade. Contudo, é de salientar o facto de que o corpo feminino sofre maiores alterações, sendo mais marcantes e evidentes, como é exemplo a entrada na puberdade. O sexo feminino parece estar menos preparado para enfrentar transformações no corpo, designadamente a primeira menstruação evidenciando autoimagens menos positivas, existindo um maior predomínio para a ocorrência de distúrbios alimentares (Bacchini & Magliulo, 2003; Kansí, Wichstrøm, & Bergman, 2003, cit. por Faria, 2005). Aqui é de destacar o ideal feminino estando associado à magreza e de corpo pré-pubertário (antes da adolescência), de acordo com os ideais da sociedade e da cultura da beleza feminina atualmente.

Assim, pode-se constatar que o autoconceito físico é afetado não só pelo meio social, mas também pelas mudanças ocorridas de acordo com a faixa etária, pelos hábitos alimentares, pela atividade física e pelos cuidados de saúde (Silva, 1998, cit. por Faria, 2013). A prática de exercício físico num sentido positivo tem-se relevado imprescindível, contribuindo consequentemente para melhorar o autoconceito nas suas diversas dimensões, nomeadamente na autoimagem e autoestima, possibilitando um maior ajustamento e adaptação aos distintos contextos de vida (Falsom-Meek, 1991; Marsh, 1993; Melnick & Moorkerjee, 1991; Mota & Cruz, 1998, cit. por Faria, 2005).

Atendendo ao que já foi mencionado acerca do autoconceito, torna-se necessário abordar dois conceitos fundamentais que o compõem, sendo estas a autoimagem e a autoestima (Vaz, 1988).

III.1.2 Autoimagem/ Autoestima

A autoimagem é a descrição que o indivíduo faz de si próprio, estando mais associada às características físicas. Um indivíduo tem várias autoimagens que se encontram associadas aos distintos papéis que desempenha, por exemplo, como profissional, amigo, marido e desportista. No entanto, o indivíduo organiza hierarquicamente estas autoimagens de acordo com o valor que lhe atribui. Um indivíduo pode dar mais importância à sua autoimagem enquanto profissional, colocando esta num patamar superior quando comparada com outras autoimagens (Vaz, 1988).

Segundo Rosenberg, 1986, o conceito de autoestima é definido como uma avaliação que o indivíduo faz acerca de si próprio, podendo ser positiva ou negativa, consoante este aprovar ou não o resultado. Geralmente, um indivíduo que possui uma autoestima elevada, tende a sentir-se mais positivo e confiante, atribuindo valor a si mesmo. Pelo contrário, caso haja uma reduzida autoestima, o sujeito tende a desvalorizar-se, avaliando-se negativamente. Deste modo, pode afirmar-se que a autoestima resulta da visão, do valor, bem como da autoaceitação que o indivíduo tem de si.

Para Campbell *et al*, 1996, para além da reflexão de si mesmo, há que ter em consideração a componente do conhecimento. A autora diferencia «a autoavaliação inerente de sentimentos temporários» da «autoestima traço». A primeira remete-se para situações, vivências e *feedbacks* que podem variar, enquanto a última encontra-se relacionada com o período da infância em que estes são concebidos.

Vaz-Serra, 1995, referencia que a autoestima resulta dos objetivos e êxitos delineados e alcançados pelo indivíduo. Quando existe uma adequada relação entre ambos estes aspetos, o sujeito tende a sentir-se mais capaz e apto, elevando consequentemente o seu valor intrínseco.

Efetivamente, há que mencionar que a autoestima encontra-se relacionada com a saúde física e mental da pessoa, ou seja, o facto de esta ser elevada faz com que haja maiores benefícios a nível da saúde. A autoestima vai promover um papel mais protetor/defensor contra o impacto das influências menos positivas, proporcionando um funcionamento mais saudável que se reflete nos vários aspetos do seu quotidiano, como é exemplo, a satisfação, sucesso, bem-estar, euforia e até mesmo a capacidade para suportar e superar doenças físicas (Silverstone & Salsali, 2003, cit. por Farias, 2015).

A autoestima e o autoconceito estão sempre presente ao longo da vida de todos os sujeitos, podendo sofrer diversas mudanças dependendo do ambiente em que está inserido

e das transformações que ocorrem no seu desenvolvimento (Robins & Trzesniewski, 2005).

III.2-Autoconceito e Autoestima Nos Adolescentes Institucionalizadas

Segundo Mota e Matos, 2008, a institucionalização de uma criança ou jovem é um período das suas vidas na qual surgem sentimentos menos positivos, como é exemplo, o abandono, a solidão e a perda de algum apoio anteriormente prestado, em que há uma adaptação imposta face às novas circunstâncias.

Estas crianças e jovens tendem a sentirem-se mais carentes, pois necessitam de um suporte seguro que as apoie e proteja. Na qual a ausência deste apoio tendem a produzir mecanismos de insegurança emocional, conduzindo a posteriores dificuldades no seu desenvolvimento (Grossmann & Grossmann, 2004).

Efetivamente, é de salientar que a privação de laços afetivos na fase da infância afeta o crescimento saudável desta, podendo influenciar as relações que cria com os outros que a rodeiam (Mota & Matos, 2008).

O acolhimento muitas vezes leva ao afastamento dos membros familiares de origem, podendo provocar a autodesvalorização por parte das menores, apesar de ser uma espécie de «salvação» na vida destas, pois o seu bem-estar físico e psicológico não estava assegurado (Strech, 2002, cit. por Canais, 2012). No entanto, não se pode atribuir os constrangimentos desenvolvimentais das crianças e jovens apenas ao facto destas serem institucionalizadas. Porém, é de salientar que o acolhimento residencial contribui para o aparecimento de efeitos desfavoráveis no seu desenvolvimento, podendo prolongar-se por longos períodos nas suas vidas.

Para Bronfenbrenner, 1996, quanto mais inferior for a idade das crianças, maior serão os danos existentes no decorrer do processo de acolhimento. Todavia, estes efeitos variam consoante a criança envolvida, isto é, de acordo com o motivo da separação mediante o vínculo estabelecido anteriormente com a figura de vinculação e a personalidade da menor (Grusec e Lytton, 1988). Bowlby, (1952, cit. por Canais, 2012). As reações ao acolhimento dependem também da ligação da criança ou jovem com a família, bem como das expectativas desta acerca da casa de acolhimento para onde irá passar os seus dias.

Embora não exista uma ampla investigação que envolva crianças institucionalizadas e as questões do autoconceito e autoestima, alguns investigadores

tentaram compreender de que modo a incapacidade dos pais na proteção dos seus filhos influência na forma como estes se percebem e se avaliam (Louro, 2013).

Bolger, Patterson & Kupermidt, 1998, observaram que as crianças entre os 8 e os 10 anos, vítimas de maus tratos, expõem maiores dificuldades nas relações com seus pares e uma menor autoestima, destacando-se destes as vítimas de maus-tratos físicos e de abuso sexual.

Por sua vez, o auxílio social facultado pela qualidade dos vínculos de amizade, tem efeitos positivos com o decorrer do tempo ao nível da autoestima. Este reforço social é indispensável para que a criança se sinta mais satisfeita consigo mesmo.

Milani & Loureiro, 2009, estudaram um grupo de crianças mais debilitadas, vítimas de violência doméstica, com idades compreendidas entre 8 e os 12 anos, e tinham como objetivo avaliar o autoconceito, utilizando a escala de Piers-Harris. Segundo os resultados obtidos, estes autores concluíram que existem diferenças significativas no comportamento, no estatuto intelectual e académico, quando comparadas outras crianças que não sofreram de violência doméstica. Geralmente, estas crianças avaliam-se negativamente, culpabilizando-se pelas adversidades que acontecem no dia-a-dia, considerando que a sua família estará magoada com ela pelas suas atitudes.

Para estes autores, as crianças mais sensíveis não possuem tantos recursos individuais para conseguirem lidar com os problemas, podendo afetar a sua capacidade de resolver os contratempos. Estas crianças apresentam mais debilidades nas áreas comportamentais e cognitivas, podendo prejudicar o seu crescimento saudável e o seu autoconceito.

Deste modo, por vezes é necessário afastar as crianças do seu seio familiar, colocando-as em casas de acolhimento, nomeadamente quando tal envolve situação de perigo, como já foi mencionado anteriormente. No entanto, esta modificação na dinâmica familiar, para além de ter um impacto na criança, refletir-se-á na sua autoimagem (Louro, 2013).

Zortea, Kreutz & Johann, 2008, também realizaram um estudo idêntico ao de Milani & Loureiro, com crianças com idades entre 5 e os 7 anos, de forma a avaliar o autoconceito, comparando as que vivem em meio familiar e as que estão institucionalizadas, recorrendo à análise do desenho e às entrevistas. Os resultados alcançados demonstraram que em termos de características físicas e emocionais, as crianças institucionalizadas não confiam tanto nas suas capacidades, precisando que os seus significativos lhes dê um maior apoio e reforço positivo.

Em crianças que residem em casas de acolhimento, com faixa etária entre os 7 e os 13 anos, verificou-se que a autoimagem também é mais negativa.

Segundo a investigação de Pasian & Jacquemin, 1999, utilizando o desenho da figura humana, observou-se que existem distinções ao nível do autoconceito entre as crianças institucionalizadas e as que vivem no contexto familiar, apresentando as primeiras um autoconceito menos positivo.

Para estes autores, a possível causa para esta disparidade está no efeito que a institucionalização tem nestas crianças. Todavia, se a medida de proteção empregue abranger a criança em meio familiar ou existir frequentemente mais contacto com a família, este impacto pode ser menor.

Um estudo acerca da importância da integração em famílias de acolhimento, de crianças até 1 ano, permitiu constatar que o impacto da medida de acolhimento familiar exerce influência na forma como esta se vai percecionar. Pois, esta medida proporciona à criança a prestação de cuidados por parte de uma nova figura que a protege, satisfazendo as suas necessidades e concedendo-lhe maior atenção (Dozier, Stovall, Albus & Bates, 2001)

Uma outra pesquisa com famílias de acolhimento, indicou que as visitas dos pais apresentam uma forte ação no autoconceito positivo. O facto dos pais estarem mais disponíveis reforça a sua autoconfiança, sendo fulcral manter os laços familiares, para desenvolver um autoconceito positivo para superar as adversidades, servindo de auxílio social (Metzger, 2008).

Bowlby, 1952, cit. por Canais, 2012, refere que os efeitos da institucionalização podem ser reduzidos pela prestação de cuidados por alguém próximo desta, cuidados estes que deveriam ser prestados pela sua figura maternal. Deste modo, a relação estabelecida para com os profissionais da instituição torna-se imprescindível, uma vez que pode beneficiar o seu desenvolvimento a nível emocional e comportamental.

Santana *et al*, 2004, defende que as casas de acolhimento devem ser repensadas, na medida que estas devem ser um espaço em que as crianças e jovens possam construir relações positivas, no que diz respeito à construção identitária destas com os menores. Os funcionários da instituição têm um papel fundamental, pois estes irão servir de orientação, proteção, amparo e de cuidado. Neste sentido, pode-se afirmar que as boas experiências do menor na instituição dependem dos vínculos afetivos e do auxílio social que a casa de acolhimento irá desempenhar, contribuindo para a formação da sua identidade e para o

seu desenvolvimento, (tal como já foi referido), originando possibilidades para satisfação na vida pessoal e social.

IV. GESTOR DE CASO

Recentemente, muitas das casas de acolhimento adotaram o modelo do gestor de caso, que consiste em ter um conhecimento mais aprofundado e exaustivo de um grupo de crianças e jovens que lhe é atribuído. Esta divisão irá permitir estar mais ocorrente perante os vários acontecimentos que ocorrem na vida da C/J, bem como favorecerá uma maior ligação com esta, servindo muitas vezes de suporte afetivo.

Dentro da casa de acolhimento, o gestor de caso deve adotar uma postura de respeito, informando e orientando a criança/jovem. Tendo ainda o papel de articular, com a família e com outros técnicos interiores ou exteriores, para as crianças/jovens não terem de expor as suas situações. Cabe ao gestor de caso estabelecer confiança mútua, nomeadamente através do diálogo permanente com a criança/jovem, com vista analisar as suas necessidades, potencialidades, receios, incertezas e perspetivas futuras, de forma a poder delinear com a mesma o seu projeto de vida. Este assumirá uma função de «facilitador», com base dos interesses das C/J's, defendendo os seus direitos.

Deste modo, um dos benefícios do gestor de caso diz respeito ao facto de evitar que a criança/jovem tenha de passar por vários técnicos e expor a sua história de vida. Na casa de acolhimento, o gestor de caso muitas vezes é a figura de referência para aquela C/J, tendo um papel securizante, tal como já foi mencionado no capítulo anterior acerca da vinculação na instituição. Ao haver a divisão das crianças e jovens por gestor de caso também faz com que estas saibam a que figura podem recorrer sempre que necessitem, prestando estes profissionais a devida atenção a estas C/J's, escutando-as ativamente as suas experiências e episódios, aos seus êxitos e desilusões, os seus medos, tristezas, angústias, preocupações e alegrias. Estas também podem exhibir os seus desejos e intenções futuras.

Aqui o profissional não deve ter só em atenção a comunicação verbal, mas também o tom de voz, a expressão facial e a linguagem corporal, tal como consta no anexo 1. Deste modo, é da competência tanto dos gestores de caso como dos restantes colaboradores da casa de acolhimento, escutarem as crianças/jovens e estimulá-las a esforçarem-se para conseguirem o que ambicionam. *«Quem presta cuidados deve ajudar as crianças ou jovens a acreditar que vale a pena estabelecer novas metas, e que serão capazes de atingi-las»* (ISS, I.P., 2005, p.146).

A comunicação é um aspeto imprescindível na estrutura residencial, pois não se pode prestar os cuidados necessários às crianças/jovens se os profissionais desconhecerem os seus sentimentos, inquietações, necessidades e desejos. Para tal, o recurso à comunicação possibilita o contacto direto para obter estas informações, respeitando sempre a privacidade da criança/jovem, demonstrando interesse por esta, transmitindo sinais de esperança nas suas capacidades para exprimir e avaliar os seus problemas e projeções futuras. Consecutivamente, reforçando a relação de confiança, relação esta que está na base do trabalho efetuado (ISS, I.P., 2005). O estabelecimento de uma relação de confiança com os funcionários, nomeadamente, com o gestor de caso não se constitui um fator que impede a C/J de fazer algo negativo (asneiras), contudo é primordial no processo de adaptação.

A implementação de regras na casa de acolhimento é indispensável, na medida em que estas são securizantes, ajudando a transmitir o sentimento de preocupação com as crianças e jovens. Estas regras levam por sua vez a sentimentos de segurança da criança/jovem, devendo sempre ser explicadas, para que estas possam compreendê-las e respeitá-las, não pensando que as normas não têm qualquer fundamento. O facto de ouvirem um «não» é importante para desenvolverem a paciência, compreensão e flexibilidade (Mota, 2017). O comportamento do profissional influencia a criança/jovem e vice-versa através do tipo de discurso, da postura física, da atenção prestada, bem como da empatia transmitida. Sendo estes fatores determinantes na aquisição de informação e na passagem para a C/J, podendo incentivá-la a expressar-se ou, o oposto, intimidá-la ou desmotivá-la.

Um outro elemento da comunicação é o contacto físico, isto é, um abraço, um beijinho, uma «festinha» na mão, de modo natural, pode reforçar a relação entre o profissional e a C/J. Não obstante, é de relembrar que nem todas as crianças/jovens aceitam o estabelecimento do contacto físico. Por exemplo, uma criança/jovem cujo motivo de acolhimento foi o abuso sexual, o contacto físico pode até mesmo inibi-las a comunicar, ao contrário do que seria esperado. Nesta situação, os colaboradores devem perceber se a criança/jovem se sente à vontade para tal, transmitindo respeito, segurança e confiança pelos gestos e palavras utilizados.

A existência de comportamentos agressivos por parte dos funcionários ou das crianças/jovens podem constituir um obstáculo à comunicação. Estes comportamentos podem ser físicos (agressão e violência) ou verbais (palavrões, insultos e gritos). Para além de ser inaceitáveis, havendo falta de respeito, torna-se fundamental procurar meios

para que tal não se suceda. O autocontrolo é indispensável nestas situações, sendo necessário refletir-se racionalmente. Os motivos que podem levar a C/J a adotar comportamentos agressivos são: a adaptação a uma nova vida na casa de acolhimento, a irritação após receber uma notícia menos positiva; a sua autoestima reduzida por já não ter a sua independência; a medicação e o estado físico ou psíquico. Nestes episódios, deve-se tentar manter a calma, através de palavras sensatas, tom de voz e linguagem corporal que passem o sentimento de segurança. Se a situação se agravar é necessário o auxílio de outros profissionais.

O gestor de caso deve ter disponibilidade para ouvir atentamente cada criança/jovem, passando algum tempo com esta para conhecer mais detalhadamente a sua personalidade. Este é responsável por identificar os pedidos de auxílio das crianças/jovens, promovendo a sua autoestima, desmitificando a posição de «maus», reforçando dificuldades que possam surgir com uma abordagem positiva e, sobretudo, explorando o que há de mais positivo nestas (Mota, 2017). Este deve incentivar a criança/jovem a exercer os seus direitos, decidindo por si próprios, apelando para a sua independência, projetando-se para o futuro, sendo o quanto possível responsáveis por si mesmos. Para tal, a existência da relação de respeito é substancial, de modo a eliminar qualquer tipo de comportamento discriminatório. Todavia, a aplicação de uma abordagem positiva é um processo difícil. Por vezes, as decisões mais pertinentes derivam com a vontade da C/J. Em situações mais complexas, é sempre bom partilhar as suas dúvidas com a restante equipa, pois cada indivíduo tem as suas crenças, valores, ideias e formações distintas, tendo assim pontos de vista dissemelhantes face aos problemas dos «outros» (ISS, I.P., 2005).

É fundamental a existência de uma relação «forte» entre a equipa técnica e a equipa educativa, trabalhando em conjunto para o bem-estar físico e emocional da criança/jovem (Mota, 2017). O gestor de caso articula com os restantes colaboradores da casa, havendo um trabalho de equipa. Este trabalho em conjunto proporciona sentimentos de pertença, o que leva a que os funcionários sejam mais motivados. Assim evitam o desgaste que pode causar ao cuidar de tantas crianças e jovens, sentindo-se estes mais apoiados emocionalmente. Ao adaptarem esta forma de trabalhar, os funcionários terão mais capacidades em superar desentendimentos e conflitos que eventualmente surjam no quotidiano, para além de estimularem a criatividade, flexibilidade e a comunicação mais honesta e aberta (ISS, I.P., 2005).

Os profissionais na casa de acolhimento devem ter formação contínua, uma vez que a sociedade em que vivemos está em constante transformação, em que as crianças e os jovens possuem atualmente características distintas de há uns anos, exigindo assim também uma evolução das instituições e das práticas dos seus profissionais. Face ao exposto, é crucial uma contínua atualização dos conhecimentos e das práticas de todos os funcionários. A casa de acolhimento deve estimular e incentivar os seus colaboradores a participarem em ações de formação, com o objetivo de fornecerem uma resposta adequada perante as diversidades que podem surgir nas crianças e jovens acolhidas (ISS, I.P., 2005).

PARTE III-ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

I. METODOLOGIA

A metodologia empregue no presente trabalho é de natureza qualitativa. A aplicação desta metodologia permite recolher dados mais ricos e completos. O objetivo desta abordagem é descrever, analisar e interpretar as informações recolhidas. Aqui o investigador está centrado em compreender o fenómeno que está a estudar e não em comparar resultados (Freixo, 2011).

O carácter da investigação qualitativa é fundamentalmente exploratório. Esta tem como características a flexibilidade, a informalidade e a criatividade, proporcionando ao investigador maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa. Na investigação qualitativa a amostra deve ser pequena, de forma a obter-se uma compreensão mais aprofundada.

Este tipo de investigação requer que o investigador participe na situação que está a estudar. Aqui, cabe ao investigador observar e registar o quotidiano dos indivíduos. No entanto, este deve seleccionar e delinear o seu campo de estudos, de forma a determinar quando, o quê, onde e a quem devem aplicar as técnicas de investigação, tal como a observação, entrevista, entre outras (Burgess, 1997).

Compreender os fatores que contribuem para a baixa autoestima de um grupo específico de jovens institucionalizadas, numa casa de acolhimento, implica uma interpretação da situação na sua totalidade, tendo em conta as histórias de vida das jovens e atendendo às suas singularidades. O estudo efetuado não tem como objetivo generalizar os resultados alcançados, tendo por base a comparação com outros casos idênticos em outras casas de acolhimento ou no âmbito do acolhimento familiar. Mas sim, perceber o modo como a sua história de vida influencia a definição identitária, muito em particular a sua experiência de institucionalização. No sentido de entender se os jovens se avaliam mais positivamente, pois são jovens que apresentam muitas potencialidades, porém outros contextos desvalorizam-nas, acabando estas por se considerarem inferiores relativamente aos outros indivíduos.

I.1-Principais Instrumentos de Recolha de Informação

Considerando o estudo de carácter qualitativo, as informações adquiridas foram essencialmente da mesma natureza, pois possibilitam o acesso aos comportamentos e

interpretações, podendo verificar-se e compreender-se a vida social, da forma como esta é vivenciada pelos indivíduos.

A metodologia qualitativa abrange diversas técnicas de investigação, de forma a ter uma recolha de dados mais completa e destacando-se o recurso à observação participante, à entrevista não estruturada, à análise documental e às atividades de grupo, que permitem dinamizar grupos focais.

A observação participante permite ao investigador a recolha de informação através da interação social, isto é, o pesquisador participa no quotidiano do grupo e/ou organização que está a estudar, observando os indivíduos, de modo a visualizar a forma como estes se comportam perante determinadas situações, conversando acerca das interpretações que eles dão aos acontecimentos ocorridos. O objetivo do investigador é observar situações, interferindo o menos possível no acontecimento social. Neste sentido, é fundamental o observador estabelecer confiança e relações com os participantes, envolvendo-se no contexto natural. Também é essencial o investigador exercer controlo sob as suas diferenças e as dos observados (Burgess, 1997).

Efetivamente, pode-se afirmar que a observação participante é uma técnica de investigação qualitativa, que possibilita ao investigador compreender um determinado meio social, ao qual este à partida é desconhecido ou externo, permitindo integrar-se gradualmente nas atividade e no quotidiano dos observados (Lessard-Hébert *et al*, 1990).

Um dos maiores benefícios da observação participante consiste na oportunidade da recolha de dados mais rica e detalhada, sustentada por contextos naturais. Para além disso, o investigador pode conseguir descrições de acontecimentos na própria linguagem dos participantes, podendo fazer uma avaliação de uma situação social, com base nestes relatos. O investigador ao aprender a linguagem dos observados, deve ter em atenção as palavras e as frases que são constantemente usadas, mas também as circunstâncias em que são utilizadas (Burgess, 1997).

No entanto, o facto de envolver a participação do pesquisador no dia a dia dos observados, pode fazer com que o observador influencie o contexto da investigação ou, pelo contrário, o observador ser influenciado pelo meio. Um outro constrangimento, passa pelo observador desempenhar a sua função tão ativamente «*tornando-se nativo*», isto é, como pertencesse àquele lugar, deixando de recolher dados ou de registar as observações que são efetuadas. Também pode acontecer o investigador ficar limitado pelo papel que adota. Perante estas adversidades, recomenda-se que o investigador faça com frequência

intervalos no trabalho de campo, com objetivo de registrar, refletir e analisar as informações alcançadas (Burgess, 1997).

Todavia, na pesquisa de terreno, a observação participante deve ser complementada por outros métodos, nomeadamente a entrevista não estruturada. Estas entrevistas para além de complementar a observação participante, podem auxiliar o investigador no acesso a situações que anteriormente eram inacessíveis. As entrevistas podem ser utilizadas para conseguir ter acesso a histórias de vida de um indivíduo e para obter pormenores de acontecimentos que o investigador não presenciou. Tal como na observação participante, o investigador nas entrevistas não estruturadas necessita de criar relações com os participantes, sendo estas relações cruciais. Este tipo de entrevistas constituem-se como «*conversas com um objetivo*», porém necessitam de um minucioso conhecimento e preparação, sendo imprescindível observar os indivíduos antes de se iniciar este tipo de entrevista. O conhecimento, mais concretamente, dos modos de vida dos indivíduos, permite ao investigador formular questões às quais pretende obter resposta (Burgess, 1997).

Contudo, também existem alguns problemas ao recorrer a este tipo de entrevistas, no que diz respeito à direção, profundidade, inclusão, evitamento e ordem das questões que são colocadas. Também a existência de adversidades em relação à duração, registo, transcrição e análise da entrevista. O entrevistador não deve realizar uma entrevista muito longa, de forma a obter resposta aos seus tópicos, uma vez que pode provocar fadiga entre ambas as partes. Muitos investigadores defendem o uso do gravador para facilitar o registo e transcrição de dados que se podem perder. Não obstante, os entrevistadores devem saber funcionar bem com este tipo de aparelho, de modo a não perder os dados, sendo que na transição devem desenvolver um conjunto de estratégias para evitar desperdícios de tempo (Burgess, 1997).

A partir da observação participante e da realização de entrevistas é possível elaborar as notas de campo. Estas consistem num registo regular de situações e conversas em que o investigador participa, permitindo ao pesquisador mais tarde analisar, interpretar e refletir sobre os dados (Burgess, 1997).

Posteriormente à observação participante e à entrevista não estruturada segue-se a análise documental. Esta é uma técnica que tem como função complementar a investigação qualitativa e tal como as anteriores, fazendo cruzar os dados obtidos através da utilização de outras técnicas. Neste estudo a fonte de análise documental são os processos individuais de cada jovem e os relatórios elaborados pelos profissionais que

interagem com as crianças e jovens institucionalizadas. Esta análise do conteúdo proporciona diversos tipos de informação, como por exemplo, os comportamentos das jovens, o seu trajeto de vida, as suas necessidades, entre outras (Lessard-Hérbert *et al*, 1990).

A análise documental contém um conjunto de vantagens na sua utilização, como é exemplo, o facto de ser consultada sistematicamente e possuir referências e detalhes particulares de determinada situação, fazendo referências a diversos episódios que decorreram ao longo do tempo (Lessard-Hérbert *et al*, 1990). Os pontos negativos passam por verificar a sua autenticidade. Deve-se ter em atenção a linguagem utilizada, uma vez que pode levar a distintas interpretações, pode conter exageros ou representações duvidosas, pode haver omissão da informação e ela pode não estar disponível (Burgess, 1997).



O recurso às dinâmicas de grupo permite fornecer aos participantes uma experiência particular de aprendizagem. As dinâmicas permitem também delinear o perfil dos candidatos, nomeadamente se é mais tímido, envergonhado, explosivo, persistente, entre outras. Estas também proporcionam um ambiente mais confortável, estando mais à vontade para desabafarem. As dinâmicas devem ser planificadas, monitorizadas, orientadas e avaliadas, para que os participantes desenvolvam diferentes competências. Deste modo, as atividades propostas têm como objetivo apelar à participação, comunicação, criatividade, trabalho de equipa, consciencialização e reflexão (Alberti *et al*, 2014).

II. OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo centra-se, sobretudo, numa casa de acolhimento residencial, uma vez que é o local onde a pesquisa foi efetuada. Esta casa acolhe crianças e jovens do sexo feminino que estejam expostas a situações de perigo.

O objetivo geral do estudo é conhecer o potencial do trabalho do gestor de caso como figura de vinculação afetiva no processo de requalificação identitária das crianças e jovens institucionalizadas.

Como objetivos específicos interessa:

-  conhecer as práticas profissionais dos gestores de caso;
-  perceber se a figura do gestor de caso é percecionada pelas crianças e jovens como uma figura de vinculação afetiva segura;

- ✚ entender a importância desse gestor de caso como um outro significativo que participa no processo de definição da identidade das crianças e jovens institucionalizados;
- ✚ conhecer o autoconceito e a autoestima das crianças e jovens institucionalizados;
- ✚ analisar as práticas profissionais do gestor de caso e as práticas do acolhimento na requalificação da definição da identidade pessoal das crianças e jovens institucionalizados.

Tendo em conta os objetivos delineados, a hipótese que se coloca é a seguinte: «O Gestor de Caso é uma figura de vinculação afetiva segura que contribui para a requalificação identitária das crianças e jovens institucionalizados?».

III. PARTICIPANTES

No presente estudo, as técnicas irão ser aplicadas a um grupo de sete jovens institucionalizadas, com faixa etária entre os 12 e os 17 anos, na qual destaca-se 3 jovens, uma vez que houve um maior contacto com estas. Estas adolescentes apresentam histórias de vida divergentes umas das outras, devendo-se ter em consideração a sua singularidade. Porém, as características comuns entre as participantes dizem respeito ao facto de viverem na mesma casa de acolhimento, estando expostas às mesmas normas de funcionamento da instituição, tendo idades bastante próximas e apresentando uma reduzida autoestima.

IV. CASA DE ACOLHIMENTO

IV.1- Enquadramento

Efetivamente, tal como já foi citado, o presente estudo decorreu numa casa de acolhimento residencial, que pode acolher no máximo 54 crianças e jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 6 e os 21 anos.

Estas crianças e jovens são encaminhadas para a instituição por diversos motivos, variando de menor para menor, de acordo com o seu percurso de vida marcado por situações de privação, desrespeito pelos seus direitos humanos (e direitos da criança) e por negligência. Deste modo, estas necessitam de estabelecer relações de afeto, de acompanhamento, de valorização, cuidados pedagógicos, bem como sentirem-se seguras e protegidas.

Esta casa de acolhimento encontra-se situada na cidade Porto. Esta localização permite o acesso a um elevado número de serviços (metro e autocarro), atividades

comerciais, cívicas, culturais e recreativas, em que é necessário destacar a rede de saúde, social e a escolar que ministram todos os distintos níveis de ensino.

Este edifício foi alvo de várias transformações ao longo dos anos, de forma a conservar e a aumentar os espaços interiores e exteriores (piscina para as menores usufruírem no verão). Os equipamentos/mobiliário, bem como os materiais pedagógicos encontram-se num estado de conservação adequado. Dentro da instituição as menores e os funcionários podem desfrutar também de ar condicionado, havendo espaços de conforto, sendo que há continuamente uma manutenção dos espaços, permitindo mantê-los sempre limpos e arrumados.

A casa de acolhimento é de grandes dimensões, o que não é favorável para o desenvolvimento da criança, no sentido que é mais difícil promover um ambiente familiar, apesar de haver vários esforços para tal.

Segundo Alves, 2007,

A pequena dimensão institucional garante, igualmente, que os adultos responsáveis tenham um conhecimento mais pormenorizado das principais características das crianças que acolhem. Questões tão simples como saber o nome de cada uma das crianças, a data do seu aniversário, os seus gostos alimentares, os seus medos mais escondidos, as suas principais dificuldades na escola, só serão garantidas numa instituição pequena e por isso, mais próxima do ambiente familiar.

Por último, a pequena dimensão garante um número menos elevado de adultos responsáveis em interacção (porque tem menos crianças acolhidas), o que facilitará a construção de figuras de referência estáveis e o consequente estabelecimento de relações afectivas de proximidade (p. 153).

IV.2- Missão, Valores e Visão

A casa de acolhimento atua segundo os princípios institucionais próprios, presentes na matriz axiologia da Congregação das Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, fundada em 1926, estando consolidados ao longo de sessenta anos de história.

Esta casa de acolhimento tem com objetivo primordial garantir uma formação integral das crianças e jovens, tendo em atenção o assimilar de competências individuais e sociais, mediante os valores que promovam o pleno exercício de cidadania, atendendo sempre às necessidades individuais de cada criança ou jovem.

A missão principal desta instituição passa pelo acolhimento de crianças e jovens oriundas de famílias desfavorecidas e sem retaguarda familiar, permitindo proporcionar condições de proteção, provisão e promoção imprescindíveis para a socialização e para o desenvolvimento da criança ou jovem.





No que concerne à visão da instituição, esta apresenta os seguintes objetivos:

- Oferecer assistência às crianças e jovens institucionalizadas em regime de internato, semi-internato e externato;
- Colaborar para a formação integral, humana, moral e social destas crianças e jovens, promovendo a sua orientação profissional e vocacional;
- Constituir contacto entre as crianças e jovens e as suas respetivas famílias, proporcionando um desenvolvimento integral das menores.

Esta visão tem associado um conjunto de valores estabelecidos na casa de acolhimento, de forma a possibilitar às menores institucionalizadas, uma vida educativa e familiar (apesar da entrada e saída dos funcionários), favorável tanto para o seu desenvolvimento individual, como também ao nível social. «Desejamos, acima de tudo, assegurar a felicidade de cada criança que é colocada nas nossas mãos».

Estes valores vão de encontro ao carisma da reparação e do amor, que inspira o ideal de serviço das Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, tendo em consideração os princípios de cidadania democrática consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como nas convenções sobre os Direitos da Criança.

Deste modo e sob o lema Acolher, Reparar e Promover, a casa de acolhimento assenta nos seguintes valores ou «âncoras matriciais»:

-  Acolhimento e disponibilidade;
-  Autoridade assertiva e afetuosa;
-  Respeito pela singularidade de cada menor;
-  Diálogo atencioso e cordial («Casa de Acolhimento», 2016).

As crianças e jovens nesta casa de acolhimento podem sugerir possíveis atividades para realizarem dentro ou fora das instalações, participando nas escolhas das atividades, tendo sempre em atenção os recursos disponíveis.

IV.3- Estrutura Organizacional

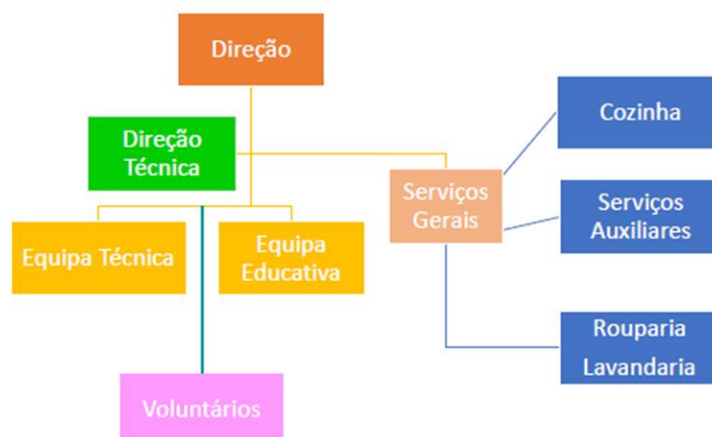


Figura 3-Organograma Institucional

Fonte: «Casa de Acolhimento», 2016.

A casa de acolhimento contém um conjunto de profissionais qualificados, estando distribuídos por cinco equipas, nomeadamente:

1. **Equipa Técnica**- constituída por 1 assistente social, 1 psicólogo, 2 educadores sociais, 1 técnica licenciada em ciências religiosas (Diretora do Lar) e 1 pedagoga social (Diretora Técnica).
2. **Equipa Educativa**- integra 8 educadoras de infância/ auxiliares de ação educativa e uma licenciada em contabilidade.
3. **Equipa De Apoio**- composta por uma funcionária de serviços gerais e duas cozinheiras.
4. **Equipa De Voluntários**- circunscrito no seio da rede de amigos da Instituição.
5. **Comunidade Religiosa**- integra cinco Irmãs, que garantem um trabalho formativo junto das crianças e jovens, permitindo um ambiente «familiar».

Convém mencionar que todos os profissionais/funcionários de todas as equipas, incluindo a diretora do lar e a diretora técnica, bem como os voluntários, trabalham diretamente com as menores. Acompanham e participam nas atividades do lar, convivendo, interagindo e acompanhando diariamente o quotidiano, estando presente um modelo de decisão mais democrático. Este modelo refere que a coordenação entre os elementos das equipas é efetuada através do ajustamento mútuo, tal como a adaptação e a mudança. Os profissionais têm uma elevada autonomia, estando mais preparados para

conseguirem resolver situações complexas do que rotineiras. Existe uma divisão das funções e tarefas mas o trabalho entre os profissionais/funcionários é feito em equipa, sendo mais apropriado para o bem-estar das crianças/jovens. A diretora técnica, por vezes assegura a função de mediadora entre os profissionais e a direção. Na casa de acolhimento são realizadas várias reuniões com os profissionais/funcionários, nomeadamente:

- reuniões gerais (nas quais estão presentes todos os funcionários), efetuadas 2 vezes no ano;
- reunião de supervisão mensais;
- reuniões de equipa técnica semanais;
- reuniões de equipa educativa semanais;
- reuniões de entre equipas trimestrais.

Estas reuniões têm como objetivo definir atividades a desenvolver na instituição, identificar os constrangimentos do funcionamento da mesma, delinear novas estratégias de intervenção, abordar temas que dizem respeito ao comportamento das crianças e jovens, informar acerca de algum acolhimento previsto e analisá-lo.

Porém, o vértice estratégico (a direção, a assembleia e o conselho fiscal), simultaneamente trabalham com o núcleo operacional.

IV.3.1- Descrição dos Profissionais da Casa de Acolhimento

	Idade	Sexo	Escolaridade	Formação Inicial/Contínua	Tempo da Atividade	Tipo de Contrato
Diretora do Lar	62	Feminino	Licenciatura em Ciências Religiosas	Contínua	40 anos	Efetivo
Diretora Técnica	42	Feminino	Mestrado em Ciências Religiosas	Contínua	23 anos	Efetivo
Assistente Social	32	Feminino	Licenciatura em Serviço social	Contínua	9 anos	Efetivo
Psicólogo	41	Masculino	Licenciatura Mestrado Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação Pós-graduação (Gestão de Parcerias) Doutoramento em Psicologia do Desenvolvimento e da Educação (incompleto)	Contínua	18 anos	Efetivo
Educadores Sociais	32	Masculino	Licenciatura	Contínua	4 anos	Termo
	37	Feminino	Licenciatura Mestrado Pós-graduação (a terminar)	Contínua	9 a 10 anos	Termo

Tabela 1-Descrição de alguns dos Profissionais da Casa de Acolhimento

Fonte: Elaboração Própria.

Tal como se pode verificar, a casa de acolhimento tem um equipa de profissionais qualificados na área da infância e juventude, trabalhando há vários anos nesta instituição. Esta tende a proporcionar aos profissionais uma formação contínua, de modo a aprofundar mais os seus conhecimentos, pois permite-lhes conhecer distintos modos de intervenção adequados a cada situação. Também se pode constatar que grande parte dos elementos desta equipa técnica tem um contrato efetivo, garantindo estabilidade no exercer das suas funções. O facto de ter elementos do sexo masculino é crucial, na medida em que permite que as crianças/jovens tenham contactos contínuos com elementos do sexo oposto, podendo algumas delas sentir-se mais à vontade a falar com eles de certos assuntos.

Quanto à equipa educativa, esta é constituída por seis elementos do sexo feminino, duas educadoras de infância e uma licenciada em contabilidade, sendo que os restantes membros detêm o ensino secundário. Estes seis membros da equipa educativa estão organizados do seguinte modo: duas são responsáveis pelos grupos onde dormem as

meninas, estando com elas praticamente 24 horas por dia da semana; duas que apenas estão com as C/J durante o dia; e as outras duas estão com as meninas aos fins de semana. Um aspeto a salientar é referente ao facto das monitoras de grupo que integram a equipa educativa exercerem funções na casa de acolhimento há mais de 10 anos consecutivos. Cabem a estas as funções de prestar os cuidados básicos às jovens, apoiar o estudo, manter os espaços limpos e organizados, zelar pelo vestuário das meninas, bem como de outras questões ligadas à higiene. As monitoras são dos adultos que passam mais tempo com as crianças e jovens na casa de acolhimento.

Outro ponto a dar ênfase é que, apesar de haver níveis hierárquicos que definem os cargos ocupados por cada funcionário na casa de acolhimento, no quotidiano todos estes profissionais acompanham continuamente as rotinas e o percurso escolar das meninas, estando a par de todas as informações, participando intensamente em todas as atividades. Também é de referir o agradável ambiente entre todos funcionários, havendo momentos de descontração, respeito, espírito de entreajuda e união.

Assim, pode afirmar-se que todos os funcionários da casa de acolhimento, independentemente dos cargos ocupados, possuem um papel imprescindível na vida destas C/J. Destes evidenciam-se as monitoras e os gestores de caso como adultos de referência, pois estão mais próximos das crianças e das jovens.

IV.4- Funções do Gestor de caso

O gestor de caso diz respeito ao profissional integrado na equipa técnica, que irá ficar responsável pelo processo individual de uma das menores que posteriormente irá ser acolhida pela casa de acolhimento. Este irá ser a figura de referência para a criança ou jovem ao longo do seu acolhimento. O gestor de caso também é importante para haver um trabalho de acompanhamento personalizado e individualizado. A nomeação do gestor de caso fica ao encargo da diretora técnica, em articulação com os membros da equipa técnica.

As suas principais funções passam por:

- ✚ Atualizar, gerir e organizar o processo individual;
- ✚ Acompanhar a menor, durante o acolhimento, zelando e garantindo a aplicação da lei, o cumprimento das regras e os seus direitos;
- ✚ Delinear o seu Projeto de Vida e executar as devidas diligências, em articulação com os outros elementos da Instituição e entidades externas, tais como CPCJ e EMAT;
- ✚ Intervir, se possível, e de acordo com o seu superior interesse, no âmbito da mediação familiar («Casa de Acolhimento», 2016).

Quando uma criança ou jovem é encaminhada para esta casa de acolhimento, é da responsabilidade da Direção do Lar articular com a Equipa Técnica, bem como com o Centro Distrital da Segurança Social para decidir a sua admissão.

O gestor de caso também é responsável por acompanhar as idas ao centro de saúde, agendar consultas/tratamentos, assegurar que as meninas à hora indicada tomam a medicação, isto é, estar a par da vida da criança/jovem ao nível da saúde. Este também participa nas reuniões escolares, acompanhado permanentemente o percurso escolar da criança/jovem. Todavia, quando não é possível este estar presente, tanto nas consultas médicas como nas reuniões escolares, outro profissional exerce essas funções, sendo que todos os pormenores são posteriormente transmitidos ao gestor de caso, bem como à diretora técnica.

Efetivamente, esta divisão de crianças/jovens por gestor de caso, de modo a poderem fazer uma intervenção mais centrada nestas, permitindo que estas C/J's saibam a quem se podem dirigir quando pretendem partilhar os seus momentos mais positivos ou negativos, bem como as suas dúvidas e inseguranças. Apesar desta distribuição pelos distintos elementos da equipa técnica, deve sempre haver um trabalho de equipa, sendo esta multidisciplinar, de forma a transmitir as ocorrências das crianças/jovens, discutindo opiniões, para que a intervenção seja a mais adequada possível, com base nos diferentes conhecimentos de formação dos técnicos. Esta definição de gestor de caso também permite que as crianças/jovens saibam a quem podem direccionar-se perante as situações vivenciadas, uma vez que existe um elevado número de funcionários nas casas de acolhimento, criando uma relação de confiança e de respeito.

IV.5- Relação dos Funcionários com as Crianças e Jovens

Nesta casa de acolhimento a relação dos funcionários para com as meninas e vice-versa manifesta-se de forma carinhosa e afetuosa, havendo uma grande cumplicidade entre todos. O modo como as crianças e jovens se relacionam com funcionários é bastante positiva, no sentido em que não se verifica tanta formalidade, havendo muitos momentos de descontração e divertimento, sentindo estas um certo à vontade em falar de certos assuntos com os funcionários, nomeadamente com os gestores de caso. Todos os funcionários, incluindo diretora da casa de acolhimento e diretora técnica, participam nas atividades juntamente com as crianças e jovens, como por exemplo na festa de Natal. Outro aspeto a mencionar é a união tanto entre funcionários que ocupam distintos cargos como entre as meninas e os funcionários, existindo sentimentos de proteção.

Nesta casa de acolhimento, cada adulto serve de «referência», independentemente das suas funções na instituição, havendo um acompanhamento mais próximo da menor, facultando o aperfeiçoamento dos exercícios de relação e comunicação interpessoal. Também é de se referenciar o facto de que cada uma das menores está a cargo de uma monitora responsável por esta mesma criança ou jovem. A monitora estará sempre presente, podendo a menor desabafar e partilhar momentos do dia a dia com a monitora responsável.

A forma afável como as crianças e jovens se relacionam com os adultos é dos pontos a destacar-se na instituição. Estas recorrem várias vezes a expressões como: «avozinha», «tia» ou «minha doutora». Quando algum funcionário está doente ou se ausenta por outro motivo, as meninas demonstram muita preocupação com ele, fazendo uma «festa» quando estes voltam às suas funções. Para muitas destas menores, esta casa de acolhimento «é uma segunda casa onde há respeito, amor, educação e muita alegria.».

Apesar de existirem conflitos entre as meninas, estas são bastante unidas fora das instalações da casa de acolhimento. Quando uma destas está triste, chorosa ou a passar por um momento difícil da sua vida, as suas colegas apoiam-na, fazendo tudo para a alegrar.

Todavia, apesar de todos estes sentimentos salientados serem satisfatórios para criar um bom ambiente entre todos os elementos que integram a casa de acolhimento, as saídas de algum funcionário ou menina vivenciam-se de forma muito intensa, com sentimentos de saudade e de perda durante os primeiros dias.

Contudo, para muitas crianças e famílias apesar de serem instáveis as manifestações de afeto, sempre será o espaço de referência preservado e idealizado, mesmo durante o processo de acolhimento: «referência em termos de afecto, de sentimento de pertença, de confiança e de liberdade». Muitas destas apesar de demonstrarem que gostam de viver nas instituições, manifestam a vontade em voltar para a sua casa, podendo algumas inicialmente fugir da casa de acolhimento, pois sentem a falta dos seus familiares (Alves, 2007, p. 146-147).

IV.6- Organização das Rotinas das Crianças e Jovens

Esta casa de acolhimento, tal como outras instituições de acolhimento residencial, adotou um modo de funcionamento de forma a que os funcionários e as crianças/jovens possam organizar-se, estando as rotinas estabelecidas de acordo com os hábitos de uma

casa familiar, contribuindo para a minimização ou até para evitar consequências menos positivas da mudança de um ambiente familiar para um ambiente institucional.

A existência de rotinas é fundamental para estas crianças/jovens na medida em que permite «prepará-las» para a sua vida futura, criando hábitos que contribuem para um futuro de oportunidades, essencialmente quando estas começarem a trabalhar, exercendo estilos de vida e comportamentos apropriados.

Horário		Rotinas
Manhã	7:00	Acordar
	7:30	Pequeno-Almoço
Tarde	12:30-13:30	Almoço
	16:30	Lanche
	17:00	Estudo
	18:00	Banho
Noite	19:30	Jantar
	21:00	Estudo
	22:00	Ceia/Dormir

Tabela 2-Horário/Rotinas

Fonte: Elaboração Própria.

A tabela representada acima define o quotidiano das meninas nesta casa de acolhimento durante a semana. Tal como se pode verificar, estas iniciam o seu dia às 7:00 horas, e nesse horário cuidam da sua higiene pessoal, tomam o pequeno-almoço e vão para a escola. Na hora de almoço, existem diferentes turnos dependendo do horário escolar, ocorrendo desde o 12:30h até às 13:30h. Na hora de almoço o número de meninas é menor comparativamente com os das outras refeições, devido à distância entre a escola e a instituição e horário escolar.

Aqui convém mencionar que em todas as refeições, tanto no pequeno-almoço como no almoço, lanche e jantar, as crianças/jovens ajudam a manter o refeitório limpo e arrumado, de acordo com a sua disponibilidade em termos escolares. Esta colaboração entre as meninas e os funcionários a manterem o espaço das refeições higienizado contribui para que estas saibam como cuidar e zelar das diferentes divisões da casa após a institucionalização. Os horários das refeições estão organizados o mais possível como

os do meio familiar, sendo um espaço de partilha, encontro, descontração, aprendizagem para estas crianças/jovens, fortalecendo as relações de amizades.

Quanto ao estudo, as crianças/jovens são acompanhadas por elementos da equipa técnica e educativa, atendendo às suas necessidades. Normalmente, este apoio ao estudo ocorre em salas por cada grupo, estando assim as meninas divididas, sendo também mais fácil para os responsáveis prestarem auxílio quando necessário, contribuindo para a maior concentração destas.

Após o jantar até à hora do estudo ocorrem várias atividades lúdicas e desportivas, designadamente canto ou dança.

Aos fins de semana, feriados e férias escolares estes hábitos sofrem algumas alterações, visto que o número de meninas é menor e não há escola. Deste modo, estas acordam mais tarde, por volta das 9:00 horas. Ao longo do dia realizam distintas atividades, tanto dentro das instalações como no exterior, estando sempre acompanhadas por dois elementos da equipa educativa que está com estas apenas aos fins de semana e feriados. Os horários de almoço, lanche e jantar também são diferentes dos habituais. Já a hora de deitar mantem-se.

As meninas que vão a casa aos fins de semana geralmente saem da casa de acolhimento à sexta à tarde e regressam ao domingo à tarde.

Relativamente às visitas, estas devem ter em atenção as atividades e rotinas das crianças/jovens, bem como as da casa de acolhimento (horas de refeição, banhos). Quando coincidem com estes horários mencionados, devem ser justificadas e pedidas à direção ou gestor de caso autorização para tal. Contudo, frequentemente estas ocorrem após terminarem as aulas.

Efetivamente, ainda se integram outras rotinas, havendo consultas semanalmente às meninas, de acordo com as suas necessidades, tendo em atenção uma avaliação dos profissionais da equipa técnica. Estas consultas constituem-se como uma das parcerias que a casa de acolhimento estabelece com outros profissionais externos, designadamente, para as consultas de terapia da fala, psicologia, pedopsiquiatria. No entanto, de 15 em 15 dias, vem à instituição enfermeiras, de forma a transmitir conhecimentos acerca de alguns temas relacionados com a área da saúde às crianças/jovens, por exemplo, sobre a sexualidade. Estas consultas com os diferentes profissionais sucedem-se após cessarem as aulas.

Assim, tal como se pode constatar, apesar dos horários e rotinas fixados nesta casa de acolhimento, estes não são cumpridos de forma rigorosa, uma vez que cada

criança/jovem tem um dia-a-dia distinto das outras, podendo, por exemplo, ter aulas até mais tarde, praticar atividades desportivas no exterior em horários não compatíveis com os da casa de acolhimento ou até mesmo em caso de doença.

IV.7- Caracterização das Jovens Acolhidas

Esta casa de acolhimento tem capacidade para acolher 54 crianças e jovens, no entanto no decorrer do estudo efetuado, a casa de acolhimento estava responsável por 47 crianças e jovens do sexo feminino, dos 10 aos 25 anos, destacando-se a faixa etária entre os 16 e os 20 anos (25 jovens), seguindo-se dos 10 até aos 15 anos (17 meninas), idades estas que correspondem à fase da adolescência.

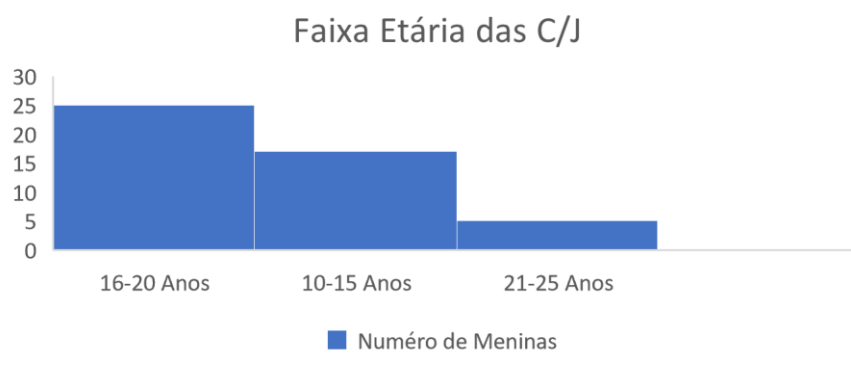


Gráfico 1-Idade das Meninas

Fonte: Elaboração Própria.

Estas crianças e jovens provinham na sua maioria da cidade do Porto, havendo situações que era necessário a distanciação do seu meio familiar, tal como Lisboa, Évora, arquipélago dos Açores, Ucrânia e Roménia. A casa de acolhimento acolhia também crianças e jovens de origem Africana.

Os motivos que levaram estas crianças e jovens a ser retiradas do seu ambiente familiar são diversos, existindo em grande parte das situações mais do que um motivo que levou à aplicação da medida de acolhimento residencial, destacando-se aqui a negligência, designadamente, a falta de supervisão e de acompanhamento familiar e a exposição a modelos parentais desviantes. Seguidamente os maus tratos psicológicos e emocionais também estão em grande percentagem. Outros motivos a citar são os maus tratos físicos, abuso sexual, ausência temporária de suporte familiar, comportamentos

desviantes, absentismo escolar e tráfico humano. Também havia situações na casa de acolhimento em que a criança/jovem foi acolhida por iniciativa dos próprios.

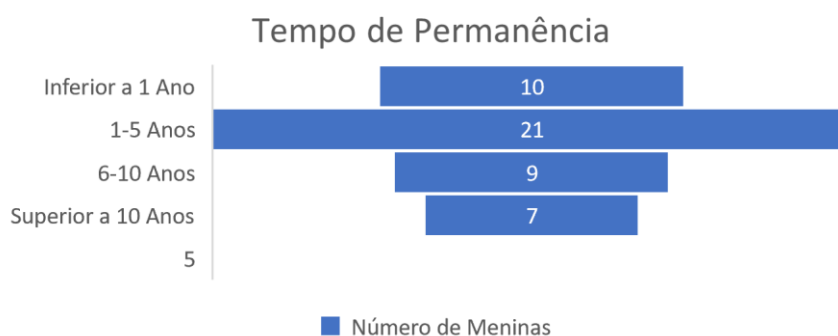


Gráfico 2-Duração do Acolhimento das Meninas

Fonte: Elaboração Própria.

Quanto ao tempo de permanência nesta casa de acolhimento, atendendo às 47 meninas acolhidas, pode-se verificar que grande parte destas crianças e jovens estão institucionalizadas há mais de 1 ano (37 C/J). Aqui há que salientar que 7 destas meninas, estão institucionalizadas há mais de 10 anos. Estes número são bastantes significativos, não devendo este tipo de situações acontecer, pois o acolhimento residencial deve ter a menor duração possível, tentando-se sempre aplicar outro tipo de medida, dependendo dos recursos disponíveis, tendo em atenção o interesse superior da criança e/ou jovem. No entanto, o que por vezes acontece é estas crianças e jovens permanecerem anos em casas de acolhimento, tal como se sucede nesta casa de acolhimento residencial, existindo várias lacunas a esses níveis no sistema de acolhimento ao nível nacional.

Nível de Escolaridade		Número de C/J
Ensino Superior	Licenciatura	6
	Mestrado	1
Ensino Secundário	Regular	8
	Curso Profissional	8
	Vocacional	1

Ensino Básico	Regular	17
	Curso de Educação e Profissional	2
	Vocacional	2
	Percurso Curricular Alternativo	1
Não se Aplica		1

Tabela 3-Escolaridade das Meninas

Fonte: Elaboração Própria.

No que concerne à escolaridade, maioritariamente as meninas frequentam o ensino básico regular. Quanto ao nível secundário o número de crianças e jovens que têm ensino regular e profissional é igual. Efetivamente, há que realçar o facto de 7 das jovens terem ingressado no ensino superior. Num dos casos esta situação não se aplica, esta situação era referente a uma das jovens africana, acolhida recentemente, que não tinha qualquer documento de identificação, estando a ser acompanhada individualmente para conseguir comunicar em português e, por sua vez, frequentar o ensino básico com as outras meninas.

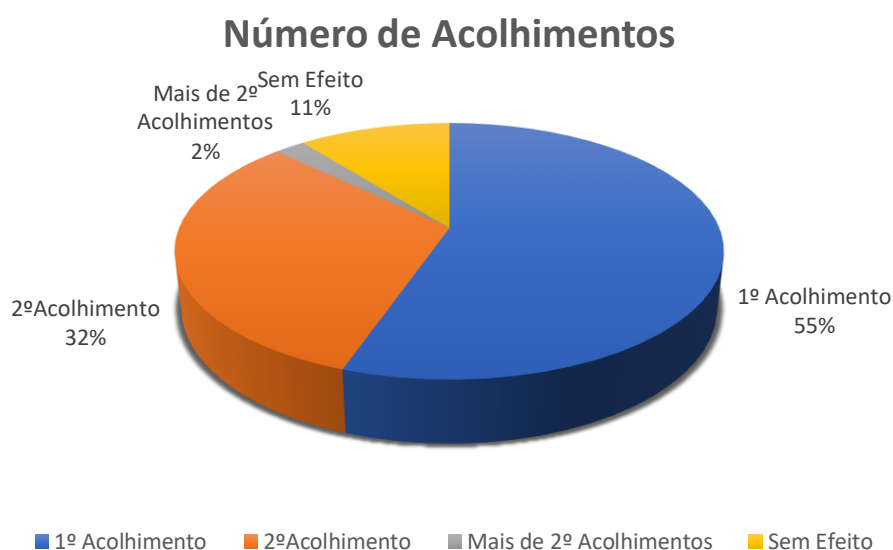


Gráfico 3- Número de Acolhimentos das Meninas

Fonte: Elaboração Própria.

No que diz respeito ao número de acolhimentos ao longo da trajetória de vida das crianças e jovens nesta casa de acolhimento, pode-se constatar que 55% destas foram-lhes atribuída a medida de acolhimento residencial pela primeira vez, sendo esta casa de acolhimento a única instituição residencial que já residiram. Porém, 32% das meninas já tinham passado pelo acolhimento residencial, não sendo esta a sua primeira experiência. Convém mencionar que as crianças e jovens não devem frequentemente transitar de instituição para instituição, podendo tal afetar o seu desenvolvimento e bem-estar, não permitindo que esta estabeleça ligações com os adultos e colegas, o que é bastante prejudicial.

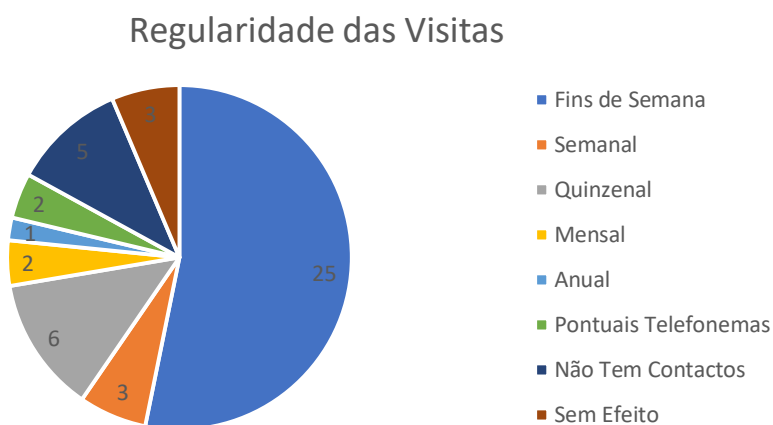


Gráfico 4-Contacto das Meninas com a sua Família

Fonte: Elaboração Própria.

Em relação à regularidade das visitas, na maioria as crianças e jovens desta casa de acolhimento, vão passar o fim de semana a casa, podendo esta ser da família biológica ou da família amiga. Por vezes, devido à distância, algumas das meninas ficam impossibilitadas de poderem estar mais presentes com as suas famílias. Quanto às visitas mensais ou semanais, estas são realizadas na casa de acolhimento, dependendo de cada situação estas visitas podem ser acompanhadas por um dos funcionários. Também existem casos em que apenas se mantém os contactos telefónicos. Não obstante, das 5 meninas que não possuem qualquer contacto com a sua família, 3 estão integradas em família amigas, com as quais mantêm um contacto permanente, enquanto 2 destas passam os fins de semana e as interrupções letivas na casa de acolhimento.

PARTE IV-APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Antes de iniciar a apresentação e discussão dos dados, é necessário referir que as dinâmicas foram elaboradas e implementadas em colaboração com uma colega que estava a efetuar um estágio curricular, que também estava a concluir o mestrado, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação no Porto.

Atendendo às funções do gestor de caso, nomeadamente de acompanhar as crianças/jovens ao longo do acolhimento, garantindo o seu desenvolvimento e bem-estar individual, delineando ações de acordo com as suas especificidades, foi proposto a nós voluntárias trabalhar as questões da autoestima, face às necessidades emocionais e afetivas das meninas. Esta sugestão foi apresentada pelos gestores de casos, uma vez que tinham maior contacto com as crianças e jovens, tendo maior conhecimento de cada situação, sendo também uma mais valia para estabelecermos uma ligação mais próxima com as meninas, trabalhando questões importantes para estas.

O objetivo não passava por transmitir às meninas a definição de autoestima, obtendo um conhecimento acerca deste tema, mas sim proporcionar a estas uma reflexão sobre si mesmas, fornecendo instrumentos para serem mais autoconfiantes. Desenvolver técnicas de resiliência e de capacitação «*empowerment*», não tendo receio de exprimirem as suas opiniões, sentimentos, projeções futuras.

Deste modo, couberam-nos as funções de delinear, executar e refletir acerca das dinâmicas a serem desenvolvidas junto das meninas. Estas sessões decorrem num dos espaços da casa de acolhimento, designadamente numa das salas de convívio. Quanto aos recursos, a casa de acolhimento forneceu todos os materiais solicitados, não havendo qualquer constrangimento.

No sentido de proporcionar uma exposição mais detalha dos resultados, há que inicialmente fazer uma caracterização do percurso de vida das participantes, com base nos processos individuais, na observação e na entrevista não estruturada aos técnicos e as jovens. Posteriormente apresentar-se-á e avaliar-se-á as dinâmicas realizadas em grupo, bem como a análise destas, de forma a refletir sobre os seus significados, tendo em consideração a literatura existente e a experiência de convivência com as jovens.

Outro aspeto a referir é, embora nas sessões participassem 7 das meninas, apenas iremos realçar 3 das jovens, uma vez que foram as jovens com as quais houve um maior

contacto e proximidade na casa de acolhimento, como já foi mencionado anteriormente. Porém, as informações das restantes 4 meninas encontram-se no apêndice 1.

I. CARACTERIZAÇÃO DO PERCURSO DE VIDA DAS PARTICIPANTES

Anabela

O acolhimento da jovem foi de carácter de emergência, pois não queria regressar a casa, negando-se a permanecer em casa de outro agregado familiar. Os motivos que levaram ao acolhimento foram a negligência e maus-tratos psicológicos.

Esta referia que não aguentava a pressão da mãe, estando esta constantemente a ameaçar a filha que se ia suicidar quando se chateava. A jovem descreve o meio familiar com frequentes ameaças de suicídio da mãe, chantagem emocional, falta de apoio e discussões familiares.

O contexto familiar da jovem caracterizava-se por ser organizado e ativo profissionalmente. O pai era ausente devido ao exercício da atividade profissional. A mãe trabalhava e era muito dependente das filhas. Anabela tinha uma irmã com mais idade, descrevendo a relação com esta como sendo satisfatória.

Anabela tinha 17 anos, frequentava o secundário (11ºano), teve um bom desempenho escolar e sem retenções, todavia manifestava falta de motivação para os estudos. No horário de estudo manifestava algumas crises, havendo uma resistência em ir para a escola, encontrando distintas desculpas para poder faltar. Para além da falta de motivação, a jovem demonstrava algumas dúvidas em relação ao seu futuro.

Na casa de acolhimento, a menor tinha alguns conflitos com as meninas, sendo muito reticente a algo que era dito por algum funcionário ou menina, ficando sentida. A menor não gostava de ser contrariada, querendo que seja feito tudo à sua maneira. Apesar de em geral ter uma relação estável com as colegas, esta isolava-se em qualquer canto da casa constantemente. Em oposição, gostava de ser alvo de atenção, nomeadamente por parte dos técnicos, em particular do seu gestor de caso.

Aos fins-de-semana e férias, a jovem demonstrava alguma resistência em ir a casa, querendo permanecer na casa de acolhimento. Inicialmente, a mãe era muito preocupada com a filha, fazendo tudo o que considerava necessário para reunir as condições para que esta jovem regressasse a casa. Os contactos telefónicos continuavam a ser mantidos com a mãe, sendo mais reduzidos após a institucionalização, pois Anabela

recusava-se muitas vezes a falar com a mãe. A redução dos contatos telefónicos foi uma estratégia utilizada pelos técnicos (com a colaboração da progenitora) para que a mãe ultrapassasse uma relação que gerava muita dependência e superproteção à sua filha. Antes da entrada na instituição de acolhimento a mãe tinha o hábito de lhe ligar várias vezes ao dia, às vezes a toda a hora, para o telemóvel da filha, quando ela ia para a escola.

Recentemente, a menor tinha participado num episódio de furto, juntamente com as suas colegas, quando estavam no exterior da casa de acolhimento. Ela negava a sua participação no ato, tendo apenas aceitado os objetos roubados oferecidos pelas suas colegas. Também tinha começado a fumar, andando mais próximas de algumas colegas na casa de acolhimento que também fumam.

A jovem tinha consciência do que devia ou não fazer, contudo parecia agir de forma inadequada, não cumprindo as regras instituídas, para atrair atenções, não tendo receio de ser castigada/punida.

Beatriz

Beatriz tinha 15 anos, teve um percurso de vida bastante complexo, passando por distintos contextos familiares:

Mãe ➡ Casa de Acolhimento (5 anos) ➡ Tia paterna ➡ Mãe ➡ Irmã ➡
Casa Abrigo com a Irmã ➡ Casa de Acolhimento (14 anos-Atual).

Os motivos que levaram Beatriz a ser acolhida foram vários, nomeadamente a negligência, abandono, maus-tratos físicos e psicológicos ou emocionais, como a ameaça e a exposição a contextos de violência doméstica.

A jovem frequentava o 2º ciclo (6ºano), um percurso escolar com algumas retenções, marcado pelo absentismo/abandono escolares e, consequentemente, com problemas comportamentais graves. A menor tinha alguns constrangimentos no relacionamento de pares, possuindo atitudes desafiadoras e conflituosas. Em contexto de sala de aula, esta demonstrava dificuldades em concentrar-se. Devido às suas necessidades escolares, esta recebia apoio ao estudo na casa de acolhimento, cabendo-nos essa responsabilidade. No entanto, sempre que pode inventa uma desculpa para poder «escapar». A jovem revelava uma falta de motivação e interesse pelos estudos, bem como uma grande insegurança relativamente às suas capacidades «*Para quê que vou estudar, se vou tirar negativa....Tiro sempre!*».

Beatriz nunca teve qualquer contacto com o pai. A jovem demonstrava um enorme afeto pela irmã, contribuindo para a sua estabilidade emocional, contudo a irmã estava acolhida numa Casa Abrigo, pois era vítima de violência doméstica. Beatriz estava exposta a estes episódios de agressão, bem como os seus filhos, não estando a irmã disponível para continuar a assumir os cuidados para com a jovem. A irmã afirmava que a mãe se prostituía e consumia substâncias ilícitas. A mãe era beneficiária do Rendimento Social de Inserção, sendo que quando necessitava de dinheiro trabalhava em bares de alterne durante o período noturno, não possuindo retaguarda para prestar os devidos cuidados à menor. Após a retirada, a mãe agredia Beatriz fisicamente quando a visitava na casa de acolhimento e a primeira situação ocorreu pelo facto da menor sofrer de enurese durante a noite (disfunção que se manifesta pela perda involuntária de urina). Inicialmente, a mãe recusava-se a visitar a filha na instituição, não sendo esta informação partilhada com a menor, pois ela afirmava que a Beatriz estava a mentir. Porém, passado algum tempo esta visitava a menor pontualmente, por vezes ausentava-se, viajando para o estrangeiro, referindo a jovem que gostava de passar mais tempo com a mãe. Relativamente à tia, esta tinha alguns conflitos com a mãe de Beatriz, deixando de prestar cuidados à jovem. Todavia, inicialmente Beatriz ia passar os fins de semana a casa da tia, no entanto com o surgimento de um trabalho esta ficou impossibilitada de levar a jovem. Após o sucedido, a tia também não atende às chamadas da Beatriz.

Beatriz é uma jovem que necessita essencialmente de cuidados afetivos, pois observa-se uma procura constante de contactos físicos com os adultos da casa de acolhimento, especificamente através de abraços.

A menor tinha dificuldades em expressar a sua opinião, pois considerava que tudo o que dizia e pensava era dispensável para os outros. Também era visível a falta de autoconfiança, não só no que diz respeito às suas capacidades, mas também no que concerne à sua aparência física. A jovem gostava de se vestir com roupas largas e tamanhos grandes, com cores mais escuras, sempre de ténis e calças. Usava óculos e tinha o cabelo rapado. Tal como já foi mencionado, esta sentia necessidade de afeto. Era bastante notório a satisfação quando alguém lhe dá um abraço ou um beijinho, o que é raro acontecer.

Quando era acompanhada no estudo, esta fazia de tudo para não aparecer, sendo que quando estava presente muitas vezes não queria estudar, amuando, não fazendo nada do que lhe era recomendado, mas no final do estudo ou no outro dia pedia desculpa pelo seu comportamento, mostrando arrependimento, dando-nos um abraço e às vezes um

beijinho. A jovem também se queixava frequentemente de passar o dia todo a estudar: «*É sempre casa, escola, casa, escola, nunca posso fazer nada do que gosto*». Apesar de não gostar de estudar, tentando sempre que possível «fugir», quando soube que tinha passado de ano ficou eufórica com a novidade. Esta sempre que passava por alguém na casa de acolhimento dizia alegremente que tinha transitado de ano. A jovem quis ligar para a família a dar a novidade. Sempre que passava por nós referia «*Patrícia, passei de ano!*», citando isso várias vezes durante os primeiros dias.

Quanto à família, esta raramente falava sobre ela, porém quando referia algo em relação aos seus membros familiares evidenciava sinais de tristeza e melancolia.

A menor na instituição gostava bastante de jogar computador, todavia muitas vezes isso não acontecia por estar de castigo devido ao seu comportamento ou porque estava na hora de estudo, ou o aparelho eletrónico estava ocupado ou não era permitido. Perante esta situação, é necessário salientar que na instituição existem poucos computadores para as meninas poderem fazer os trabalhos, daí o facto de não ser autorizado o seu uso.

Em relação às colegas dentro da casa de acolhimento, esta apresentava algumas divergências para com as residentes, no entanto gosta de estar acompanhada e participava nas atividades com elas. Efetivamente, para muitas vezes criar relações de amizade, passava uma imagem de «*tonta e ingénua*», como esta dizia, só para fazer rir as colegas.

Laura

Laura tinha 16 anos, foi institucionalizada devido à falta de supervisão na educação, alimentação e higiene (negligência), ao absentismo escolar, à exposição a modelos de comportamentos desviantes, designadamente tráfico de estupefacientes. O agregado familiar foi obrigado a abandonar a sua residência, na sequência de situações de ameaça contra a integridade avultada junto de elementos de etnia cigana, uma vez que teriam contraído dívidas, estando associado a negócios de droga, sendo ameaçados de morte. Quando foi acolhida junto da sua irmã tinha 11 anos.

No que concerne à família, havia um desinvestimento por parte da progenitora nos cuidados aos três filhos, sendo que a mesma não apresentava historial de emprego. O agregado era beneficiário do Rendimento Social de Inserção. O pai era ausente devido à prestação de trabalhos precários. Quanto às habilitações literárias, os progenitores apresentam níveis de instrução baixos. O irmão foi institucionalizado, devido a sinais de

negligência, maus-tratos, ausência de regras de socialização e envolvimento em práticas de tráfico de droga.

Na escola, a menor antes de ser institucionalizada era acompanhada ao nível do ensino especial. Registo de frequentes atrasos consecutivos às aulas e faltas no período da manhã, sem que a mãe demonstrasse preocupação ou justificação para a ocorrência. Registo também de problemas ao nível da higiene da menor (tomava banho após as aulas de educação física e «*quando cheirava mal*»). Após ter sido acolhida, a jovem apresentava resultados positivos ao nível do percurso escolar e no que respeita ao seu desenvolvimento, com uma postura adequada, frequentando o 3º ciclo (9ºano).

A jovem revelava um comportamento ajustado e oportuno na casa de acolhimento. Laura tinha uma boa relação com os funcionários e com as suas colegas. A menor gostava de ver filmes, ouvir *hip-hop*, desenhar, escrever e ler romances.

A nível físico era de estrutura média, usava óculos, tinha o cabelo médio, com peso apropriado à sua idade. Normalmente usa calças e uma camisola simples, não gosta de usar saias e padrões coloridos.

Um ponto a aludir é relativo ao facto da irmã da jovem também residir na casa de acolhimento, sendo que esta era mais nova. A irmã teve um tumor cerebral e teve um acompanhamento constante e especial por parte dos funcionários. Deste modo, a jovem aparentava ter uma carência afetiva, uma vez que os cuidados eram mais direcionados à irmã. No entanto, a relação com a irmã é de proteção, porém não se observa a existência de muito contacto com esta.

II. TRABALHO REALIZADO PELO GESTOR DE CASO COM ESTAS JOVENS

Anabela

Devido à sua relação de dependência *versus* revolta face à sua mãe, a sua gestor de caso iniciou um trabalho com a jovem de forma a tornar a relação com a sua progenitora mais positiva. Deste modo, a gestora de caso limitou os telefonemas à mãe, uma vez que estes eram efetuados de hora a hora, às vezes até com maior frequência, para que a jovem começasse a valorizar o contacto com a mãe, diminuindo as discussões que eram prejudiciais à construção da relação. Para além, a gestora de caso acordar com a mãe da jovem todos os procedimentos que ia fazer com a filha, esta também tentou auxiliar a mãe, ensinando-lhe algumas técnicas para se exprimir melhor quando fala com

a sua filha, sem recorrer a ameaças ou «falar sem pensar», arrependendo-se mais tarde daquilo que disse. Também explicou à mãe a importância de não dar tudo à filha, pois esta tem de começar a ter consciência do esforço que a família faz para que não lhe falte nada daquilo que é essencial.

Tanto para a mãe como para a Anabela, este procedimento foi inicialmente mais difícil, pois estavam ambas muito dependentes uma da outra, o que levava a vários constrangimentos no seu dia-a-dia.

Efetivamente, ao início todas estas tentativas para auxiliar a jovem geravam revolta por ela não estar à espera que todas estas mudanças ocorressem no seu quotidiano na ida para a casa de acolhimento. Contudo, gradualmente ela foi-se apercebendo que afinal todo este processo era para o seu bem-estar, sobretudo emocional, valorizando mais o empenho que as pessoas à sua volta faziam.

Quanto às suas dificuldades de relacionamento interpessoal, a gestora de caso aos poucos pediu à jovem, por exemplo, para auxiliar em tarefas (juntamente com outra colega da casa), de modo a esta começar a conviver mais com pessoas da sua idade, não se isolando tanto e, ao mesmo tempo, sentindo-se «útil» por saber que tem muitas competências que desvaloriza. Exemplificando, ajudar a fazer os trabalhos de casa ou resolver um problema de informática.

A gestora de caso sempre trabalhou com a jovem para que esta se tornasse mais autónoma e independente, através de pequenas tarefas como: pagar o passe e ir ao dentista sozinha. A profissional também demonstrava através da comunicação verbal e não verbal, quando esta adquiria uma postura responsável a valorização sempre das suas aptidões, permitindo o seu reconhecimento que é fundamental no processo de requalificação identitária.

Já em relação ao seu aspeto visual, a gestora de caso, às vezes, dava opiniões acerca do vestuário e do corte de cabelo que mais a favorecia, sendo que com o tempo a jovem, devido a sua forte ligação com a profissional, foi adotando estas sugestões.

Beatriz

O trabalho efetuado pela gestora de caso com a Beatriz era bastante complexo, pois quando parecia que estava a gerar alguns resultados positivos, a jovem voltava a adotar comportamentos de oposição. Beatriz era menina que demonstrava sentir muita carência na relação com os seus familiares, no entanto, a profissional tentava que esta passasse mais tempo com a sua família, mas raramente tal era possível. Provavelmente,

esta seria a razão da revolta gerada pela jovem. Todavia, a gestora de caso não conseguia proporcionar mais vezes este contacto, estando a resposta a este problema fora do alcance dela. Também o facto de não ter mais ninguém na família para a jovem estar, por exemplo, nas férias ou fins de semana, fazia com que a gestora de caso ficasse limitada neste trabalho tão importante a ser realizado junto da jovem. A jovem também não tinha nenhuma família amiga, ficando constantemente, semana após semana, na casa de acolhimento, sentindo-se «aprisionada».

Beatriz tinha muitas dificuldades escolares e a gestora de caso quando podia prestava um apoio particular, de forma a esta alcançar resultados mais satisfatórios, acreditando mais nas suas capacidades e competências, para poder alcançar os seus sonhos, pois estes só dependem dela. Porém, era muito difícil fazer com que a jovem se empenhasse mais nos seus estudos e, por vezes, a gestora de caso sugeria não permitir que a jovem realizasse algumas atividades que gostava de praticar no seu dia-a-dia, como o Basquetebol, para que esta fizesse um mínimo de esforço nos estudos. Dependendo do estado de espírito da jovem, havia dias em que esta era auxiliada, no estudo demonstrando algum empenho e entusiasmo, como por exemplo, quando se estuda Ciências ou História, disciplinas que suscitava maior curiosidade.

A gestora de caso também lhe tentava transmitir alguns comportamentos mais adequados para saber estar, bem como formas mais corretas de se expressar, para que ela não fosse alvo de críticas por parte dos adultos/pares. Exemplificando, devemo-nos sentar colocando os pés no chão; falar sem o recurso a gírias, não interrompendo ninguém, etc.

A nível físico, a profissional dava algumas sugestões de vestuário e cuidados da autoimagem, mas não tinha sucesso, pois a jovem gostava de um estilo mais identificado como o género masculino.

Laura

O trabalho desenvolvido com a jovem após a sua institucionalização foi muito benéfico, na medida que já não eram visíveis as lacunas apresentadas no início do seu acolhimento.

Laura era uma menina com muitas capacidades, sabendo-se comportar e estar nas mais diversas situações. Era uma menina que se «fechava», sendo muito difícil «chegar» até ela. Pois, ao conhecer Laura, percebe-se que a sua postura introvertida e pouco expressiva era apenas um mecanismo de defesa criado pela jovem, pois ela aparenta ter receio de ser magoada. Para começar a interpretar os seus comportamentos, era necessário

adquirir a sua confiança através de pequenos gestos, como por exemplo, esse «penteados é muito giro, como fizeste?».

O trabalho desenvolvido pelo gestor de caso consistia essencialmente em fornecer confiança mútua, deixando-a à vontade para se expressar, só desta forma era possível trabalhar com a jovem. Este profissional incentiva a jovem a ler, o que esta gostava (romance), de forma a estimulá-la cognitivamente. O facto de ter algumas dificuldades em exprimir os seus sentimentos, fazia com que o gestor de caso a aconselhasse a escrever no seu diário, utilizando a terceira pessoa do singular, com por exemplo: «ela sentia-se triste quando o tio....». Esse diário permitia perceber como esta se sentia perante as muitas situações já ocorridas.

Esta sempre que precisava era apoiada no estudo, conseguindo alcançar notas satisfatórias, acreditando num futuro mais próspero. O que mais lhe suscitava interesse era desenhar e escrever, pensando em seguir a faculdade de acordo com os seus gostos.

A nível afetivo esta demonstrava alguma carência, pois estava «acostumada» a que todas as atenções fossem direcionadas à sua irmã. No entanto, o gestor de caso e as voluntárias davam-lhe alguns mimos, expressando afeto, com um beijinho ou um abraço apertadinho. Apesar de inicialmente ela parecer não gostar, mas mais tarde notava-se a sua felicidade em receber estes afetos, tomando muitas vezes a iniciativa de expressar afeto aos profissionais.

Síntese do Papel do Gestor de Caso na Intervenção com estas Meninas

Tal como se pode verificar, os gestores de caso têm um papel imprescindível na requalificação identitária destas jovens, fazendo gradualmente algumas intervenções, muitas vezes sem estas se aperceberem, de modo a fazer face às suas necessidades.

Este profissional acompanha constantemente o dia-a-dia destas jovens, tentando estar sempre a par de todos os acontecimentos ocorridos.

Efetivamente, este é responsável por fazer uma avaliação diagnóstica das jovens, recorrendo a diversas fontes, com o objetivo de obter o máximo de informação possível, como o recurso a fontes documentais, nomeadamente relatórios médicos, sociais, escolares ou pedido de avaliação a especialistas (avaliação psicológica das jovens, cuidadores, etc). Também quando necessário utiliza escalas e questionários aplicando-os às jovens, cuidadores e/ou família alargada na avaliação diagnóstica.

Este é encarregue pelas consultas médica, pelas reuniões escolares, pela articulação com a CPCJ ou Tribunal e pela definição do projeto de vida das jovens em articulação com estas. Também cabe ao gestor de caso fazer uma ligação com as suas famílias biológicas, através de entrevistas individuais e conjuntas com os pais/cuidadores e com a família alargada (tios, avós, outros elementos significativos), de modo a perceber as dinâmicas familiares e como é o ambiente familiar, bem como através de visitas domiciliárias, de forma a verificar as condições para possivelmente receber a jovem. Também são efetuadas entrevistas individuais à jovem, utilizando técnicas de acordo com a sua faixa etária e desenvolvimento, como os ecomapas, jogos ou desenhos, entre outras.

A observação é primordial, não só no contexto de entrevista individuais ou conjunta, mas também na interação da jovem com a escola, grupo de pares, colegas e adultos da casa de acolhimento. Esta técnica é também essencial nas visitas dos familiares à casa de acolhimento, permitindo interpretar as interações entre a jovem e os elementos familiares.

O gestor de caso, através do contacto prioritário com as jovens, consegue ter um conhecimento mais aprofundado do que estas sentem, dos seus modos de pensar e de se comportar, delineando estratégias de acordo com as suas necessidades, problemas e personalidade. Porém, nem sempre os resultados são alcançados de forma linear, havendo algumas regressões, como se pôde constatar. No entanto, este profissional utiliza todos os seus recursos disponíveis, tendo sempre em atenção o bem-estar das jovens.

Estes valorizam as competências e habilidades das meninas, dando-lhes a conhecer o seu valor. Estes profissionais também promovem a autonomia e independência das jovens, para que estas acreditem que são capazes de alcançar os seus sonhos, através da efetivação dos seus projetos de futuro.

III. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS DINÂMICAS DESENVOLVIDAS

Atendendo à sugestão dos gestores de caso, tal como já foi mencionado, coube a nós voluntárias planificar um conjunto de dinâmicas, organizadas em função da sua realização, havendo pontos de passagem umas para as outras, permitindo também observar alguns comportamentos de acordo com as distintas sessões. Deste modo, as dinâmicas foram definidas da seguinte forma:

Atividades Desenvolvidas	
1ª Dinâmica	1. <i>Brainstorming</i> (quebra-gelo); 2. A pessoa mais importante...
2ª Dinâmica	3. Desafia-te!; 4. Como é que me vêm...e eu, como é que me vejo?;
3ª Dinâmica	5. Envelope das qualidades; 6. O meu retrato;
4ª Dinâmica	7. O romance da minha vida;
5ª Dinâmica	8. Mudo de vida; 9. Apresentação de um vídeo ¹ ; 10. Reflexão final.

Tabela 4-Apresentação das Sessões Efetuadas

Fonte: Elaboração Própria.

Na primeira dinâmica, para além da apresentação do projeto às participantes, questionando-as acerca dos seus conhecimentos do que era a autoestima e esclarecendo as suas dúvidas, houve a partilha de cada elemento do grupo de experiências que queriam transmitir às suas colegas. Embora já se conhecendo umas às outras criando um ambiente favorável à partilha de aspetos desconhecidos.

Já as restantes dinâmicas iniciaram-se sempre com uma pequena reflexão da sessão anterior, para que as meninas pudessem fazer a ligação entre as distintas atividades e as que iriam desenvolver, recordando o que aprenderam anteriormente.

Na última dinâmica recorreu-se à reflexão final de forma a verificar o que estas aprenderam com a realização do projeto, voltando a transmitir-lhes o valor que estas possuem.

Antes de passar à apresentação e reflexão de cada uma das dinâmicas, de forma mais minuciosa, é necessário referenciar que as meninas tiveram a liberdade de quererem participar ou não no projeto, apesar do aconselhamento dos respetivos gestores de caso. Todas as sessões foram realizadas em círculo para estas puderam ver-se umas às outras, criando também um ambiente mais acolhedor.

II.1- 1ª Dinâmica

Atividade: Brainstorming (Quebra gelo)	Data: 2 de Julho de 2018
Objetivo: Conhecimento que o grupo tem sobre a temática.	
Descrição da Atividade/Metodologia: As responsáveis começarão por conhecer o grupo através de uma breve apresentação, sendo pedido às meninas o maior elogio e crítica que já lhes fizeram. Seguidamente, as responsáveis questionarão as jovens acerca do conhecimento que possuem sobre o tema, pedindo que estas digam algumas frases ou palavras soltas, de forma a percebermos o seus conhecimentos e a partir destes desenvolver o conceito abordado.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura e Ariana. Recursos: Quadro, caneta.

Atividade: A pessoa mais importante...	Data: 2 de Julho de 2018
Objetivo: Dar a conhecer o valor e a importância da própria pessoa.	
Descrição da Atividade/Metodologia: Inicialmente, as responsáveis deverão falar sobre a importância de todas as jovens nos diversos ambientes de convívio (escola, família, amigos). De seguida, as responsáveis deverão avisar as jovens de que irão ver a imagem da pessoa mais importante de todas, pedindo que ao verem a imagem revelada, mantenham o sigilo sobre a mesma, até que todas tenham aberto a caixa e visto a imagem que tem dentro.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura e Ariana. Recursos: Caixa de papel e espelho.

Fonte: Manes, 2014.

Nas dinâmicas expostas é fundamental referir alguns aspetos que foram partilhados no decorrer da sessão, tal como, quando foi pedido às meninas que escrevessem um elogio e uma crítica que mais teve impacto na sua vida, estas referiam:

✚ Anabela- «Dizem que sou carinhosa mas só para quem eu quero.»;

«Sou mal-humorada.»;

✚ Laura- «Dizem que tenho os olhos bonitos.»;

«Sou mal-humorada.»;

✚ Beatriz- «Às vezes a minha família, a minha mãe, dizem que sou bonita. Deve ser por causa da roupa que às vezes visto e de estar arrumada». Contudo, foi dito à Beatriz que ser bonita não tem a ver com a roupa, mas sim com o interior. Perante o que lhe foi explicado esta citou o seguinte: «Mas eu não me considero bonita». Aqui é imprescindível referenciar que a Beatriz quando falava da mãe mostrava uma grande tristeza, ficando com os olhos em lágrimas. «As pessoas dizem que sou uma tona sempre que digo alguma coisa.» Quando esta foi questionada sobre o porquê, esta respondeu «só digo coisas que não interessam a ninguém.»;

Perante o que foi citado pelas jovens há que dar ênfase ao foi mencionado em particular pela Beatriz, sendo possível verificar uma reduzida autoconfiança nas suas aptidões e capacidades a nível físico e psicológico, podendo ser devido à ausência de contato e afeto familiar, demonstrando-se bastante frágil e melancólica quando fala da família.

Entretanto, ao longo da sessão após ter uma ideia do que era a autoestima, bem como da sua importância, as jovens foram questionadas acerca do que consideram, se tinham uma reduzida ou elevada autoestima:

✚ Anabela- Não comentou;

✚ Laura- «Baixa claro.»;

✚ Beatriz- «Eu tenho baixa.».

Efetivamente, as reações e respostas referenciadas não deixam margem para dúvidas no que concerne à segurança e autoafirmação das meninas, tal como foi possível observar ao longo da permanência na casa de acolhimento, estando em conformidade com as informações reveladas pelos gestores de casos, visto que estes têm uma maior ligação com as jovens. Deste modo, na primeira dinâmica já deu para perceber a importância de trabalhar este tema com as jovens, para que futuramente estas atribuam a si mesmas um maior valor, desenvolvendo sentimentos positivos, favoráveis ao crescimento para as suas relações no quotidiano.

II.2- 2ª Dinâmica

Atividade: Desafia-te!	Data: 3 de Julho de 2018
Objetivo: Perceber a reação das jovens quando confrontadas com desafios.	
Descrição Atividade/ Metodologia: As jovens deverão formar um círculo e ser-lhes-á entregue uma caixa que deverão passar de mão em mão enquanto a música estiver a tocar. As responsáveis devem avisar todas as jovens que a caixa contém um desafio surpresa, e que este deve ser cumprido por quem ficar com a caixa quando a música parar. Uma das responsáveis deverá fica junto do aparelho de som, para poder colocar a música em pausa. Quando a música parar, as responsáveis devem desafiar a jovem que está com a caixa na mão, perguntando se quer passar a caixa para a próxima colega ou abri-la e cumprir o desafio. A atividade deverá recorrer até alguma das jovens aceitar abrir a caixa e encontrar lá dentro um delicioso chocolate.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz e Laura. Recursos: Caixa de presente; caixa de bombons; Aparelho de som.

Atividade: Como é que me vêem...e eu, como é que me vejo? (Anna Maria Becattini)	Data: 3 de Julho de 2018
Objetivo: Adquirir consciência dos pontos mais e menos positivos da sua personalidade, bem como a dos outros.	
Descrição da Atividade/Metodologia: A metodologia utilizada para a realização desta atividade foi o manual de autora Sabrina Manes, de 2014. Participantes sentar-se-ão em círculo, sendo dada a cada menina uma folha de papel e um lápis. A cada uma das jovens irá ser-lhe atribuído um número. Na folha entregue a estas, estão colocados o seu número, bem como o das suas colegas. Na mesma folha, as meninas irão escrever à frente de cada número, incluindo do seu, algo que as caracterize, como por exemplo um adjetivo. Esta atividade irá permitir obter um conjunto de características da personalidade de cada uma das jovens, isto é, o modo como se identificam e a forma como as suas colegas a vêem.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz e Laura. Recursos: Lápis e folhas de papel.

Na segunda dinâmica, tal como o determinado, foi atribuído um número a cada uma das meninas, pedindo para que estas escrevessem algo que as caracterizasse, bem como às suas colegas, realçando que teriam de ser características positivas, de forma a evitar constrangimento e sentimentos menos positivos. As jovens ficaram bastante satisfeitas em receber elogios das suas colegas, elogios estes dos quais não estavam à espera, pois geralmente nas suas interações atribuem-se apenas defeitos:

✚ Anabela- considerou-se «Adorável.»;

Recebeu os seguintes elogios: «Boa em completar puzzles; inteligente, sabe o que faz.»;

✚ Laura - colocou com características «Escrever, desenhar e fazer mensagens.»;

Recebeu os seguintes elogios: «Boa em fazer mensagens; bonita, pois tem um estilo diferente.»;

✚ Beatriz - considerou-se «Engraçada.»;

Recebeu como elogios: «Boa nos videojogos; cómica, gosta de basquetebol.»;

✚ Responsável (Outra estagiária) - Recebeu como elogio: «olhos bonitos; elegante, tem um bom vestuário; simpática.»;

✚ Responsável (Eu) - Recebi como elogio: «Amor de pessoa, sorriso bonito; ajudante, gosta de ajudar as pessoas; empenhada.»;

As jovens estavam tão entusiasmadas que sugeriram fazer elogios também a nós, responsáveis, criando um ambiente acolhedor, deixando-se estar à vontade e demonstrando carinho por todos os que estão presentes.

Com a realização desta dinâmica deu para observar uma maior união e contentamento entre as jovens, pois não estavam a contar com as respostas umas das outras. Desta forma, após esta sessão parecia que as jovens estavam mais estimuladas em participar nas sessões planeadas, gerando-se um bem-estar e uma maior segurança em partilhar o que sentem e o que já vivenciaram.

II.3- 3ª Dinâmica

Atividade: Envelope das qualidades	Data: 4 de Julho de 2018
Objetivo: Identificar e valorizar os seus sentimentos e qualidades, atribuindo também às suas colegas.	
Descrição da Atividade/Metodologia: Conforme o número de jovens, o mesmo número de envelopes (numerados de 1 a X). Cada envelope deverá conter um sentimento com uma breve descrição, assim como um outro sentimento para atribuir a uma das colegas a quem será entregue juntamente com a caixa de presente. Pedir-se-á ao grupo um voluntário para começar, ao qual se atribuirá o envelope n.1 (com a descrição de um sentimento – espontaneidade/ voluntariedade- dado ser a pessoa que se ofereceu para começar). Esta deve ler o envelope e atribuir o presente (juntamente como envelope n.2) a outra colega em quem identifica essa qualidade. O processo deverá repetir-se sucessivamente até ao último envelopes que deve conter a generosidade e pedir para abrir a caixa e partilhar o seu conteúdo com todos os participantes.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura e Vera. Recursos: Envelopes com cartões, (cada um com um sentimento diferente e respetiva descrição); Caixa com presente (chocolate, ou algo que dê para partilhar com todo o grupo no final da dinâmica).

Atividade: O meu retrato (Anna Maria Becattini)	Data: 4 de Julho de 2018
Objetivo: Diminuir a dificuldade de se autoanalisar, de se expressar em relação aos outros e a si mesma, de aceitar as críticas mencionadas pelas outras pessoas, refletindo acerca destas.	
Descrição da Atividade/Metodologia: A metodologia utilizada na presente dinâmica foi o manual de Sabrina Manes, de 2014. As responsáveis entregarão uma folha de cartolina e uma caneta de cor a cada uma das jovens. Nessa folha as meninas devem fazer o seu próprio retrato, mencionando em primeiro lugar o seu respetivo nome, podendo depois escrever as informações que querem que as suas colegas conheçam, como por exemplo, as capacidades, interesses,	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura, Cátia e Paula. Recursos: Papel, folhas de cartolina e canetas de cor.

o que mais gostam de fazer nos tempos livres, o que não gostam, entre outras. Após terminado o retrato, este irá ser afixada no quadro durante alguns minutos para que todas possam ler os trabalhos umas das outras. No final da leitura de todos os retratos, as meninas serão convidadas a comentar o retrato de cada colega.	
--	--

Fonte: Manes, 2014.

Na terceira sessão, nomeadamente na atividade dos envelopes, cujo objetivo passava por atribuir às colegas sentimentos e qualidades que estas possuísem, valorizando-se, as jovens tiveram de entregar um envelope com uma das qualidades à correspondente colega, reconhecendo e atribuindo importância aos seus atributos. Nesta sessão, uma das jovens residente na instituição também quis participar, no entanto surgiram algumas perturbações devido à sua presença, pois esta estava a desvalorizar os atributos da Beatriz, referindo «com o que está aqui nos envelopes, a Beatriz não vai receber nenhum envelope», deixando a jovem emocionalmente triste e desintegrada no grupo. Assim, coube a nós responsáveis salientar que pelo menos um envelope cada menina teria de ter, referindo também que a Beatriz tal como as outras meninas possui muitas qualidades e que outros envelopes atribuídos poderiam também ter sido entregues à jovem.

- ✚ Anabela- recebeu como qualidades a determinação e a responsabilidade;
- ✚ Laura- recebeu como qualidades a espontaneidade, uma vez que se voluntariou para ser a primeira a começar apesar de que a Beatriz também queria dar início à dinâmica, porém a Laura teve prioridade pois nas sessões anteriores tem sido a Beatriz a primeira a começar as atividades. À Laura também foi lhe concedida a qualidade de ser extrovertida, característica esta que também poderia ser aplicada à Beatriz;
- ✚ Beatriz- recebeu como qualidade a generosidade. Apesar da Beatriz ter sido a última a receber um envelope ficou bastante satisfeita por as suas colegas reconhecerem a sua generosidade.

O ponto a realçar na realização desta atividade diz respeito ao facto das meninas atribuírem qualidades com consciência, sendo que alguns destes atributos poderiam ter sido concebidos a mais do que uma jovem. Outro ponto a citar é que a presença da outra menina veio destabilizar a harmonia e intimidade que estava a ser estabelecida no grupo,

afetando um pouco o trabalho realizado nas sessões anteriores, apesar da intervenção das responsáveis.

Na atividade seguinte, as meninas ficaram incumbidas de escrever numa cartolina um pequeno texto ou frases/ palavras soltas sobre o que gostariam que as suas colegas soubessem sobre elas, cujo objetivo passava por reduzir a dificuldade que sentem em autoavaliar-se, de se expressar em relação aos outros e a si própria.

- ✚ Anabela- «Não gosto que me chamem chata»;
 - «Gosto de estar sozinha mas não gosto de me sentir sozinha»;
 - «Não gosto de limpar as escadas»;
 - «Gosto de comer doces e fast-food»;
 - «Não gosto que me berrem»;
 - «Não gosto de estudar»;
 - «Gosto de ser escuteira e de acampar com a minha comunidade»;
 - «Gosto de fazer desporto»;
 - «Gosto de dormir»;
 - «Não gosto de FQ (Físico-Química)»;
 - «Não gosto que me tirem o telemóvel»;
- ✚ Laura- «Gosto de desenhar, escrever, ouvir música, chocolate, sushi, filmes principalmente de terror e de golfinhos»;
 - «Conhecer um dos meus ídolos»;
 - «Gostava de ir ao *Tomorrowland*»;
 - «Sou divertida e sorridente»;
 - «Não gosto de ratos, cobras e da Taylor Swift»;
 - «Sou rabugenta, chata e preguiçosa»;
- ✚ Beatriz- «Sou meiga às vezes, amiga, inteligente às vezes, cómica, boa ajudante, jogadora, chata e mulher torta»;
 - «Danço mal»;
 - «Jogo bem»;
 - «Gosto da Puma, Masarati, Jaguar, mota KTM, picanha, massa chinesa»;
 - «Adoro roupa de homem»;
 - «Adoro t-shirt largas»;
 - «Adoro os meus sobrinhos, Martim e Leonor»;

«Gosto da Michelle Rodriguez e da Zara Larsson»;
«MÃE- *I LOVE MY FAMILY*».

Nesta atividade efetuada, a Anabela ao referir que gosta de estar sozinha, mas não gosta de se sentir sozinha, pode dever-se ao facto de que esta necessita de saber sempre que tem alguém a apoiá-la, independentemente das situações serem mais ou menos favoráveis. Esta é uma jovem que fazia tudo para ter a atenção das pessoas mais significativas, mesmo que soubesse que as suas ações poderiam ter consequências, não dando importância às punições, mas sim, ao facto de ser alvo de atenção. A jovem dentro da casa de acolhimento tinha uma maior relação com a sua gestora de caso, adotando uma postura oposta ao seu habitual comportamento só para ter maior atenção por parte da profissional, parecendo gostar das «chamadas de atenção» e dos castigos aplicados. Todavia, Anabela também tinha estas atitudes com a sua família. Esta dava a entender que queria que houvesse sempre alguém preocupada com ela.

Já Laura tinha uma personalidade especial, isto é, não gostava de ser contrariada mas cumpria tudo consoante as regras da casa de acolhimento, tendo um comportamento muitas vezes exemplar. Esta foi uma das meninas com quem tivemos maior dificuldade em criar vínculos no início, uma vez que é muito desconfiada, contudo com o tempo conseguimos estabelecer com ela uma relação bastante próxima. Esta jovem gostava muito de ser acarinhada, embora não admitisse. Laura adotava uma postura muitas vezes «fria», pois dava a entender que as atenções eram sempre para a sua irmã mais nova, não sendo «mimada» frequentemente.

Quanto à Beatriz, tal como já foi aludido, esta demonstra ter uma preocupação e carinho muito especial pelos membros da sua família, manifestando saudades de estar com estes, embora não fale muito dos seus sentimentos, pois revela receio em ser humilhada.

Este tipo de atividades permite, para além de se conhecer um pouco melhor as jovens, perceber o que sentem e não verbalizam muitas das vezes, bem como compreender as suas reações no dia a dia.

II.4- 4ª Dinâmica

Atividade: O Romance da minha vida	Data: 5 de Julho de 2018
Objetivo: Adquirir consciência individual acerca do seu papel na sociedade e analisa as expectativas que têm em relação ao seu futuro.	
Descrição da Atividade/Metodologia: A metodologia utilizada para a concretização da respetiva dinâmica foi o manual de Sabrina Manes, de 2014. Inicialmente serão distribuídas as folhas de papel e os lápis. Seguidamente, as meninas serão convidadas a fecharem os olhos e a imaginarem que têm à sua frente o livro da sua história de vida, o que teria no primeiro capítulo e no final da bibliografia. Após alguns minutos, as jovens escreverão nas folhas entregues como desejavam que iniciasse a sua história e como gostariam que terminasse, sendo que pode iniciar com qualquer acontecimento e em qualquer faixa etária, não obrigatoriamente quando tinha um ano de vida. Quando todas tiverem finalizado a primeira página e a última do seu livro, irão ser lidos os textos elaborados, comentando em grupo.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura, Cátia e Paula. Recursos: Folhas de papel e lápis.

Fonte: Manes, 2014.

Nesta dinâmica houve a participação de mais duas colegas da casa de acolhimento, com o consentimento do grupo. No entanto, o texto elaborado pelas duas jovens encontra-se no apêndice 2. Esta sessão foi marcada essencialmente pela emoção tanto do grupo como de nós responsáveis, pois foram textos elaborados com sinceridade, tocando em momentos de vida marcantes e comoventes, com frases inspiradoras e emotivas.

✚ Anabela- Primeiro Capítulo: «Quando entrei no colégio, era uma pessoa muito dependente da minha família e das pessoas mais próximas! Hoje, acho que ainda não deixei de depender totalmente dos mais próximos mas estou a trabalhar para isso. Neste momento, não mantenho contacto nenhum com a minha família, com exceção da minha irmã.» ;

Último Capítulo: «Eu já tenho a minha independência, e já não dependo de ninguém! Tenho uma relação razoável com a minha mãe.»;

✚ Beatriz- Primeiro Capítulo: «A minha vida não foi grande coisa porque quando era criança entrei para um colégio e passado dois anos saí, mas passado oito anos entrei outra vez.»;

Último Capítulo: «Eu vou sair do colégio, vou ter um jaguar, vou-me casar, vou ter o meu próprio emprego, e vou ter um puma bebé.».

Antes de mais é necessário frisar que a Laura esteve presente na atividade, mas não quis colaborar tal como era pretendido. Pois, segundo as colegas, a jovem não conseguiu dormir, acordando mais cedo que o previsto, pois as colegas que dormiam no mesmo grupo que a Laura estavam a fazer ruído desde manhã cedo.

Um aspeto a destacar diz respeito à jovem Beatriz, que antes de partilhar com grupo como seria o seu livro referiu «Eu sei que vai ser mentira.», isto em relação ao que escreveu no último capítulo, demonstrando sentimento de tristeza, desistência e conformismo.

Perante os dois textos expostos pode-se constatar que ambas as jovens desejam, sobretudo, ter a sua independência, incluindo sempre a sua família de origem. Beatriz revela uma melancolia e sofrimento em relação ao seu passado, sendo este assinalado por quebras de vínculos, com mudanças sucessivas, sem vivências «felizes». Esta também evidencia inseguranças em relação ao seu futuro apesar de ter sonhos que gostava de alcançar, não tendo confiança em si própria para ir em busca do que deseja, pois considera que é impossível conseguir o quer, que só os outros é que conseguem, tendo sentimentos de inferioridade.

Tal como já tinha referenciado anteriormente esta sessão foi bastante emotiva, uma vez que foi possível observar nas meninas uma grande tristeza, sofrimento, descontentamento e angústia quando falavam da sua história de vida, essencialmente, quando abordam a sua família.

II.5- 5ª Dinâmica

Atividade: Mudo de vida (Corrado Lombardo)	Data: 6 de Julho de 2018
Objetivo: Obter consciência das suas necessidades e limitações; Expressar as suas intenções de mudança.	
Descrição da Atividade/Metodologia: A metodologia utilizada na presente atividade foi o manual de Sabina Menes, de 2014. As jovens sentar-se-ão em círculo, deixando-se levar pela sua imaginação, é-lhes perguntado o seguinte: «Se vocês quisessem mudar de vida, torná-la mais estimulante e se, para tal, fosse suficiente exprimir um desejo, quais seriam as coisas que gostariam de fazer?» (p.85). As meninas escreverão em seguida objetivos que gostariam de colocar em prática, por mais absurdas e impensáveis. No final pretende-se que sejam verbalizadas as suas fantasias, abrindo-se uma discussão acerca dos seus desejos.	Grupo/Participantes: Anabela, Beatriz, Laura e Paula. Recursos: Folhas de papel e lápis.

Fonte: Manes, 2014.

A última sessão consistia em que jovens pensassem nos desafios que têm para conseguir alcançar as metas que tanto desejam, sendo que no final as jovens visualizaram um pequeno vídeo, de modo a incentivá-las a não desistirem dos seus sonhos e objetivos por mais obstáculos que possam surgir, confiando mais em si mesmas, pois possuem diversas qualidades. Por mais que as suas experiências não tinham sido as mais favoráveis ou positivas para o seu desenvolvimento, ainda podem mudar/transformar o seu futuro, consoante o que mais idealizam.

✚ Anabela- Desafios: «Fazer uma viagem pelo mundo e não ter sítio certo para estar; Conhecer muita gente diferente e aprender coisas diferentes!»;

Passos a cumprir: «Desapegar-me dos bens materiais; Conseguir desapegar-me dos mais próximos; Planear tudo!»;

A jovem ainda colocou no final da folha entregue «*I HAVE A DREAM!*»;

✚ Beatriz- «Eu gostava de ser futebolista»;

«Os passos que eu tenho de dar é estudar, tirar o curso, entrar para um clube»;

«Os passos que estou a fazer são estudar para o próximo ano escolar ir para uma equipa».

Laura apesar de estar presente na sessão, não quis participar. Segundo as colegas, a Laura estava chateada com um dos membros do grupo. No entanto, nós, as responsáveis, tentamos apelar à sua participação, independentemente do que aconteceu, tentando atenuar e resolver os conflitos entre ambos os elementos.

Esta dinâmica proporcionou um momento de reflexão, sendo que deu para perceber que as jovens estão conscientes dos desafios que devem alcançar para concretizarem o que sonham.

Síntese das Dinâmicas Realizadas

A partir destas dinâmicas realizadas, e tendo em atenção o percurso biográfico destas meninas, pode-se verificar os sentimentos de inferioridade presente nestas jovens, não só a nível físico como psicologicamente. Estes sentimentos de negativos evidenciam-se, sobretudo, na jovem Beatriz, na qual o afastamento da sua família de origem afetava-a bastante, de modo negativo. O facto de ter consciência que provavelmente não terá ninguém da família à sua espera quando sair da casa de acolhimento era gerador de um grande sofrimento. Esta é uma das meninas que mais demonstrava tristeza quando tinha de ficar aos fins de semana, nas férias e em épocas comemorativas na casa de acolhimento, pois não tinha nenhum familiar para a acolher e também não tinha nenhuma família amiga. Beatriz era uma menina muito insegura, em que qualquer manifestação desfavorável afetava as suas expetativas em relação a si própria. Esta jovem autodesvalorizava-se, considerando que tudo o que pensava, dizia e sentia era dispensável. Já fisicamente, as três jovens não se sentiam bem com o seu corpo, tendo bastante complexos com a sua beleza exterior, o que eleva os sentimentos de inferioridade e, por sua vez, contribui para a baixa autoestima.

Estas jovens aparentam não terem a noção do seu valor, em que necessitam de alguém acredite nas capacidades e que lhe transmitia o quanto são importantes, de modo a sentirem-se mais confiantes, elevando o seu autoconceito e a sua autoestima. Por vezes, estas apenas esperam por parte dos «outros» comentários negativos, todavia, quando recebem um elogio é evidente o prazer e a felicidade demonstrada por estas, tal como aconteceu na segunda dinâmica. Efetivamente, não têm conhecimento das suas

qualidades, provavelmente por não estarem habituadas a serem elogiadas quando fazem «alguma coisa bem», apenas criticadas quando fazem algo menos positivo.

De facto, é visível a carência afetiva e emocional destas três meninas, não só através da realização destas atividades mas também pelas observações efetuadas no decorrer do estudo. Anabela era uma menina que gostava da atenção por parte da gestora de caso, sendo a sua figura de vinculação prioritária dentro da casa de acolhimento, adotando muitas vezes comportamentos inadequados só para obter atenção. Já a Laura parecia querer passar-se por despercebida, pois não recebia frequentemente demonstrações de carinho. Estas carícias eram dadas mais à sua irmã mais nova. Deste modo, Laura aparentava criar uma «barreira», não se dando a conhecer. Porém essa «barreira» estava relacionada com o receio de ser rejeitada ou abandonada. Só com muita persistência, carinho e transmissão de confiança é que a jovem deixa criar uma relação mais próxima, dando a conhecer a pessoa amorosa que esta tem «escondida por dentro». Em oposição, Beatriz procurava criar laços afetivos, de forma a obter resposta. Esta menina demonstrava uma enorme carência afetiva essencialmente em relação à sua família. O facto de não ter proximidade com os membros familiares e, principalmente, de saber da inexistência de preocupação por parte destes em relação à jovem, fazia com que esta se sentisse cada vez mais sozinha no mundo. No entanto, apesar da distanciação com os familiares, esta tinha um grande amor por estes, existindo sentimentos de alegria e orgulho quando falava da sua família e em contrapartida sentimentos de angústia e dor por saber que não havia procura e interesse por esta. No contexto da casa de acolhimento, esta era uma das meninas que procurava atenção, conforto e carinho por parte de qualquer pessoa, às vezes sem as conhecer, como foi exemplo, no primeiro dia de contacto com as meninas.

Quanto ao sonho destas é perceptível o desejo de sair da casa de acolhimento, de alcançarem a sua liberdade e independência. Não obstante, apesar destas vontades expressas, Beatriz apresenta muito receio do futuro, não acreditando que vá alcançar os seus objetivos, havendo sentimentos de desesperança num futuro melhor e diferente das suas vivências passadas.

A realização destas sessões foram imprescindíveis para conhecer melhor o que estas jovens sentem, as suas preocupações, as suas angústias, os seus desejos e essencialmente, dando a transmitir a estas o seu valor, as suas qualidades e a esperança de um futuro risonho. Embora já nos tivéssemos apercebido de um pouco de tudo do que

acontece ao redor destas meninas, com a comunicação verbal e não verbal utilizada nestas dinâmicas, deu para comprovar o que já era visível, mas que parece que ninguém vê.

PARTE V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atendendo a tudo o que já foi mencionado, tanto na componente teórica como na prática, indo de encontro aos objetivos delineados e tendo por base a interação as meninas na casa de acolhimento, pode-se afirmar que esta instituição de acolhimento residencial preocupa-se em proporcionar a satisfação das necessidades básicas às meninas acolhidas, tendo sempre em conta a sua personalidade e a individualidade.

Apesar de grande parte das casas de acolhimento tentarem criar um ambiente mais parecido com o de uma família, a verdade é que nem sempre o conseguem, devido a vários fatores e estas C/J's têm consciência desta realidade. Numa casa de acolhimento os funcionários têm horários de entrada e saída, as refeições «aparecem» na mesa, em que muitos dos casos as crianças não têm acesso à cozinha (talvez por questões de segurança ou por outros motivos), o vestuário «aparece» sempre em devidas condições de higiene, não tendo estas crianças acesso às lavandarias, entre outros aspetos. Numa família a C/J normalmente veem os seus pais diariamente a irem para os seus postos de trabalho, veem os adultos a cozinhar e ajudam nas tarefas de casa, ou seja, têm a noção do valor do trabalho dentro e fora de casa, identificando-se com os adultos. Deste modo, é fundamental que todas as C/J's ajudem nas tarefas do dia-a-dia, transmitindo um sentimento de pertença e adquirindo aprendizagens para quando forem adultos. Só assim pode haver uma ressocialização destas, onde haja uma cooperação entre as pessoas da casa de acolhimento, contribuindo para a aprendizagem destas C/J's. Em um ambiente na qual a C/J pode-se sentir útil, ao participar nas tarefas e vida dos adultos, contribuirá para que os sentimentos de capacidade sejam reforçados. Não obstante, há que apelar para a criação de ambientes afáveis, onde haja afetos, atenção e empatia, pois é o que se espera de uma família harmoniosa, envolvendo um leque vivências, e por conseguinte, identificando-se com adultos significativos. Estas pessoas significativas são um suporte essencial para que a C/J acredite nas suas competências e capacidades, dando esperanças de um futuro auspicioso. Dentro de uma casa de acolhimento, os funcionários devem valorizar e acreditar nas aptidões das C/J's, caso contrário irá remeter para sentimentos de inferioridade, o que não deve de alguma forma acontecer.

Nesta casa de acolhimento, como se pode verificar, apresenta diversos pontos fortes, porém dois dos maiores pontos fracos dizem respeito ao facto da instituição ser de grandes dimensões, sendo assim distinta de uma habitação familiar, designadamente nos espaços da casa de acolhimento, como refeitório, dormitório e balneário, e também pelo

facto de acolher um elevado número de meninas, o que faz com que o ambiente familiar seja mais reduzido e manifestações afetivas sejam mais limitadas. No entanto, a utilização de uma comunicação de forma informal entre funcionários e as meninas, permite um ambiente mais próximo de uma relação familiar. Estes, por sua vez, tentam estabelecer vínculos afetivos de forma a que as crianças e jovens sintam-se confiantes e protegidas.

Quanto aos funcionários, pode-se constatar que esta casa de acolhimento integra uma equipa de profissionais que se dedicam ao máximo para que as crianças e jovens se sintam bem e em segurança. Estes trabalham de forma coesa e pouco hierarquizada, possibilitando a discussão de pontos de vista distintos. Nesta casa de acolhimento também são realizadas reuniões semanalmente de forma a refletir acerca do que ocorre no quotidiano dentro da casa de acolhimento, pensando em diferentes formas de resolução, trabalhando em equipa para o bem-estar físico e emocional das C/J's. Outro ponto a referenciar concerne à formação contínua dos funcionários que a casa de acolhimento tem em atenção, de forma a atualizar-se perante as diversas modificações na sociedade.

Nesta casa de acolhimento todos os profissionais têm conhecimento dos acontecimentos de cada uma das meninas, em que estes procuram estabelecer estratégias de atuação para cada menina sempre em conjunto, tendo em atenção um trabalho em equipa, tal como já foi salientado. Porém, há que dar ênfase ao facto de haver um gestor de caso para cada uma das meninas, o que faz com que haja um conhecimento mais aprofundado e a intervenção seja mais individualizada, sendo mais fácil responder às suas necessidades específicas, permitindo muitas vezes ser a sua figura de referência, bem como assumindo um papel securizante para a criança/jovem.

Efetivamente, foi exatamente neste ponto, da intervenção mais individualizada, que a nossa hipótese de estudo incidiu: «o gestor de caso é uma figura de vinculação afetiva segura que contribui para a requalificação identitária das crianças e jovens institucionalizados».

Por existir esta divisão das meninas por gestor de caso, estabelece-se uma relação de confiança com a C/J através de pequenos gestos, como a escuta ativa dos acontecimentos do quotidiano desta; o sentimento de preocupação no que concerne ao seu futuro e às suas angústias; a atenção prestada; o respeito; a compreensão e a empatia transmitida à menina. Um outro gesto muito importante para criar uma relação mais próxima com a C/J é sem dúvida o contacto físico. Na casa de acolhimento era perceptível a satisfação e a felicidade de receber um pequeno abraço ou beijinho por parte do gestor de caso ou de outro funcionário. Porém, muitas vezes apesar destas terem a intenção de

transmitir que não gostavam de receber «miminhos», podendo ser um «mecanismo de defesa» para não serem magoadas, talvez por experiências repetidas como é exemplo o abandono. A verdade é que todas as meninas reagiam positivamente às carícias manifestadas por qualquer profissional da casa.

Na casa de acolhimento tal como em qualquer outra casa de acolhimento residencial e até mesmo numa residência familiar, também havia dias menos positivos, na qual as meninas reagiram impulsivamente aos acontecimentos do dia-a-dia, atendendo também às suas experiências passadas e aos receios futuros. Todavia, o facto das pessoas mais próximas dentro da casa de acolhimento conhecerem a personalidade e a sua história de vida, tal como o gestor de caso, fazia com que soubessem como tranquilizar a C/J através de palavras e gestos, diminuindo as suas preocupações e tentando alcançar uma resolução de forma mais consciente dos problemas, em conjunto com esta.

A ausência de afetos por parte dos familiares, o desejo de ter uma família e o receio do futuro, foram os pontos mais visíveis e marcantes ao longo do estudo realizado no terreno. Por vezes, associado a estes sinais comunicados de modo verbal e não verbal, está um autoconceito e uma autoestima bastante reduzidos, originando sentimentos de insegurança, autodesvalorização e inferioridade. Isto leva ao surgimento de dificuldades no seu desenvolvimento, sendo mais difícil ultrapassar experiências passadas e pensar num futuro distinto, isto é, mais positivo, de acordo com os «sonhos» ou objetivos delineados. Uma criança quando não consegue imaginar de forma esperançosa e otimista o seu futuro, cessa o seu desenvolvimento, uma vez que não adquire iniciativa razoável para alcançar a sua autonomia e, conseqüentemente, a sua liberdade.

Muitas destas C/J's sentem-se inferiores, pois consideram uma espécie de *fado* (destino) por terem nascido «naquela família», com determinadas condições/problemáticas. Uma das maiores realizações destas meninas era sobretudo sair da casa de acolhimento, todavia, estas tinham a consciência que não teriam ninguém «lá fora» para as acolher, para cuidarem destas, alguém que pudessem confiar e que as fizesse sentir protegidas. O seu sentimento de incapacidade era de tal modo elevado que estas desistiam facilmente de qualquer obstáculo com que se deparassem, não se considerando muitas vezes iguais às outras C/J's, ou seja, viam-se como não sendo merecedoras. Daí os comportamentos inadequados e agressivos de modo a poderem afirma-se perante os outros, isto é, têm a necessidade de se «impor» aos olhos dos outros, não querendo demonstrar as suas mágoas, sofrimento, desesperança, descontentamento e inquietações. A dor que estas C/J's sentem é constantemente escondida e, por vezes, em muitas

situações transformada em ódio e raiva, dor de não se sentir incluída, dor de ser abandonada e dor da confusão identitária que vive.

Deste modo, face ao que já foi referido e respondendo à hipótese de estudo, o trabalho elaborado pelos funcionários da casa de acolhimento, essencialmente, pelo gestor de caso é fulcral para que haja uma ressocialização. Isto é, através da interação com estas meninas, é possível reconstruir a socialização primária que estas não tiveram oportunidade (estrutura de plausibilidade), atribuindo um novo significado à história destas C/J's para que sentimentos como os referenciados anteriormente sejam suprimidos, transmitindo-lhes uma visão futura mais positiva, satisfatória, alegre e confiante a estas. A ressocialização é primordial no contexto das casas de acolhimento para fazer com estas C/J's tenham oportunidade de se integrar socialmente, através da prestação a estas de cuidados e principalmente de afetos. A esta figura significativa, designadamente, o gestor de caso, cabe a função de trabalhar terapêuticamente com a C/J fazendo um questionamento, uma reflexão acerca do que aconteceu na vida desta, podendo tal levar a um choque biográfico, isto é, a olhar para o passado e pensar que poderia ter sido outra vida, colocando em causa adultos que antes eram significativos, como um pai, uma mãe ou outro elemento familiar. Este processo complexo implica uma alteração comportamental, fazendo «frente» aos seus medos, o que não é fácil, mas através da comunicação (aparelho de conversação) que a C/J estabelece com a sua figura referência é possível reaprender papéis, princípios e valores, retomando a socialização primária e projetando-se futuramente. Por este motivo, há que salientar a importância de uma identificação afetiva dentro da casa de acolhimento, de uma relação de vinculação, para que a C/J consiga superar os seus obstáculos e barreiras, contribuindo para o seu desenvolvimento comportamental e emocional e, por conseguinte, reduzindo os efeitos da institucionalização. Caso este processo não aconteça, as casas de acolhimento retratam acima de tudo «depósitos» de C/J's, em que as problemáticas sociais são «arrumadas» por determinado tempo e, posteriormente, ressurgirão um dia mais tarde, de forma agravada, num processo cíclico.

Todavia, há que também destacar o trabalho desenvolvido pelas monitoras de cada um dos grupos, assumindo também um papel imprescindível na requalificação identitária das C/J's acolhidas, constituindo-se também como figuras de vinculação. As monitoras de grupo para além de proporcionarem cuidados corporais, são das pessoas que passam mais tempo com as meninas, estabelecendo um maior contacto. Estas auxiliares educativas acabam por estar mais presentes no dia a dia destas meninas, devido ao tempo

que passam com estas, conhecendo bem a sua personalidade. Contudo, no que se refere ao abordarem assuntos familiares, episódios de tristeza ou euforia, projeções futuras, entre outros, as C/J's tendem a procurar mais o seu gestor de caso ao invés da auxiliar educativa.

A menina ao desenvolver vínculos afetivos com a figura referência, irá estabelecer uma relação de confiança, servindo de auxílio/abrigo para momentos de raiva e revolta. Esta figura de identificatória exerce vários papéis, como proteger, orientar e acarinhar. No entanto, existem situações em que as C/J's mudam frequentemente de «instituição para instituição», não tendo o tempo suficiente para criar laços afetivos com os funcionários e com colegas, dificultando a identificação com uma figura significativa. É necessário relembrar que maior parte destas crianças/jovens provêm de famílias negligentes, sendo deixadas entregues a si mesmas, cujas regras no seu quotidiano são por vezes inexistentes, se hoje têm um adulto disponível para brincar e podendo fazer o que quiserem, amanhã não têm ninguém, hoje têm um adulto sem disponibilidade e violento, amanhã voltam a não ter ninguém. O que pensavam que era certo afinal era errado, logo há que tratá-las como seres humanos que são e não como se fossem objetos que podem ser movidos.

Para além do trabalho efetuado dentro da casa de acolhimento é necessário aludir para o trabalho com as famílias de origem, sempre que possível, permitindo-lhes participar ao longo desta etapa da C/J's, dependendo da situação em análise. Este trabalho muitas vezes é «deixado de parte», o que não deveria acontecer, pois, embora houvesse vivências com elementos familiares negativas, muitas destas C/J's continuam a idealizar regressar à sua família de origem, selecionando mais os acontecimentos positivos face aos menos favoráveis, isto sempre dependendo de cada caso.

Assim, com a realização desta dissertação, podemos verificar que o recurso ao acolhimento residencial é uma das medidas mais difíceis a serem tomadas, no entanto o objetivo deste não passa por separar as crianças das suas famílias de origem, como muitas pessoas da sociedade julga, mas sim, retirar estas C/J's de ambientes prejudiciais ao seu desenvolvimento, proporcionando condições físicas, psicológicas e emocionais adequadas as suas faixas etárias, contribuindo simultaneamente para o seu bem-estar e qualidade de vida, sempre que possível. No decorrer da pesquisa de campo apercebemo-nos que mais importante do que as condições físicas que uma casa de acolhimento tem para oferecer, são as relações afetivas e emocionais as mais cruciais para o desenvolvimento destas C/J's. Efetivamente, são os «miminhos» que estas C/J's

necessitam para superar qualquer obstáculo ou vivência passada, daí a importância de um adulto significativo para a requalificação identitária. De facto, são estas figuras de vinculação, que têm sempre um carinho, uma palavra amiga, um apreço a oferecer de que estas C/J's mais tarde se recordarão. Todavia, face ao tempo de institucionalização, na qual estas C/J's passam maior parte das suas vidas em casas de acolhimento, e perante o desejo expresso por estas em pertencerem a uma família, com rotinas e manifestações afetivas, «igual à de outras crianças/jovens», consideramos que deveriam ser ponderadas outras alternativas ao acolhimento residencial, embora as casas de acolhimento tentem, sempre que podem, promover um ambiente mais próximo do familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrantes, P. (2011). Para uma teoria da socialização. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXI, pág. 121-139.
- Alberti, T. et al. (2014). *Dinâmica de grupo orientadas pelas actividades de estudo: desenvolvimento de habilidades e competências na educação profissional*. Estudo pedagógico. Brasília.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada- Percurso adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Instituto Superior de Ciências e Políticas. Lisboa.
- APAV. (2003). *Apoios Sociais e de Saúde*. Disponível em: <https://www.apav.pt/apoios/index.php/accordion-a/criancas-e-jovens/apartamento-de-autonomizaca>.
- Atger, F. (2002). Vinculação e Adolescência. In A. Guedeney & N. Guedney, *Vinculação. Conceitos e aplicações*. Paris.
- Bolger, K. E., Patterson, C. J. & Kupersmidt, J. B. (1998). Peer relationships and self-esteem among children who have been maltreated. *Child Development*, vol. 69, 4, pp. 1171-1197.
- Bowlby, J. (1981). *Cuidados maternos e saúde mental*. São Paulo: Martins Fontes Editora.
- Bracken, B. A. (1996). Clinical applications of a contextdependent, multidimensional model of self-concept. In Bruce A. Bracken (Ed.), *Handbook of self-concept. Developmental, social and clinical considerations* (pp. 463-503). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original publicado em 1979).
- Burgess, R. G. (1997). *A Pesquisa de Terreno*. Oeiras: Celta Editora.
- Cavalcante, I., Magalhães, C., & Pontes, F. (2007). Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia*, 25, 20-34.
- Campbell, J., Trapnell, P., Heine, S., Katz, I., Lavalley, L. & Lehman, D. (1996). Self-concept clarity: measurement, personality correlates and cultural boundaries. *Journal of Personality and Social Psychology*, 70(1), 141-156. DOI: 0022-3514/96.
- Canais, J. (2012). *Diferenças no funcionamento Emocional, Comportamental e Social (Roberts Apperception Test For Children) e na Autoestima (Rosenberg Self Esteem Scale) entre Jovens Institucionalizados e Não Institucionalizados*. Escola Superior de Altos Estudos. Instituto Miguel Torga. Coimbra.
- «Casa de Acolhimento». 2016. Missão, Valores e Visão.
- Decreto-lei nº 26/2018, de 5 de Julho. Diário da República nº 204- I Série. Ministério Público. Lisboa.

Decreto-lei nº 142/2015 de 8 de Setembro. Diário da República nº. 175 -I Série. Ministério Público. Lisboa.

Decreto-lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República nº 204- I Série. Ministério Público. Lisboa.

Dell' Aglio, D. D., & Hartz, C. S. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 3, 341-350.

Dozier, M., Stovall, K. C., Albus, K. E., & Bates, B. (2001). Attachment for infants in foster care: The role of the caregiver state of mind. *Child Development*, 5, 1467-1477.

Dubar, C. (1997). A Socialização. *Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. Porto Editora.

Epstein, S. (1973). The Self-concept revisited: or a theory of a theory. *American Psychologist*, pp. 404-416.

Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e adolescentes. *Análise Psicológica*, 23, 361-371.

Farias, A. (2015). *Padrões de Vinculação, Autoestima e Estados Emocionais Em Crianças Institucionalizadas e Não Institucionalizadas*. Escola de Psicologia e Ciências da Vida. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades de Tecnologias.

Fontaine, A. M. (1991). Desenvolvimento do conceito de si próprio e realização escolar na adolescência. *Psychologica*, 5, 13-31.

Freixo, M. J. V. (2011). *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Giddens, A. (2008). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Guedeney, A & Guedney, N. (2002). *Vinculação. Conceitos e aplicações*. Paris.

Greenwood, E. (1965). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise Social*, vol. 3 (11), p. 313-345.

Grossmann, K. E., & Grossmann, K. (2004). Universality of human social attachment as an adaptive process. In C. S. Carter, L. Ahnert, K. E. Grossmann, S. B. Hrdy, M. E. Lamb, S. W. Porges, & N. Sachser (Eds.), *Attachment and bonding: A new synthesis. Dahlem Workshop Report* 92 (pp. 199-229). Cambridge, MA: The MIT Press.

Grusec, J.E. & Lytton, H. (1988). *Social development: history, theory and research*. New York: Springer-Verlang.

Harter, S. (1999). *The construction of the Self: A developmental perspective*. New York: The Guildford Press.

Instituto da Segurança Social. (2017). *Guia Prático-Medidas de Promoção e Proteção e Apoios sociais Crianças e Jovens em Situação de Perigo*. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/14961/apoios_sociais_crianças_jovens_situacao_perigo/9cf79f50-51d4-477b-82d8-c340a568fa00

ISS, I.P. *Manual de Boas Práticas-Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens* 2005. Versão policopiada. Lisboa: ISS, I.P., 2006.

ISS, I.P. *Plano de Intervenção Imediata-Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento* 2005. Versão policopiada. Lisboa: ISS, I.P., 2006.

ISS, I.P. *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* 2016. Versão policopiada. Lisboa: ISS, I.P., 2017.

ISS, I.P. *Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens* 2017. Versão policopiada. Lisboa: ISS, I.P., 2018.

Lessard-Hébert, M. *et al.* (1990). *Investigação Qualitativa*. Lisboa: Instituto Piaget.

Louro, R. (2013). *Vinculação e Autoconceito em crianças em idade escolar: Meio familiar vs. Institucionalização*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa: Escola de Psicologia e Ciências da Vida.

Manes, S. (2014). *Jogos Psicológicos para a Dinâmica de Grupos. Um manual para psicólogos, professores, animadores sócio-culturais...* Lisboa.

Marsh, H. W., & Hattie, J. (1996). Theoretical perspectives on the structure of self-concept. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of self-concept. Developmental, social and clinical considerations* (pp. 38-90). New York: John Wiley & Sons, Inc.

Mendes, T. & Santos, P. (2014). *Acolhimento de Crianças e Jovens em Perigo. Adolescentes Em Contexto Institucional*. Lisboa.

Menezes, N. (2015/2016). *Serviço Social Intergeracional*. Lamego: ESTGL.

Metzger, J. (2008). Resiliency in children and youth in kinship care and family foster care. *Child Welfare*, vol. 87, 6, pp. 115-140.

Milani, R. G. & Loureiro S. R. (2009). Crianças em risco psicossocial associado à violência doméstica: o desempenho escolar e o autoconceito como condições de proteção. *Estudos de Psicologia*, vol. 14, pp.191-198.

Miljovitch, R. (2002). Vinculação e Psicopatologia Durante a Infância. In A. Guedeney & N. Guedeney, *Vinculação. Conceitos e aplicações*. Paris.

Mota, C. (2017). *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens: Os Cuidadores e a Dinâmica Relacional*.

Mota, C. P., & Matos, P. M. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20 (3), 367-377.

Nelson, C. A., Zeanah, C. H., Fox, N. A., Marshall, P. J., Smyle, A. T., & Guthrie, D. (2007). Cognitive recovery in socially deprived young children: The Bucharest early intervention project (BEIP). *Science*, 318, 1937-1940.

Oliveira, R. (2017). The Pursuit of Happiness. Into the Wild. In Les Brown & Eric Thomas. *É possível- vídeo motivacional*.

Pasian, S. R. & Jacquemin, A. (1999). O auto-retrato em crianças institucionalizadas. *Paidéia*, 9, pp. 50-60.

- Pinhel, J., Torres, N., & Maia, J. (2009). Crianças institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associados. *Análise Psicológica*, 4 (XXVII), 509-521.
- Pereira, M., Soares, I., Dias, P., Silva, J., Marques, S., & Baptista, J. (2004). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: Estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23 (2), 222-231.
- Robins, R. & Trzesniewski, K. (2005). Self-esteem development across the lifespan. *American Psychological Society*, 14(3), 158-162.
- Rosenberg, M. (1986). *Self-esteem research: a phenomenological corrective*. New York: Plenum Press.
- Santana J., Frosi, T. & Koller, S. (2004). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*, 16(2), 59-70.
- Shavelson, R. J., Hubner, J. J., & Stanton, J. C. (1976). Self-concept: Validation of construct interpretations. *Review of Educational Research*, 46, 407-441.
- Siqueira, A. & Dell’Aglío, D. (2006). A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. *Revista interamericana de Psicologia*, 40, 149-158.
- Stein, R. J. (1996). Physical self-concept. In B. A. Bracken (Ed.), *Handbook of self-concept. Developmental, social and clinical considerations* (pp. 374-394). New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Strech, P. *Crescer Vazio: Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998.
- Tabile, A. & Jacometo, M. (2017). Fatores Influenciadores no Processo de Aprendizagem: Um Estudo de Caso. *Revista Psicopedagogia*, 34(103), 75-86.
- Teixeira, C. (2009). *O Tecer e o Crescer – Fios e Desafios – construção identitária em crianças institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Vaz Serra, A. (1988). O auto-conceito. *Análise Psicológica*, 2, (VI), p. 101 – 110.
- Vaz-Serra, A. (1995). Inventário Clínico de Auto-Conceito. In Almeida, L. S., Simões, M. R., & Gonçalves, M. M. (Eds.), *Provas Psicológicas em Portugal* (pp. 152-154). Braga: APPORT.
- Vaz Serra, A. Firmino, H. & Matos, A. P. (1987). Influência das relações pais/filhos no autoconceito. *Psiquiatria Clinica*, 8 (3), pp. 137-141.
- Veríssimo, R. (2002). Desenvolvimento Psicossocial (Erik Erikson). Faculdade de Medicina do Porto.
- Zeanah, C.H., Smyke, A. T., Koga, S. F., & Carlson, E. (2005). Attachment in institutionalized and community children in Romania. *Child Development*, 76, 1015-1028.
- Zortea, L. E., Kreutz, C. M. & Johann, R. L.V. O. (2008). Imagem corporal em crianças institucionalizadas e em crianças não institucionalizadas. *Aletheia*, 27, p. 111-125.

APÊNDICES

PRIMEIRO APÊNDICE

Apêndice 1- Caracterização das Restantes Participantes nas Sessões Realizadas

Vera

Vera tinha 17 anos, frequentava um curso profissional para obter o 12º ano, sendo que tinha dificuldades de aprendizagem, concentração e aproveitamento escolar. Os pais estavam separados desde a sua infância. Inicialmente, foi aplicada a medida de apoio dos pais, em particular da mãe, até ter sido acolhida.

Os motivos que levaram ao seu acolhimento foram a falta de supervisão e o abuso sexual, por parte de um dos elementos familiares que coabitava com esta, relatando a jovem em contexto escolar que este lhe tocava, acariciava-a no peito, pernas e genitais. A mãe desvalorizava os relatos feitos pela Vera acerca do abuso sexual, estando associado à progenitora um quadro de alcoolismo, embora que pontual e não acentuado. Após a sua entrada na casa de acolhimento, a jovem mantinha o contacto com a sua mãe.

Dentro da casa de acolhimento apresentava alguns conflitos, devido muitas vezes a uma interpretação distorcida em relação ao que as colegas e funcionários lhe dizem. A jovem apresentava alguma dificuldade em manter uma conversa mais formal, nomeadamente no que requer ao seu discurso, havendo uma confusão nos seus pensamentos e naquilo que queria transmitir. Vera revelava alguma imaturidade para a sua idade cronológica. Geralmente relacionava-se com as colegas mais pequenas.

Fisicamente, a jovem tinha uma estrutura física média, com algum peso a mais para a sua idade e altura, usava óculos. O vestuário mais feminino e gostava de se maquilhar.

Cátia

Cátia tinha 17 anos, foi acolhida devido aos maus tratos físicos e psicológicos ou emocionais, como o recurso à ameaça, depreciação ou humilhação. O seu percurso de vida também foi um agitado:

Pais ➡ Avó Materna ➡ Pai ➡ Casa de Acolhimento.

A jovem frequentava o 12º ano, num curso profissional. Cátia caracteriza-se por ser bastante sociável e extrovertida. Todavia, quando confortada com alguma situação que não corresponda às suas expectativas, «explodia» facilmente.

No que diz respeito ao meio familiar, a mãe faleceu quando Cátia tinha 8 anos. Segundo a menor, a mãe desejava ter um filho do género masculino, no entanto, nasceu uma menina. Por este motivo terá sofrido uma depressão pós-parto, tendo vindo a cometer suicídio. O pai era desempregado, com baixos níveis de habilitações. Este consumia bebidas alcoólicas desde muito jovem, sendo que já tinha realizado até à data várias tratamentos que não conseguiu terminar. Quando foi viver com o pai, a sua relação com este nem sempre era pacífica, agravando-se quando o pai descobriu a orientação homossexual, não aceitando. O pai chegou a insultar verbalmente a jovem devido à sua orientação sexual. A menor referia ter sido vítima de maus tratos, insultos verbais permanentes e ameaças de abandono. Segundo Cátia, a ameaça de abandono aconteceu uma vez no alto da serra, onde o pai ameaçou que a deixaria sozinha. Segundo a jovem, tratava-se de um pai ausente e que quando alcoolizado se tornava bastante violento. A sua relação com a avó era satisfatória, manifestando preocupação com esta, embora a avó também não aceitava a orientação sexual da Cátia, mas respeitava.

Na casa de acolhimento, a jovem automutilava-se e tinha ideias suicidas. Também tinha várias fugas, com o objetivo de se suicidar. Cátia integra-se bem na casa de acolhimento, tendo um relacionamento adequado com os funcionários e colegas. Por vezes, surgiam alguns conflitos com funcionários, devido à proximidade para com as colegas, devido ao facto de ser homossexual, na qual uma das regras da instituição não permitia que houvesse contactos mais íntimos entre as jovens.

Cátia nos seus tempos livres trabalhava, adquirindo um sentido de responsabilidade e realização profissional. Mesmo fora do contexto profissional esta aparentava ser uma jovem responsável.

A nível físico era baixa, com peso propício à sua faixa etária e altura. Também tinha um estilo mais masculino, no sentido que usa calças e camisolas largas. Em relação ao cabelo, este tinha um corte curto.

Paula

Paula foi uma das jovens com a qual já tinha sido acolhido anteriormente. A esta jovem foram-lhe atribuídas medidas distintas, tal como se pode verificar:

Acolhimento Residencial (2-5 anos) ➡ Apoio Junto da Mãe ➡ Acolhimento Residencial (13 anos).

Os motivos que levaram ao seu acolhimento foram a negligência, nomeadamente a falta de supervisão e acompanhamento familiar. Paula apresentava dificuldades em aceitar e cumprir as orientações dos adultos, podendo ser devido ao facto do modelo educativo ser permissivo, não conseguindo impor limites no exercício de autoridade, em que a jovem não tinha rotinas. Outro ponto a citar concerne à jovem exigir vestuário e calçado de marca, mesmo não havendo condições financeiras para tal, recusando explicações por parte dos adultos. De facto, devido a estas condições monetárias, o agregado familiar detinha algumas dívidas nas despesas fixas da sua habitação, como na água e luz.

No que diz respeito ao seu desempenho escolar, Paula frequentava o 3º ciclo mas o seu comportamento melhorou após a mudança para o ensino privado, demonstrando mais interesse e empenho escolar, na qual antes desta alteração era o oposto.

Quanto ao seu agregado familiar, os pais eram separados pois ocorriam episódios de violência doméstica. A mãe sofria de bipolaridade, tendo sido internada em psiquiatria, acabando por falecer após a institucionalização da Paula. O pai ingeria em excesso bebidas alcoólicas. Já o irmão tinha um percurso de toxicod dependência.

A jovem mantinha contacto com a família, sendo que geralmente aos fins-de-semana e férias ia para casa da avó. No entanto, esta muitas vezes revela oposição nas suas idas para a família, uma vez que referia que o irmão lhe batia, tendo medo dele. Um dos motivos para as discussões com o seu irmão era relativo à orientação bissexual da irmã.

O contacto com o pai era mais reduzido. Segundo a menor, este já não se preocupava com ela.

A nível físico, Paula tinha uma altura média, com peso apropriado à sua idade e tamanho. Ao nível do vestuário utilizado era bastante feminina, gostando bastante de se arrumar e também de se maquilhar.

Ariana

Ariana teve um percurso de vida bastante marcante. Esta foi acolhida junto com a sua irmã, devido a falta de supervisão e acompanhamento familiar, bem como exposição a modelos parentais desviantes (negligência).

Casa Abrigo → Apoio Junto Dos Pais (Mãe) → Acolhimento Residencial.

O agregado familiar era composto por três irmãos, dois do sexo masculino que residiam também numa casa de acolhimento. A família era beneficiária do Rendimento Social de Inserção. Tanto a mãe como os seus irmãos foram vítimas de violência doméstica por parte do seu progenitor, envolvendo ameaças de morte, agressões com facas e machados. O pai tinha uma relação diferente com a jovem, ao contrário dos irmãos, pois esta tinha uma cor de pele mais parecida com a sua, chegando a incentivar Ariana a matar a mãe com uma faca que lhe colocou nas mãos. Os irmãos eram brutalmente agredidos pelo pai, tendo ainda marcas no corpo das agressões. Efetivamente, torna-se crucial aludir para o facto do pai ser Cabo Verdiano e a mãe Portuguesa. Apesar da mãe ter demonstrado um grande interesse pelos seus filhos, esta apresentava um défice de competências parentais, com práticas educativas desadequadas, não reunindo as condições aos vários níveis para prestar cuidados a estes.

Ao contrário das outras jovens supracitadas, não foi diagnóstico à Ariana a necessidade ao nível do autoestima e autoconceito, contudo, esta demonstrou interesse em parte das dinâmicas elaboradas.

A jovem frequentava o 3º ciclo, tinha um comportamento exemplar tanto no contexto escolar como no institucional.

Pelo que se pôde constatar, tanto a jovem como a sua irmã recebiam contacto frequente com a mãe e com os irmãos, na qual demonstrava muito afeto por estes. Aos fins-de-semana e nas férias iam para a casa da família amiga, mostrando-se bastante satisfeitas.

Ariana era uma menina bastante responsável, apresentando muita maturidade, com um pensamento e um comportamento de adultos para sua idade. Esta preferia tarefas de adultos, como ajudar nas tarefas domésticas, do que brincar com as suas colegas. A jovem era reservada e calma, gostava de estar no seu «canto». Todavia, tinha um bom relacionamento com todas as colegas, sendo muito raro envolver-se em conflitos. Tanto a jovem com a irmã não queriam manter algum tipo de contacto com o pai.

Segundo o que foi possível perceber em conversa informal com a gestora de casa, a jovem era a mais protegida em relação às agressões por parte do pai, uma vez que o pai a considerava a mais bonita dos irmãos, a nível físico, e a que tinha um comportamento adequado às exigências do pai.

SEGUNDO APÊNDICE

Apêndice 2-Análise Detalhada das Sessões Desenvolvidas com todas as Participantes

1º Dia- 02/07

Antes do começo das dinâmicas, foi preparado o material necessário a ser utilizado para que as jovens não tivessem de esperar, podendo ficar desmotivadas, sendo que as cadeiras foram colocadas em círculo para promover uma maior inclusão dos membros do grupo, podendo ver-se umas às outras.

No início da atividade foi explicado às jovens os dias que iam ser realizadas as dinâmicas com estas, sendo que as sessões abordam o tema referente à autoestima. Foi pedido às meninas que fizessem uma breve apresentação sobre elas, na qual estas mencionaram o que mais gostam e o que não gostam, assim as respostas foram as seguintes:

- ✚ Anabela- «Gosto de dormir»;
«Não gosto de estudar e não gosto que mexam nas minhas coisas»;
- ✚ Laura- «Gosto de desenhar, escrever e ouvir música»;
«Não gosto que me berrem ou assustem»;
- ✚ Beatriz- «Gosto de jogar futebol e de estar sozinha a ver filmes»;
«Não gosto de ser interrompida quando estou a ver filmes»;
- ✚ Ariana- «Gosto de ir ao *shopping*, estar no sofá quando está a chover»;
«Não gosto de ser chateada quando estou amuada».

Após a apresentação, foi entregue às jovens um papel para que escrevessem um elogio e uma crítica que mais lhe marcou, sendo que depois de terminarem teriam de falar em grupo o que escreveram:

- ✚ Anabela- «Dizem que sou carinhosa mas só para quem eu quero»;
«Sou mal-humorada»;
- ✚ Laura- «Dizem que tenho os olhos bonitos»;
«Sou mal-humorada»;
- ✚ Beatriz- «Às vezes a minha família, a minha mãe, dizem que sou bonita. Deve ser por causa da roupa que às vezes visto e de estar arrumada». Contudo, foi dito à Beatriz que ser bonita não tem a ver com a roupa, mas sim com o interior. Perante o que lhe foi explicado esta citou o seguinte:

«Mas eu não me considero bonita». Aqui é imprescindível referenciar que a Beatriz quando falava da mãe mostrava uma grande tristeza, ficando com os olhos em lágrimas.

«As pessoas dizem que sou uma tona sempre que digo alguma coisa.» Quando esta foi questionada sobre o porquê, esta respondeu «só digo coisas que não interessam a ninguém»;

✚ Ariana- «Dizem que sou bonita, linda, maravilhosa e querida»;
«Sou aziada e mal-humorada».

Terminada a divulgação em grupo, as meninas foram questionadas acerca do seu conhecimento relativamente ao conceito da autoestima. Deste modo, as jovens mostraram algum conhecimento em relação ao tema, comentando o seguinte:

✚ «sentir bem com nós próprios»;
✚ «sentir mal»;
✚ «amor próprio»;
✚ «gostar de nós próprios»;
✚ «confiança»;
✚ «o que achamos de nós mesmos».

Neste ponto há que aludir para o facto da Beatriz ter sido a primeira a participar. Todavia, a Laura ria-se e contrariava o que a Beatriz dizia, deixando-a insegura e com pouca à vontade em exprimir os seus saberes. Sendo necessário mencionar que estava correto o que a Beatriz referiu, apesar de incompleto.

Assim, depois de ouvir as jovens, foi-lhes explicado o que era a autoestima, bem como a sua importância para enfrentar os desafios da vida, sentindo-se bem com elas próprias. Entretanto, foi-lhes perguntado, tendo em conta o que foi esclarecido, se achavam se tinham uma elevada ou reduzida autoestima:

✚ Anabela- Não comentou;
✚ Laura- «Baixa claro»;
✚ Beatriz- «Eu tenho baixa»;
✚ Ariana- «A minha está lá no alto».

Seguindo para próxima dinâmica, nomeadamente a dinâmica do espelho, foi passada uma caixa por cada menina, na qual estas tinham de ver o que estava lá dentro e não comentarem umas com as outras. Dentro da caixa tinha a pessoa mais importante,

que neste caso era um espelho, cujo objetivo era que estas percebessem que as pessoas mais importantes são elas próprias, fazendo com que estas se valorizassem mais. Passado a caixa por todas, foi-lhes pedido para refletirem sobre o que tinham visto. Estas conseguiram perceber a intenção da atividade realizada, referindo:

- ✚ «As pessoas mais importantes somos nós próprios»;
- ✚ «Não há ninguém como nós»;
- ✚ Temos de gostar de nós próprios».

Finalizadas ambas as dinâmicas planeadas, é fundamental referir alguns aspetos que foram observados:

- ✚ A menina que mais participou foi a Beatriz, perguntado sempre se poderia ser a primeira a participar;
- ✚ A jovem que menos demonstrava vontade em participar foi a Anabela. Esta mal tinha chegado à sala quis ficar na cadeira mais distante, mas foi-lhe pedido que se sentasse noutro lugar, ficando próxima das colegas e integrando-a no grupo. Esta evitava falar a não ser quando lhe era pedido para participar.
- ✚ Já a Laura era das meninas mais observadoras, em relação ao que as suas colegas comentavam em grupo;
- ✚ Também pode-se constatar que a Ariana era a mais confiante do grupo.

2º Dia- 04/07

No início da sessão do segundo dia, foi pedido às jovens para fazer um pequeno resumo do que aprenderam no dia anterior.

Seguidamente, foi colocada em prática a primeira atividade prevista, «desafia-te!». Antes de mais é necessário referenciar que a dinâmica foi alterada. Ao invés de ter apenas um chocolate, foram elaborados papeis que continham informação distinta para quem abrisse a caixa, tendo sempre uma respetiva surpresa, chocolate ou rebocados, nomeadamente:

- ✚ «Boa!! Acabaste de ganhar o chocolate!!»;
- ✚ «Boa!! Acabaste de ganhar os rebuçados para partilhar com o grupo!»;
- ✚ «Faz um elogio a uma das tuas colegas!»;
- ✚ «Diz uma das tuas qualidades!»;

✚ «Entrega o chocolate a uma das meninas à tua escolha!».

A dinâmica foi modificada de forma a dar oportunidade de todas receberem um dos presentes, participando ativamente ao que lhes era proposto e também, uma vez que já conhecíamos as jovens, bem como o modo como estas reagem quando têm curiosidade, iriam abrir logo no início a caixa.

Nesta atividade foi possível verificar que as meninas não tiveram receio em enfrentar o desafio, que consistia em abrir a caixa que tinha uma surpresa lá dentro. No entanto, estas manifestaram sentimentos de desconfiança perante algo que lhes era desconhecido. Também foi possível observar sentimentos como o da partilha e da solidariedade umas com as outras.

Quando lhes foi pedido para refletirem sobre a intenção da atividade realizada, as jovens responderam «A importância da partilha...». Depois foi-lhes explicado o objetivo primordial, que era observar o modo como estas reagem face aos desafios que lhes são colocados. Desafios estes fundamentais para perceberem do que são capazes para enfrentar situações desconhecidas, se ignoram-nas ou enfrentam-nas, contribuindo para a sua autoconfiança. As jovens ficaram surpreendidas com o objetivo principal, uma vez que não tinham pensado nessa perspetiva, concordando com este.

Um aspeto a salientar diz respeito ao facto da Beatriz ao passar a caixa, acabou por espreitar, vendo o que se encontrava lá dentro, pois não tinha compreendido bem as instruções fornecidas, sendo que quando a música parou, esta tinha consigo a caixa. Porém, como esta já sabia o que era a surpresa, decidiu passar a outra pessoa, mesmo sabendo que tinha lá um chocolate, doce este que a Beatriz gosta. Aqui há que realçar o sentimento de culpa por ter aberto a caixa mas também o sentimento de respeito pelas colegas e também por nós, as responsáveis.

Uma outra situação concerne ao facto de terem passado a caixa para a Anabela, em que a mesma quando abriu a caixa encontrou um papel que dizia para entregar o chocolate a uma colega, na qual a mesma ofereceu o chocolate à colega que lhe tinha entregado a caixa, demonstrando sentimentos de atenção para com o outro e de agradecimento por ter escolhido a ela para abrir a caixa.

Na segunda dinâmica, tal como o estabelecido, foi atribuído um número a cada uma das meninas, pedindo para que estas escrevessem algo que a caracteriza a si e às suas colegas, destacando que teriam de ser características positivas, de modo a evitar conflito e sentimentos negativos. As meninas ficaram bastante satisfeitas em receber elogios das

suas colegas, elogios estes que não estavam à espera de receber, pois pensam que não possuem qualidades.

✚ Anabela- considerou-se «adorável»;

Recebeu os seguintes elogios: «boa em completar puzzles; inteligente, sabe o que faz»;

✚ Laura- colocou com características «escrever, desenhar e fazer massagens»;

Recebeu os seguintes elogios: «boa em fazer massagens; bonita, pois tem um estilo diferente»;

✚ Beatriz- considerou-se «engraçada»;

Recebeu como elogios: «Boa nos videojogos; cómica, gosta de basquetebol»;

✚ Responsável (Outra estagiária) - Recebeu como elogio: «olhos bonitos; elegante, tem um bom vestuário; simpática»;

✚ Responsável (Eu) - Recebeu como elogio: «Amor de pessoa, sorriso bonito; ajudante, gosta de ajudar as pessoas; empenhada»;

É de se realçar que a Beatriz voltou a destacar-se no grupo, voluntariando-se para falar em grupo em primeiro lugar. A Laura manteve a sua atitude. Já a Anabela estava mais participativa quando comparada com a sessão anterior. Relativamente à Ariana, esta não pôde estar presente, uma vez que foi de férias neste dia.

3º Dia- 04/07

Tal como nos dias anteriores, no início da sessão as meninas foram estimuladas a refletirem acerca do que se têm vindo a falar ao longo do decorrer das dinâmicas realizadas.

Em seguida, realizou a dinâmica dos envelopes, cujo objetivo em atribuir às colegas sentimentos e qualidades que estas possuem, valorizando-as. Deste modo, as jovens tiveram de entregar um envelope com uma das qualidades à correspondente colega, reconhecendo e atribuindo importância aos seus atributos. Nesta sessão, tal como já foi mencionado, uma das jovens residente na instituição também quis participar, no entanto surgiram algumas perturbações devido à sua presença, pois esta estava desvalorizar os atributos da Beatriz, referindo «com o que está aqui nos envelopes, a Beatriz não vai receber nenhum envelope», deixando a Beatriz emocionalmente triste e

desintegrada do grupo. Assim, coube a nós responsáveis pelas dinâmicas salientar que pelo menos um envelope cada menina teria de ter, referindo também que a Beatriz tal como as outras meninas têm muitas qualidades em que outros envelopes atribuídos poderiam também ter sido entregues também à Beatriz.

- ✚ Anabela- recebeu como qualidades a determinação e a responsabilidade;
- ✚ Laura- recebeu como qualidades a espontaneidade, uma vez que voluntariou-se para ser a primeira a começar apesar de que a Beatriz também queria dar início à dinâmica, porém a Laura teve prioridade pois nas sessões anteriores tem sido a Beatriz a primeira a começar as atividades. A Laura também foi lhe concedida a qualidade de ser extrovertida, característica esta que também poderia ser aplicada à Beatriz;
- ✚ Vera- recebeu como qualidades ser organizada e honesta;
- ✚ Beatriz- recebeu como qualidade a generosidade. Apesar da Beatriz ter sido a última a receber um envelope ficou bastante satisfeita por as suas colegas reconhecerem a sua generosidade.

Na próxima dinâmica, as jovens ficaram responsáveis por escrever numa cartolina um pequeno texto ou frases/ palavras soltas sobre o que gostariam que as suas colegas soubessem acerca delas, cujo objetivo passava por reduzir a dificuldade que sentem em autoavaliar-se, de se expressar em relação aos outros e a si própria.

- ✚ Anabela- «Não gosto que me chamem chata»;
 - «Gosto de estar sozinha mas não gosto de me sentir sozinha»;
 - «Não gosto de limpar as escadas»;
 - «Gosto de comer doces e *fast-food*»;
 - «Não gosto que me berrem»;
 - «Não gosto de estudar»;
 - «Gosto de ser escuteira e de acompanhar a minha comunidade»;
 - «Gosto de fazer desporto»;
 - «Gosto de dormir»;
 - «Não gosto de FQ (Físico-Química)»;
 - «Não gosto que me tirem o telemóvel»;
- ✚ Laura- «Gosto de desenhar, escrever, ouvir música, chocolate, sushi, filmes, principalmente de terror e golfinhos»;

«Conhecer um dos meus ídolos»;
«Gostava de ir ao *Tomorrowland*»;
«Sou divertida e sorridente»;
«Não gosto de ratos, cobras e da Taylor Swift»;
«Sou rabugenta, chata e preguiçosa»;

✚ Vera- «Gosto de cantar, ouvir música, Selena Gomes, praia, piscina, francês, trabalhar, Flávia, Irmãs (Cândida e Lucília), Dr. Ricardo, Patrícia e Roberta»;

«Gosta de ser cabeleira e ir a China»;
«Sou honesta, organizada, alegre e divertida»;
«Não gosto de Físico-Química, Português, História e Inglês»;

✚ Beatriz- «Sou meiga às vezes, amiga, inteligente às vezes, cómica, boa ajudante, jogadora, chata e mulher torta»;

«Danço mal»;
«Jogo bem»;
«Gosto da Puma, Masarati, Jaguar, moto KTM, picanha, massa-chinesa»;
«Adoro roupa de homem»;
«Adoro t-shirt largas»;
«Adoro os meus sobrinhos, Martim e Leonor»;
«Gosto da Michelle Rodriguez e da Zara Larsson»;
«MÃE- *I LOVE MY FAMILY*».

Terminadas ambas as dinâmicas, as meninas foram convidadas a refletirem sobre o que aprenderam neste dia, sendo-lhes explicado o porquê da concretização das atividades, articulando-as com as anteriores.


Em relação às atitudes das meninas, a Beatriz continuou a sua postura, voluntariando-se para ser a primeira a falar em grupo, na qual há que mencionar que a Laura também adotou a mesma postura que a Beatriz. Já Anabela manteve a sua postura. Quanto à Vera estava constantemente a interromper as suas colegas quando estas estavam a falar, sendo chamada à atenção, pedindo-lhe para respeitar as colegas. Esta também manifestou alguma dificuldade em realizar a segunda dinâmica, pois diz que não é frequente fazer este tipo de exercício.

Neste dia é de dar ênfase ao facto das jovens tirem chegada primeiro à sala onde são efetuadas as dinâmicas, organizando as cadeiras em forma de círculo, tal como se tem feito nas dinâmicas já realizadas.

4º Dia- 05/07

Na quarta sessão tivemos a participação de mais duas jovens da casa de acolhimento, Cátia e a Paula, demonstrando interesse em participar. Já a Vera não pôde estar sempre aquela hora. Esta sessão foi realizada em horário distinto dos outros dias, sendo efetuada da parte da manhã, uma vez que as meninas da parte da tarde iriam passear à beira rio. Deste modo, as meninas inicialmente estavam um pouco mais silenciosas, talvez pelo facto ser de manhã.

Neste dia só foi realizada uma dinâmica devido à sua elevada duração, podendo ser exaustivo para as jovens realizarem duas no mesmo dia, podendo estas também não conseguirem refletir sobre o seu objetivo, sendo uma atividade intensa e trabalhosa. Desta forma, foi pedido às jovens para fecharem os olhos, recorrendo à imaginação, de maneira que a pensassem o que gostariam de ter caso tivessem de escrever um livro acerca da sua vida. No princípio as meninas estavam um pouco indecisas pois não sabiam o que escrever e porque também tinham receio que alguém que estava inserida no grupo comenta-se algo das suas vidas fora da sala. Todavia, foi explicado às jovens que estas não precisavam de ter medo, pois o que acontece nas sessões é confidencial, ninguém pode comentar com outras pessoas, nem gozar com as colegas, há que ter respeito por todas e pelas suas histórias de vida. Assim, as jovens elaboraram textos simples, mas sinceros e conscientes, transmitindo em grupo que realizaram, proporcionando um momento de partilha e, essencialmente, emoção.

 Anabela- Primeiro Capítulo: «Quando entrei no colégio, era uma pessoa muito dependente da minha família e das pessoas mais próximas! Hoje, acho que ainda não deixei de depender totalmente dos mais próximos mas estou a trabalhar para isso. Neste momento, não mantenho contacto nenhum com a minha família, com exceção da minha irmã.» ;

Último Capítulo: «Eu já tenho a minha independência, e já não dependo de ninguém! Tenho uma relação razoável com a minha mãe.»;

✚ Beatriz- Primeiro Capítulo: «A minha vida não foi grande coisa porque quando era criança entrei para um colégio e passado dois anos saí, mas passado oito anos entrei outra vez.»;

Último Capítulo: «Eu vou sair do colégio, vou ter um jaguar, vou me casar, vou ter o meu próprio emprego, e vou ter um puma bebé.»;

✚ Cátia- Título: «A sombra de uma criança»;

Primeiro Capítulo: «A minha vida acabou com a morte da minha mãe. Uma morte trágica com muitos porquês à solta. Perguntas que nunca irão ter resposta. Uma vida passada por de trás de um sentimento de morte.»;

Último Capítulo: «Depois de muito luta por um sonho de criança finalmente alcançado. Uma adolescência onde o sonho foi conquistado com lutas que por vezes pareciam vencidas.»;

✚ Paula- Primeiro Capítulo: «Vou introduzir o nascimento da minha sobrinha no 1º capítulo pois foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida. Hoje, vejo-me nela, dou tudo pela felicidade dela e quando a tenho no meu colo, sinto o mundo aos meus braços. Todo o amor que tenha por ela sinto que tenho de dar em dobro por mim e pela minha mãe, porque sei bem o quanto a minha mãe gostava da bebé.

Último Capítulo: «Morte da minha mãe. Uma parte de mim foi com ela.».

Relativamente à participação das meninas, a Beatriz e a Anabela mantiveram as suas posturas, a Laura não quis falar apenas observava, já a Cátia e a Paula participaram com entusiasmo.

Resumindo, tal como já referido, esta sessão foi bastante emotiva, uma vez que foi possível observar nas meninas uma grande tristeza, sofrimento, descontentamento e angústia quando falavam da sua história de vida, essencialmente, quando abordam a sua família.

5º Dia- 06/07

Nesta última dinâmica as meninas foram convidadas a refletir acerca do que aprenderam nas sessões anteriores. Após a análise foi realizada a atividade prevista para este dia, na qual ia de encontro com as realizadas anteriormente, principalmente com a 4ª dinâmica. O objetivo consistia em manifestar as suas metas para a mudança, de acordo com o seu sonho ou desejo que gostaria de concretizar.

✚ Anabela- Desafios: «Fazer uma viagem pelo mundo e não ter sítio certo para estar; Conhecer muita gente diferente e aprender coisas diferentes!»;

Passos a cumprir: «Desapegar dos bens materiais; Conseguir desapegar dos mais próximos; Planear tudo!»;

A jovem ainda colocou no final da folha entregue «*I HAVE A DREAM!*»;

✚ Laura- apesar de estar presente na sessão, não quis participar. Segundo as colegas, a Cláudia estava chateada com um dos membros do grupo. No entanto, nós, as responsáveis, tentamos apelar para a participação da Cláudia, independentemente do que aconteceu, tentando atenuar e resolver os conflitos entre ambos os elementos;

✚ Vera- Desafio: «Cabeleireira»;

Passos a cumprir: «Tirar o curso; Trabalhar nesse sonho»;

✚ Beatriz- «Eu gostava de ser futebolista»;

«Os passos que eu tenho de dar é estudar, tirar o curso, entrar para um clube»;

«Os passos que tou a fazer são estudar para o próximo ano escolar ir para uma equipa»;

✚ Paula- Desafio: «Ter a minha independência!»;

Passos a cumprir: «Quero bazar daqui; Quero ter a minha casa e a minha família».

Terminada a realização da dinâmica, foi passado um vídeo acerca da motivação, de modo a incentivar as jovens a não desistir dos seus sonhos e dos seus objetivos, independente dos obstáculos que possam vir a surgir. As meninas refletiram acerca do que visualizaram, referindo: «o vídeo mostra-nos a ter garra», «ter persistência» e «não desistir». Também foi entregue no final um pequeno diploma, que continha as qualidades

das jovens atribuídas pelas suas colegas nas sessões anteriores; um pequeno texto que aludia para não desistirem dos seus sonhos, acreditando nas suas capacidades; e uma pequena frase distinta para cada menina, tal como as qualidades também eram diferentes, tendo em atenção o que foi comentado acerca da sua vida, nas sessões já efetuadas.

Vídeo¹: <https://www.youtube.com/watch?v=GMB5uGmGpSw>

No que diz respeito à participação e comportamento, as jovens manifestaram alguma tensão entre elas, devido a constrangimentos que tiveram antes da sessão. A Anabela e a Paula mantiveram a sua conduta. A Beatriz não adquiriu a mesma postura que nas outras atividades. A Laura não quis participar na dinâmica, nem partilhar em grupo o que estava acontecer. A Vera voltou a perturbar as meninas, interrompendo sempre que as colegas falavam, e até mesmo a ver o vídeo.

Em geral, nesta última atividade em grupo, verificou-se a existência de momentos de agitação e mau estar no grupo, estando algumas meninas desconcentradas, devido a situações que se sucederam antes de iniciar a sessão.

ANEXOS

PRIMEIRO ANEXO

Anexos 1-Comunicação e os seus Obstáculos

Comunicação Verbal

Como estimular a comunicação	Como afastar a comunicação
Falar claramente e fazer-se entender	Murmurar, resmungar, balbuciar
Usar palavras e expressões compreensíveis por todos	Usar termos técnicos, gírias e calão
Falar com volume e rapidez adequados	Falar muito depressa, muito baixo ou muito alto
Usar um tom de voz adequado	Falar sem ter em atenção o momento emocional do residente
Usar linguagem corporal que demonstre interesse e atenção	Ter um ar maçado e ansioso por ir embora
Ajudar as pessoas a comunicar entre si	Não promover a comunicação entre as pessoas
Respeitar as condições, preferências e expectativas dos residentes ao comunicar com eles	Falar com todos da mesma forma, sem atender ao género, idade e história da pessoa
Ter em atenção a comunicação não verbal	Só dar atenção ao que os residentes expressam verbalmente

Fonte: ISS, I.P., 2005, p. 148.

Linguagem Corporal

- olhar o interlocutor de frente enquanto fala;
- falar ao nível do olhar: se a criança ou jovem se encontra sentado, sentamo-nos ou colocamo-nos de cócoras para falar com ele; nunca falar de cima para baixo;
- adoptar uma postura relaxada, levemente inclinada, que ajuda à concentração;
- mudar de tom de voz de acordo com os sentimentos expressos;
- usar expressões faciais – sorrir, franzir o sobrolho, fazer cara de espanto – para reforçar o que se está a dizer, ou a reacção ao que se ouve;
- acenar com a cabeça e dar sinais encorajadores com “sim” ou “hmm”; evitar rufar dedos, bocejar ou mostrar tédio.

Fonte: ISS, I.P., 2005, p. 148.

Obstáculos à Comunicação

Barreiras de comunicação	O que fazer?
Problemas emocionais, preocupação, stress	Ser sereno, paciente, mostrar compreensão e solidariedade, saber ouvir
Línguas diferentes	Usar um tradutor ou intérprete ou aprender a comunicar na língua do residente
Calão, gíria profissional	Explicar o significado das palavras ou usar alternativas mais compreensíveis
Ambiente incómodo e dificuldades de vista e/ou audição	Tentar melhorar o ambiente e assegurar-se de que os aparelhos auditivos e óculos estão em bom estado

Fonte: ISS, I.P., 2005, p. 149.

SEGUNDO ANEXO

Anexos 2-Impressões Clínicas de Todas as Participantes

Anabela	<ul style="list-style-type: none">✚ Jovem emocionalmente fragilidade e imatura;✚ Enorme ambiguidade de sentimentos em relação à mãe (revolta/ dependência) que idealiza muito diferente;✚ Projeta as dificuldades na relação com a mãe em outras figuras femininas de autoridade (técnicas, enfermeiras, agente da PSP..);✚ Parece relacionar-se melhor com o género masculino, nomeadamente, com elementos mais velhos e «mais paternais» (psicólogo da casa de acolhimento), pelo que se coloca a hipótese da ausência da presença consiste do pai enquanto fatos desorganizador....;✚ Baixa resistência à frustração; jovem acostumada a conseguir sempre o que quer (roupas de marca,...), com problemas de imagem (espinhas na cara, usa aparelho nos dentes, usou óculos e atualmente tem lentes de contacto) que fazem de quase todos os aspetos da vida um problema;✚ Dificuldades de relacionamento interpessoal e de socialização, acentuadas e preocupantes: a jovem quase não tem amigos, não gosta de sair de casa, de festas, de multidões...✚ A jovem mantinha uma relação de bastante proximidade com a mãe, dormindo com esta, falando regularmente nos intervalos das aulas, só estando distante desta uma vez por ano, devido ao acompanhamento dos escuteiros.
Beatriz	<ul style="list-style-type: none">✚ Observa-se sintomas com gravidade acentuada, com sentimentos de irritabilidade, hostilidade e abandono, comportamentos de oposição, ansiedade, dificuldades no controlo de impulsos e de integração com os pares;✚ Comportamentos desafiadores com tendência a culpabilizar o outro das suas ações;✚ Geralmente descontrola-se, perde a paciência, discute frequentemente com os adultos/pares, recusa-se a obedecer aos pedidos/regras e revela ser uma jovem que regularmente se chateia e fica ressentida.
Laura	<ul style="list-style-type: none">✚ Quando chegou à casa de acolhimento (11 anos) foram detetadas alguns obstáculos como baixa autoestima, limitações ao nível do comportamento, atraso no desenvolvimento com possibilidade do diagnóstico de deficiência mental, atraso na linguagem.

	Necessidades identificadas foram a estimulação cognitiva, apoio ao estudo, socialismo (regras, normas e limites), relacionamento interpessoal e comunicação verbal. Comportamento registado: baixa autoestima, bastante tímida, postura introvertida e emocionalmente pouco expressiva.
Vera	<ul style="list-style-type: none"> + Nível de desenvolvimento inferior à idade cronológica; + Instabilidade afetiva e sintomatologia ansiosa; + Dificuldades no relacionamento interpessoal; + Diagnóstico de miopia.
Cátia	<ul style="list-style-type: none"> + Tem acompanhamento psicológico quinzenal, devido a uma perturbação depressiva a longa data, subsequente ao suicídio da mãe e dificuldade na relação com o pai; + Sintomas graves de angústia e solidão; + Sentimento de abandono, irritação, automutilação e ideação suicida.
Paula	<ul style="list-style-type: none"> + Jovem ficou bastante perturbada e isolada após a morte da mãe; + Maiores dificuldades na compreensão verbal e na organização perceptiva (que consiste na medida do raciocínio não-verbal, raciocínio fluido, atenção para os detalhes e integração visomotora); + Dificuldades na memória a longo prazo;

Ariana

- ✚ Tendência para o isolamento;
- ✚ Marcas psicológicas relativamente aos objetos cortantes;

